

DESIGUALDADE NO BRASIL 3

dez_2020
jan_2021



OXFAM
Brasil

Datafolha
INSTITUTO DE PESQUISAS



OXFAM
Brasil

Datafolha
INSTITUTO DE PESQUISAS

An aerial photograph of a city, showing a dense urban area with a grid-like street pattern and some green spaces. The image is overlaid with a semi-transparent red rectangle containing the word "índice".

índice

_metodologia: 4_6
_perfil da amostra: 7_13
_desigualdade: 14_20
_classe social: 21_32
_cotidiado e desigualdades: 33_61
_políticas: 62_71
_relatório: 72_82



metodologia

_técnica, universo, abrangência coleta de dados
_amostra e margem de erro

TÉCNICA

Pesquisa quantitativa, com **abordagem pessoal dos entrevistados** em pontos de fluxo populacionais. As entrevistas foram realizadas mediante a aplicação de questionário estruturado com cerca de 20 minutos de duração.

UNIVERSO

População brasileira com idade entre **16 anos ou mais**.

ABRANGÊNCIA

Abrangência **nacional**, incluindo Regiões Metropolitanas e Cidades do Interior de diferentes portes, em todas as Regiões do Brasil.

As entrevistas foram realizadas em **130 municípios** de pequeno, médio e grande porte.

COLETA DE DADOS

As entrevistas foram realizadas entre os dias **07 a 15 de dezembro de 2020**

AMOSTRA

A amostra total **nacional** foi de **2.079** entrevistas.

Essa amostra permite a leitura dos resultados no total do Brasil, pelas regiões: Sudeste, Sul, Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

MARGEM DE ERRO

A margem de erro para o total da **amostra nacional** é de **2 pontos** para mais ou para menos, considerando um nível de confiança de 95%. Isto significa que se fossem realizados 100 levantamentos com a mesma metodologia, em 95 os resultados estariam dentro da margem de erro prevista.



perfil

_escolaridade, gênero, idade, demografia
_renda individual, renda familiar e classe econômica
_atividade econômica, benefícios sociais
_religião

PERFIL

47% 53%



16 a 24 anos	17%
25 a 34 anos	19%
35 a 44 anos	20%
45 a 59 anos	24%
60 anos ou +	20%

32%	Fundamental
46%	Médio
22%	Superior

Parda	41%
Branca	32%
Preta	16%
Amarela	4%
Indígena	1%
Outros	6%

Norte: 8%

Centro Oeste: 8%

Sul: 15%

Nordeste: 26%

Sudeste: 43%

Natureza do município

Capital	25%
Outros municípios metropolitanos	17%
Interior	58%

Porte do município

Pequeno	29%
Médio	37%
Grande	34%

	2019	2020
até 1 salário mínimo	19%	19%
de 1 a 2 s.m.	24%	28%
de 2 a 3 s.m.	18%	20%
de 3 a 5 s.m.	18%	15%
de 5 a 10 s.m.	10%	10%
10 s.m. ou mais	6%	4%

renda familiar mensal

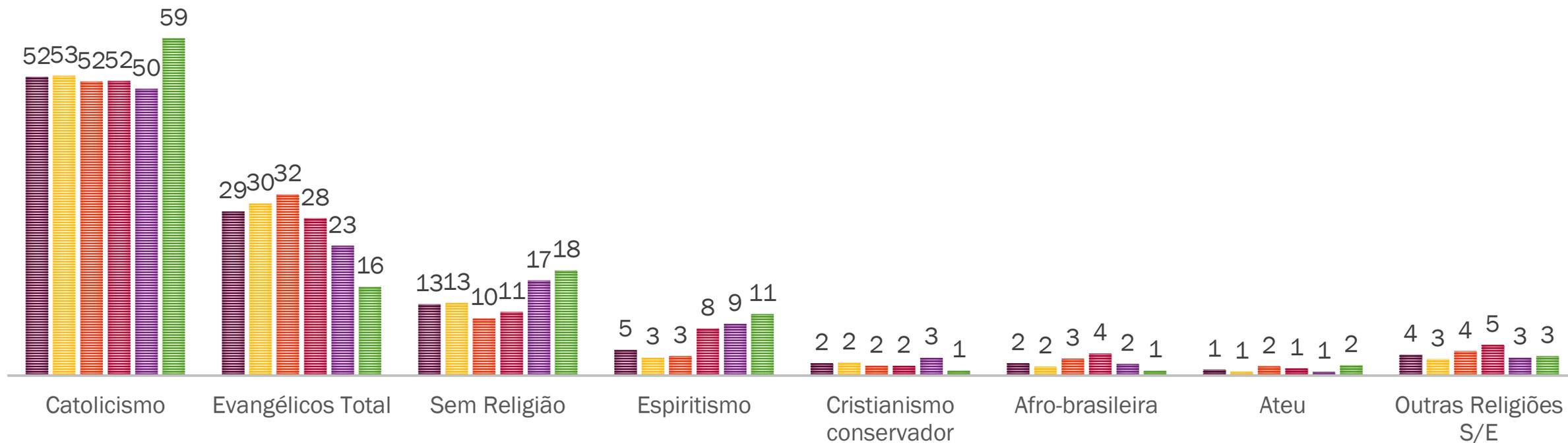
classe

	2019	2020
A/B	24%	24%
C	48%	46%
D/E	28%	31%



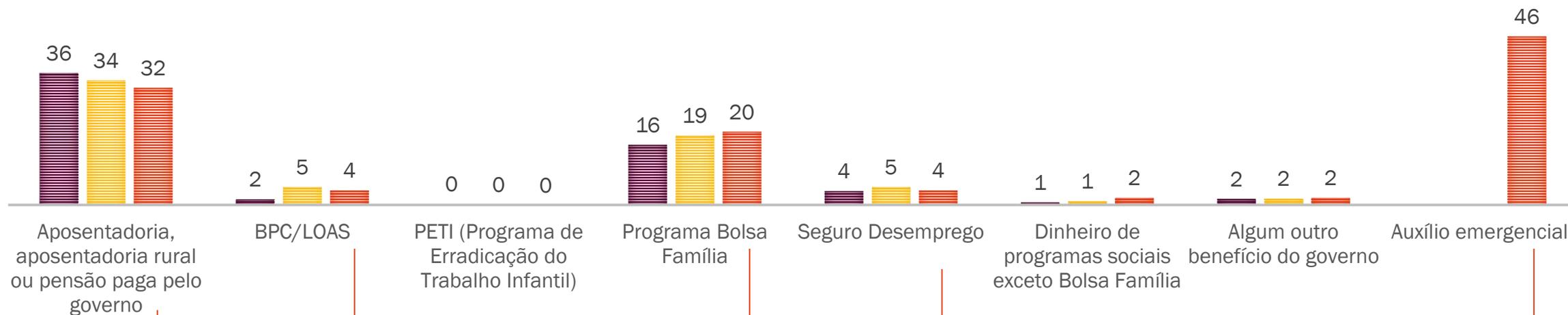
renda individual mensal

	até 1 s.m.	de 1 a 2 s.m.	de 2 a 3 s.m.	de 3 a 5 s.m.	mais de 5 s.m.
2019	45%	27%	10%	6%	4%
2020	47%	26%	11%	7%	5%



Benefícios/assistências

■ 2017 ■ 2019 ■ 2020



MÉDIA 2020

R\$ 2018

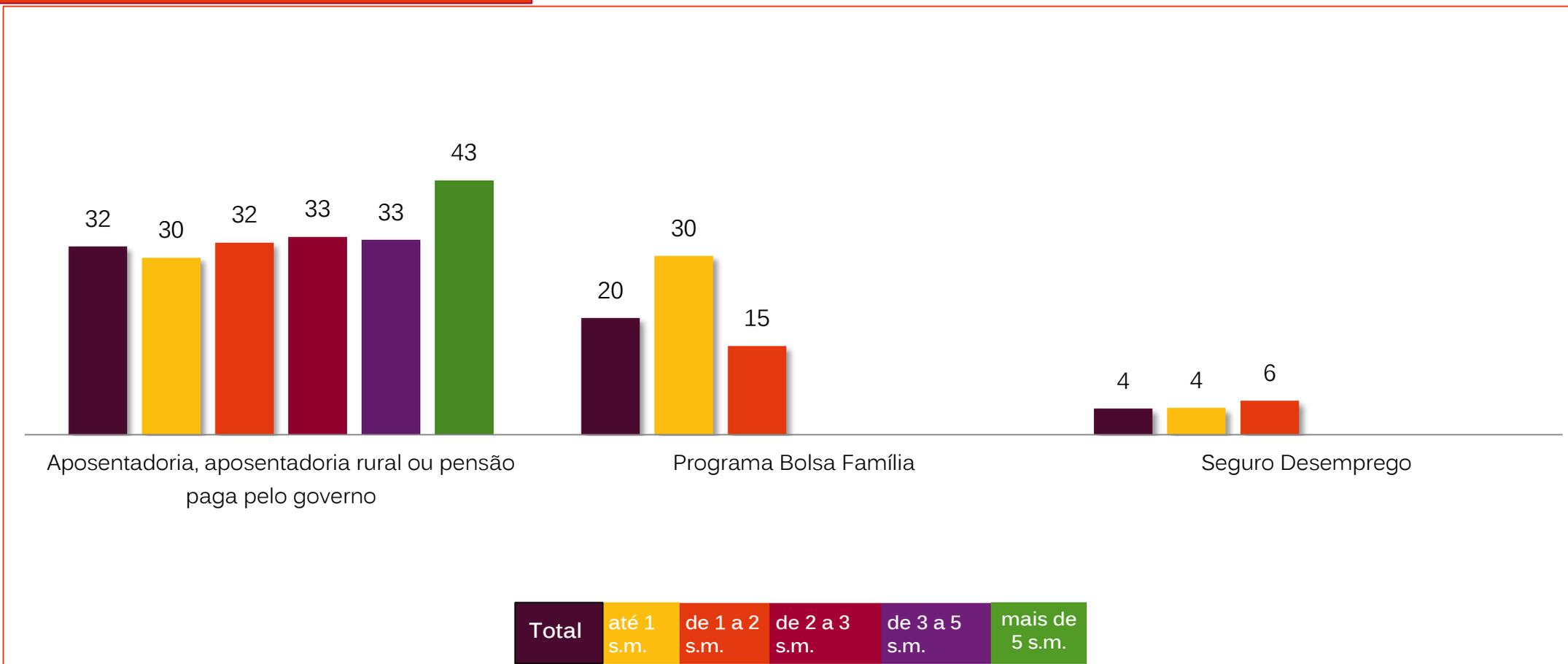
R\$ 1057

R\$ 236

R\$ 1075

R\$ 458

Benefícios/assistências



PEA 74%

Assalariado registrado 21%

Free-lance/ bico 15%

Desempregado (procura emprego) 10%

Autônomo regular 8%

Assalariado sem registro 8%

Funcionário público 7%

Empresário 2%

Outros 2%

Estagiário/ aprendiz 1%

NÃO PEA 26%

Dona de casa 6%

Aposentado 12%

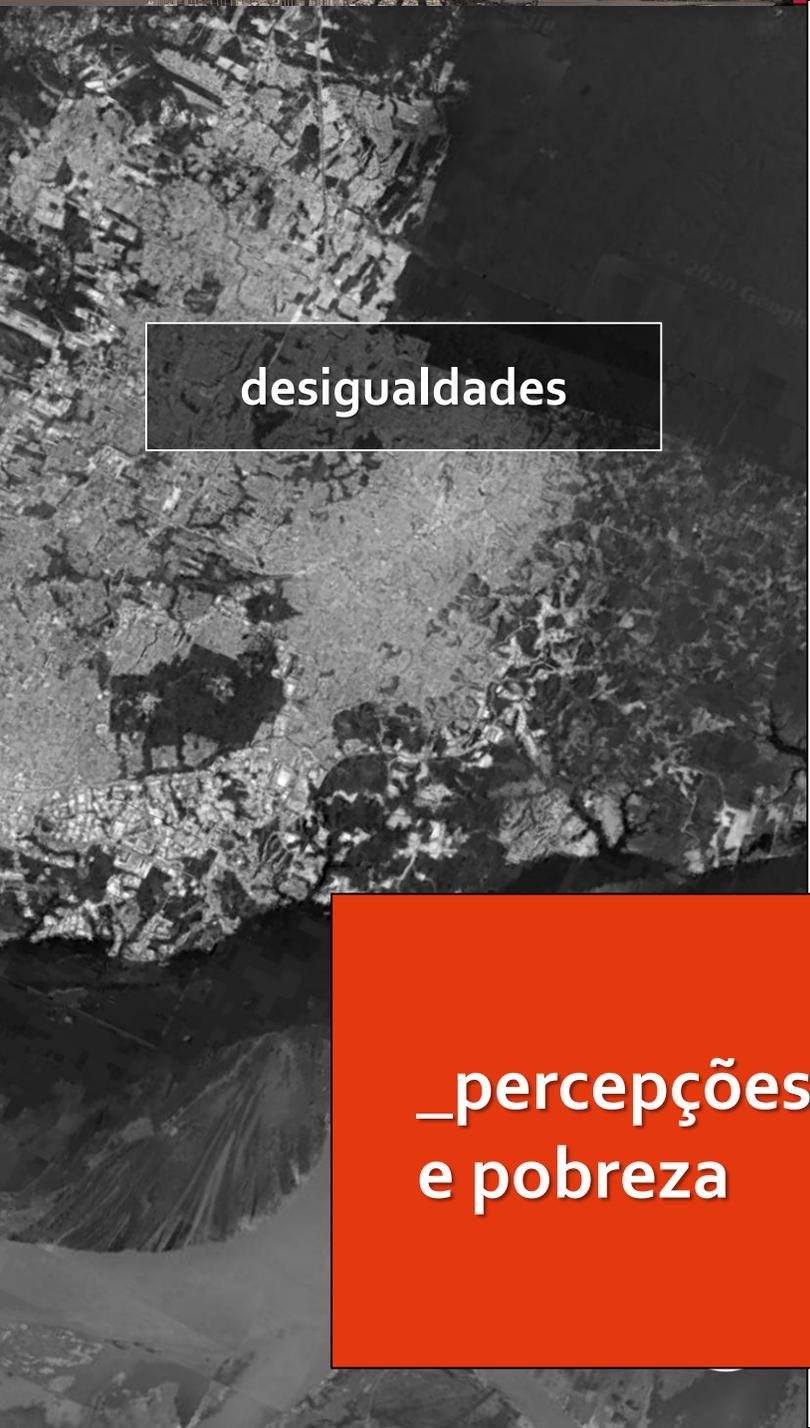
Estudante 4%

Vive de rendas 0

Outros 1%

Desempregado (não procura emprego) 2%



An aerial photograph of a city, showing a stark contrast between a well-developed urban area with modern buildings and a surrounding area of informal settlements or shanty towns with makeshift structures.

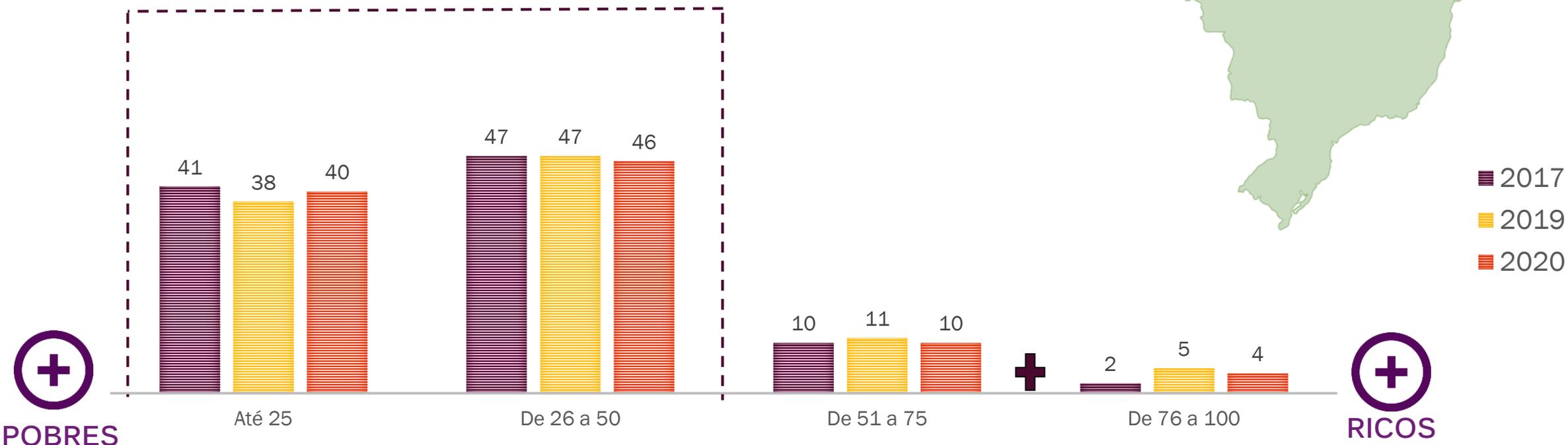
desigualdades

_percepções sobre riqueza
e pobreza

PERCEPÇÃO DA DESIGUALDADE

Espontânea e única, em %

86% acreditam fazer parte da metade **mais pobre do país**



POBRES



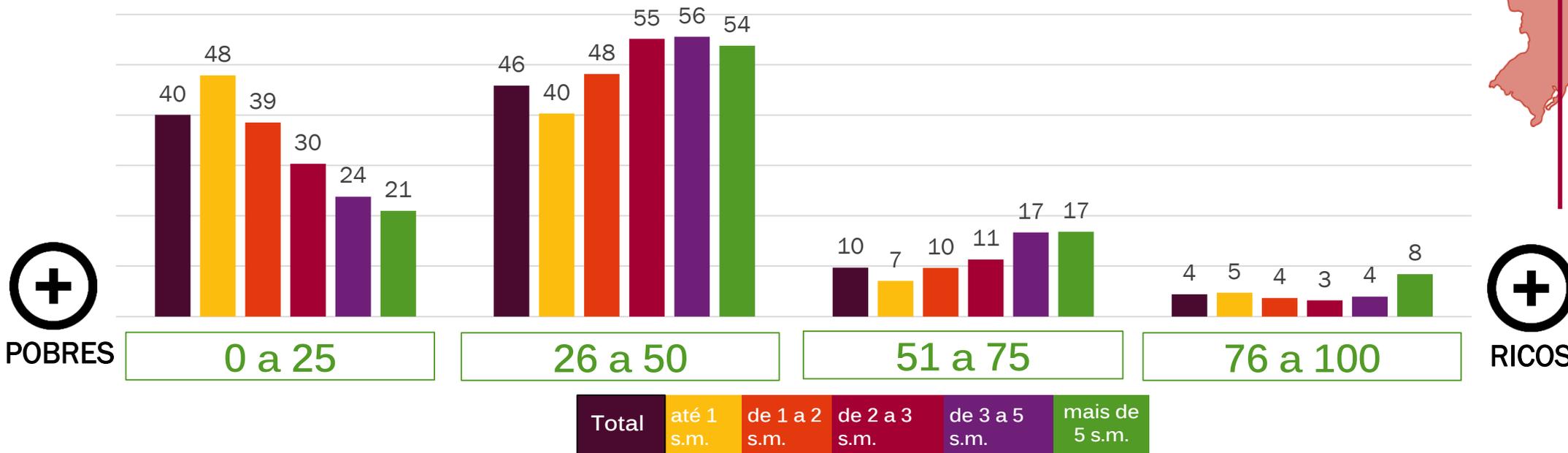
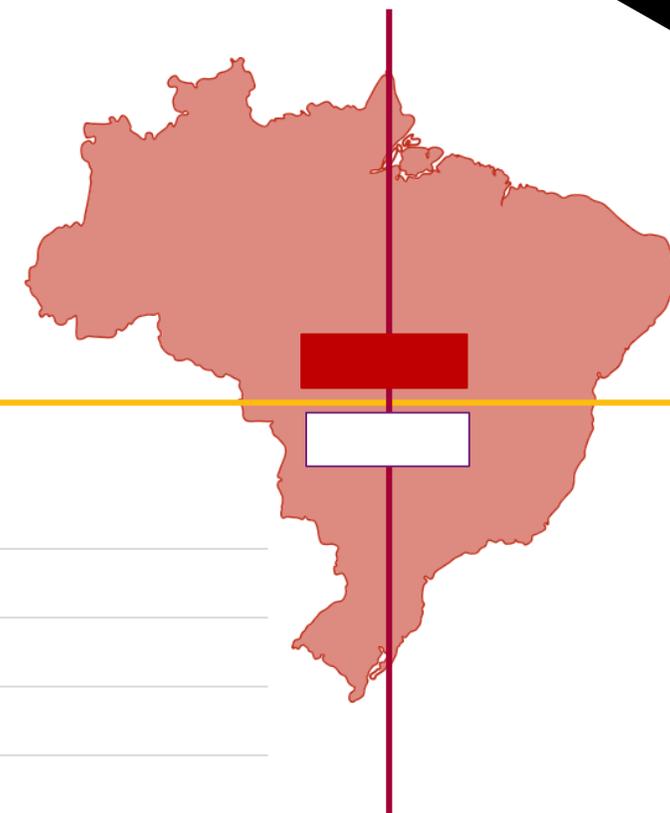
RICOS

Fonte: P.13 Em uma escala de 0 a 100 em que 0 estão as pessoas com a renda mais baixa do país, ou seja, os muito pobres, e 100 as pessoas com a renda mais alta do país, ou seja, os muito ricos, em que posição você se colocaria? (Base: Total da amostra)

PERCEPÇÃO DA DESIGUALDADE

Espontânea e única, em %

Um em cada quatro brasileiros com renda acima de 5 salários se coloca na parcela **mais pobre do país**

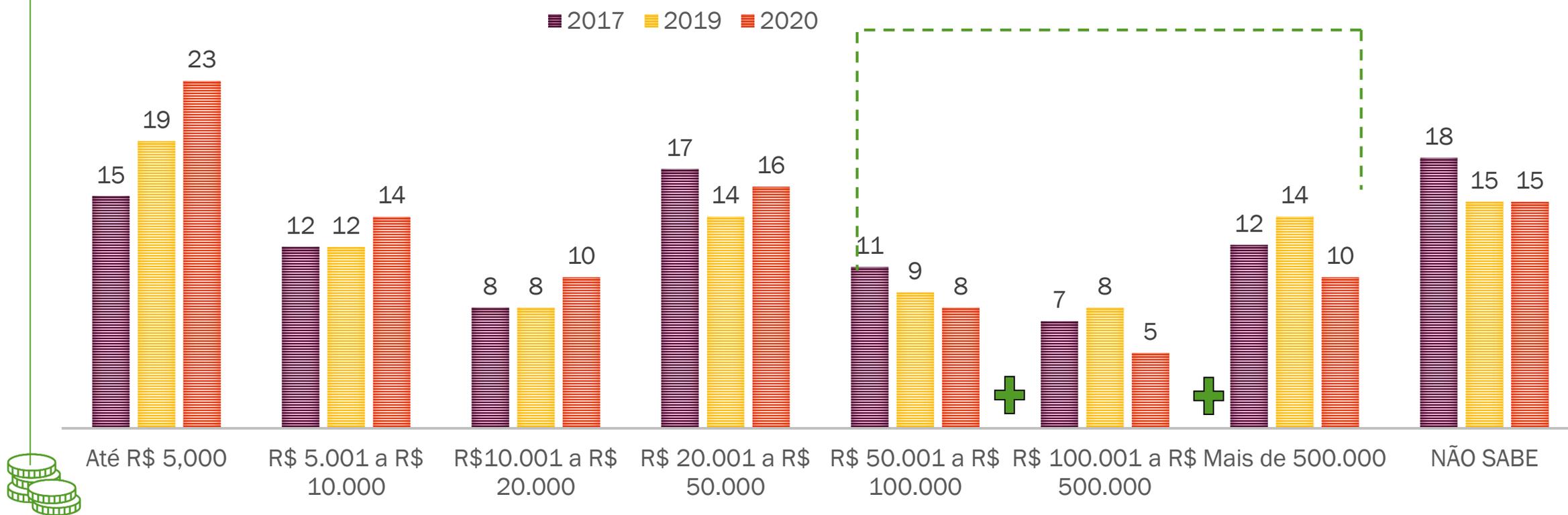


PROJEÇÃO DE RENDA

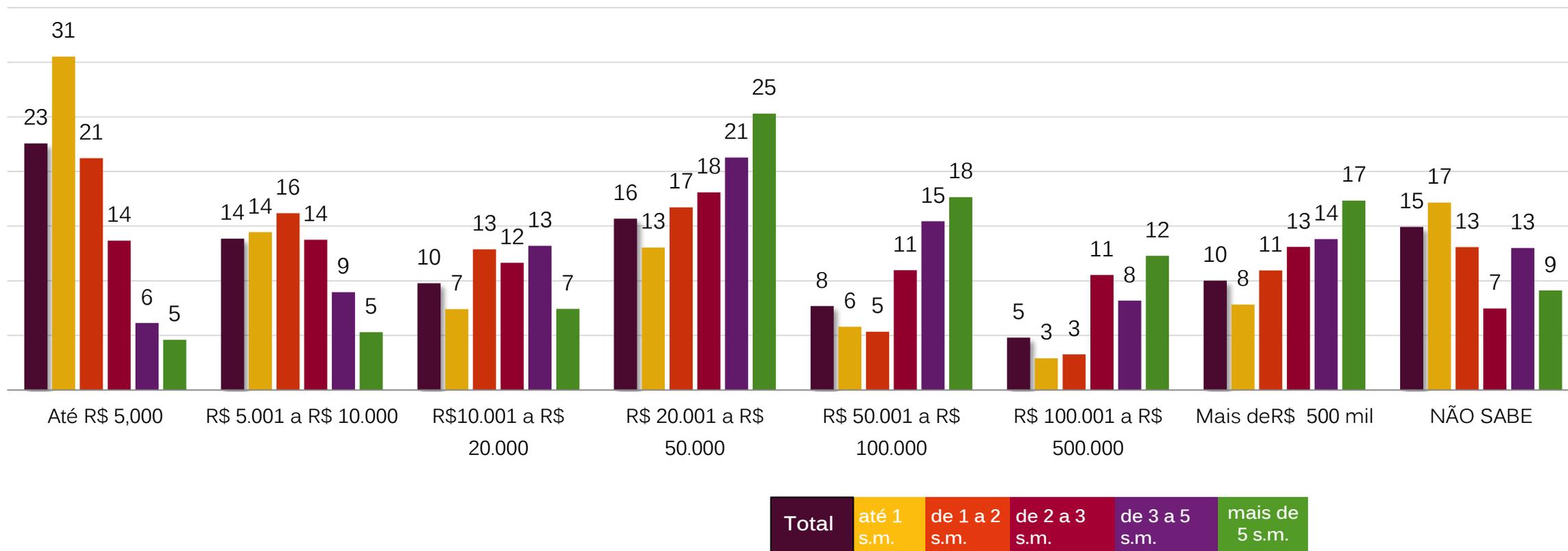
Espontânea e única, em %



Entre 2019 e 2020, caiu de 32% para 23% a taxa dos que acreditam ser preciso **mais de R\$ 50 mil/mês** para estar entre 10% mais ricos do país

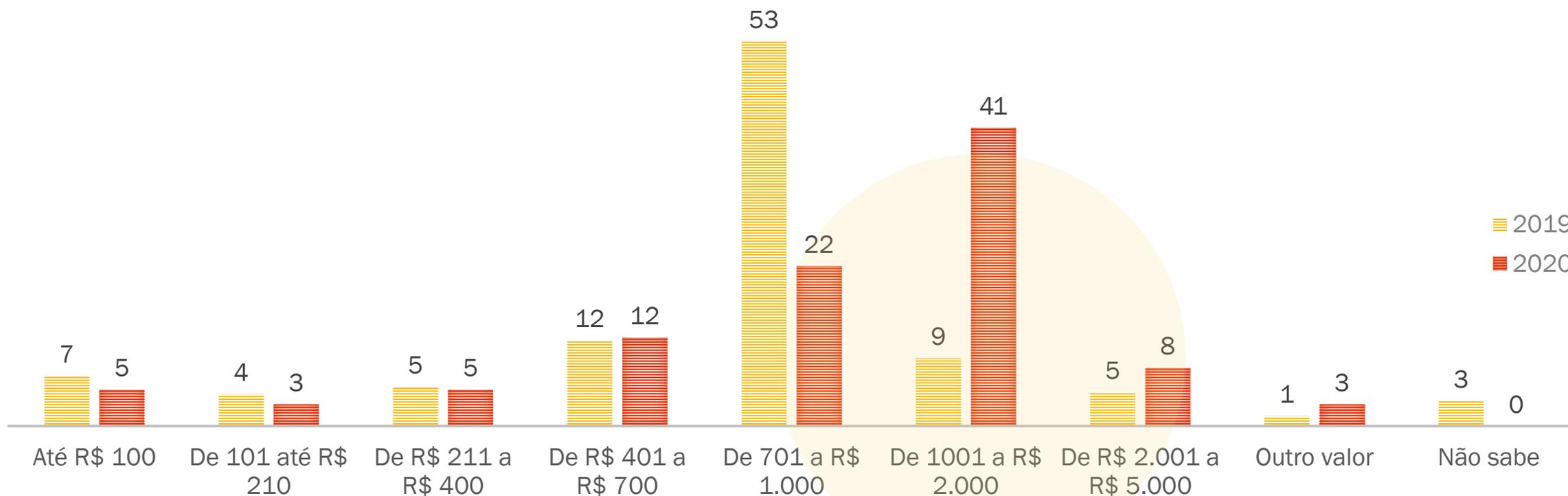


48% na **faixa de renda mais baixa** citam valores até R\$ 5 mil ou não têm resposta para a questão



Espontânea e única, em %

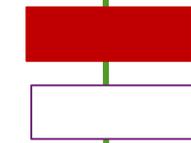
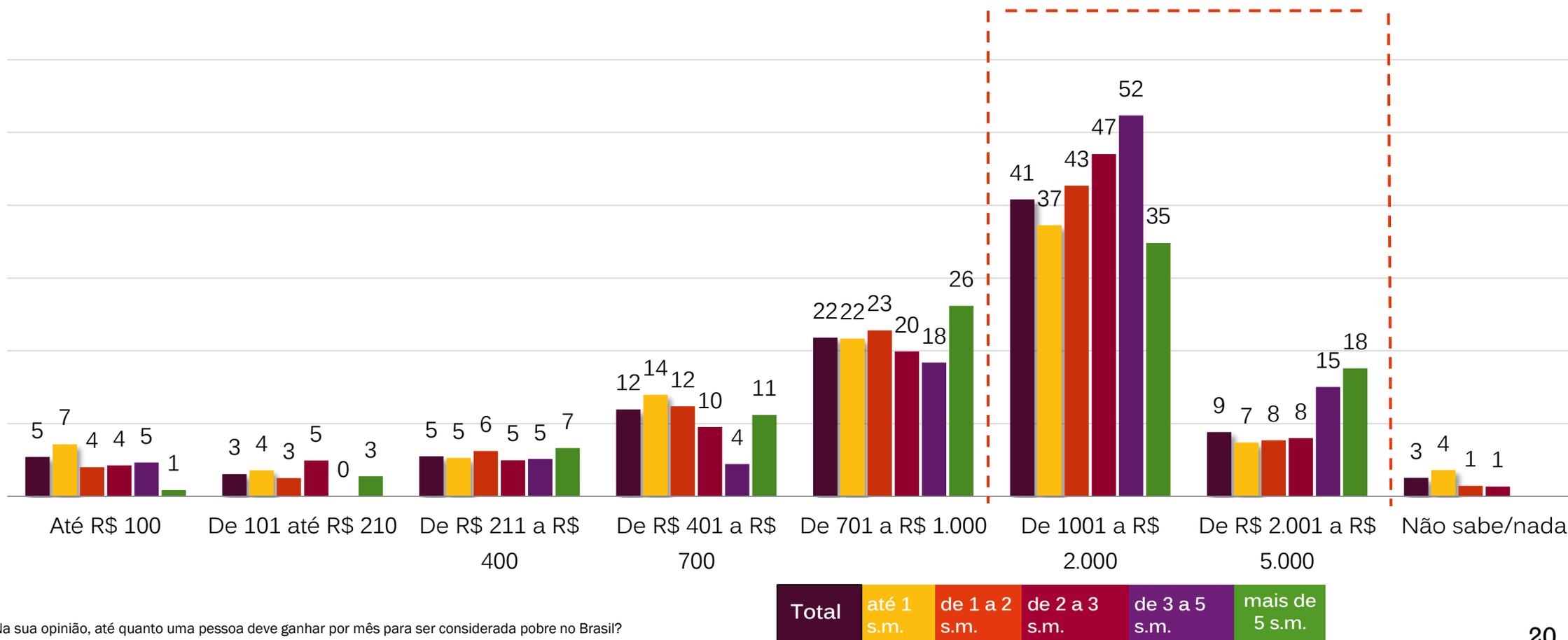
41% acreditam que **pobre**, no Brasil, é quem tem **renda de R\$ 1 mil a R\$ 2 mil por mês**



PROJEÇÃO DE RENDA

Espontânea e única, em %

Entre quem tem renda de 3 a 5 salários, 67% acreditam que uma pessoa pobre tem renda de mais de R\$ 1 mil





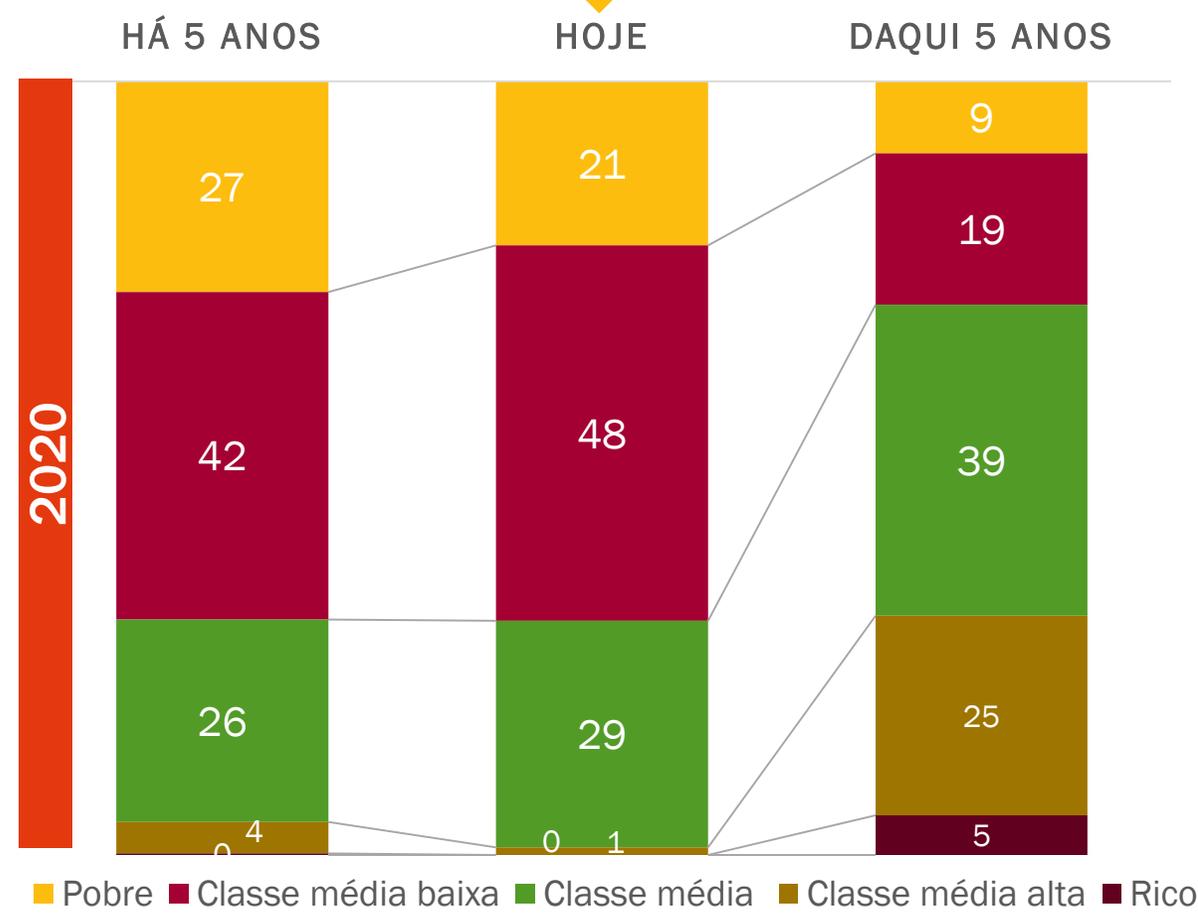
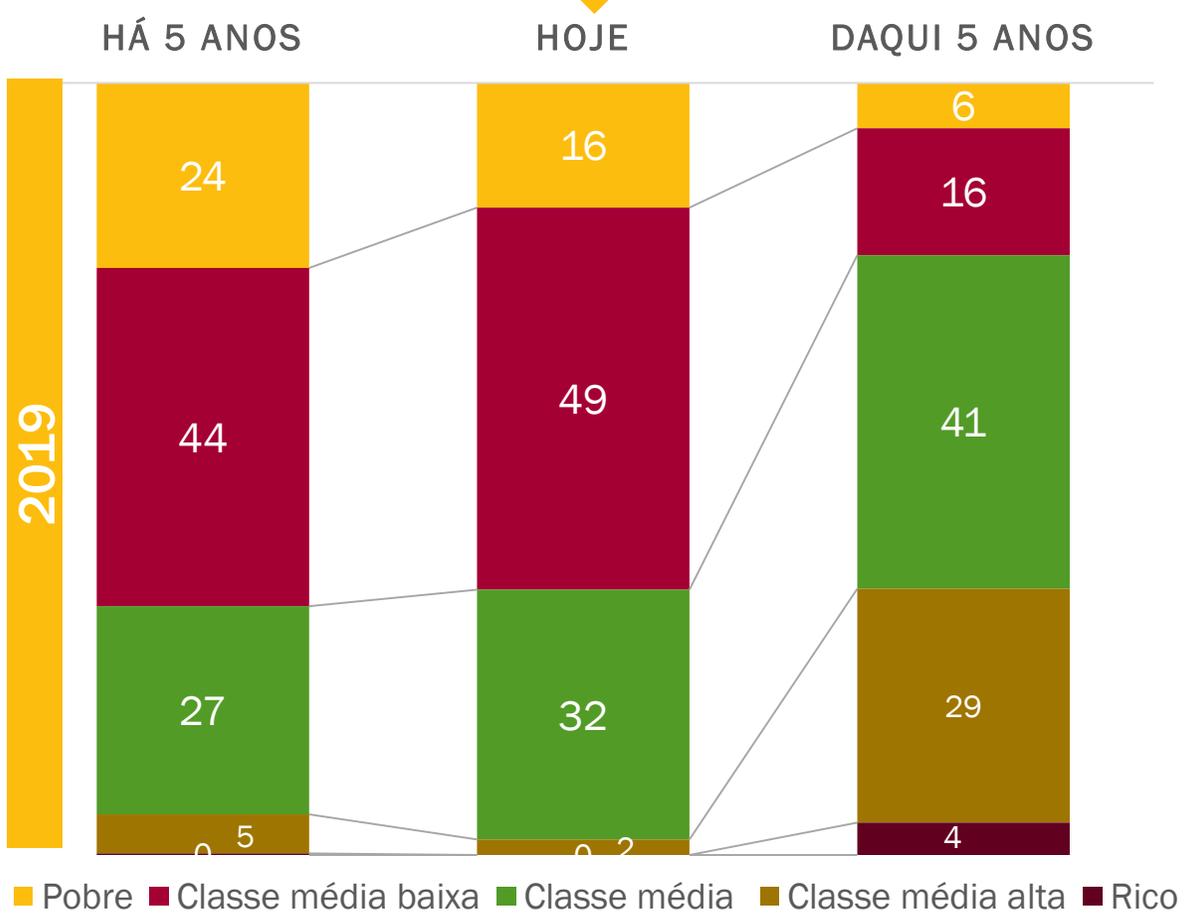
classe social

_presente, passado e futuro
_aspirações de classe

CLASSE – PRESENTE, PASSADO E FUTURO

Estimulada e única, em %

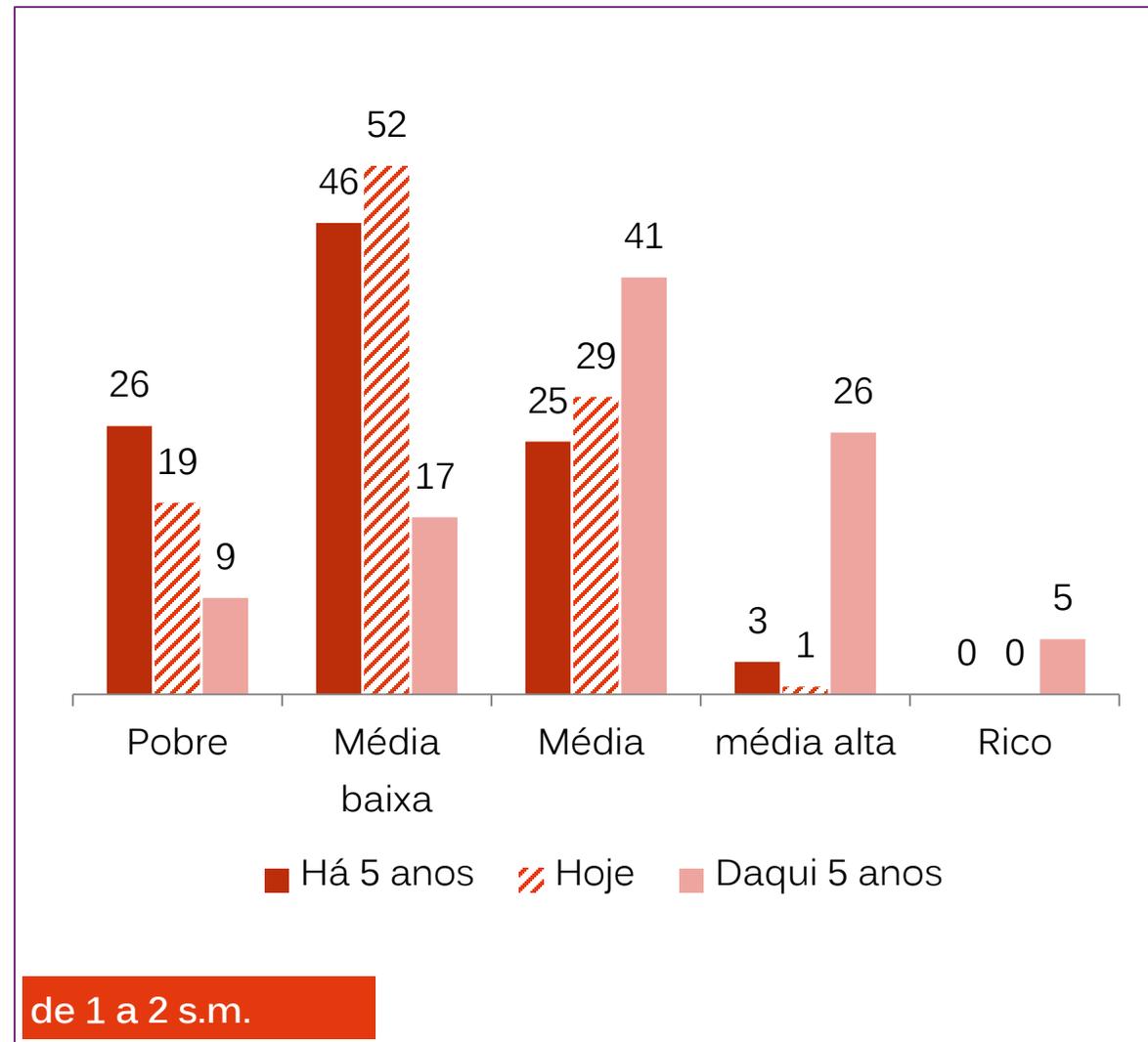
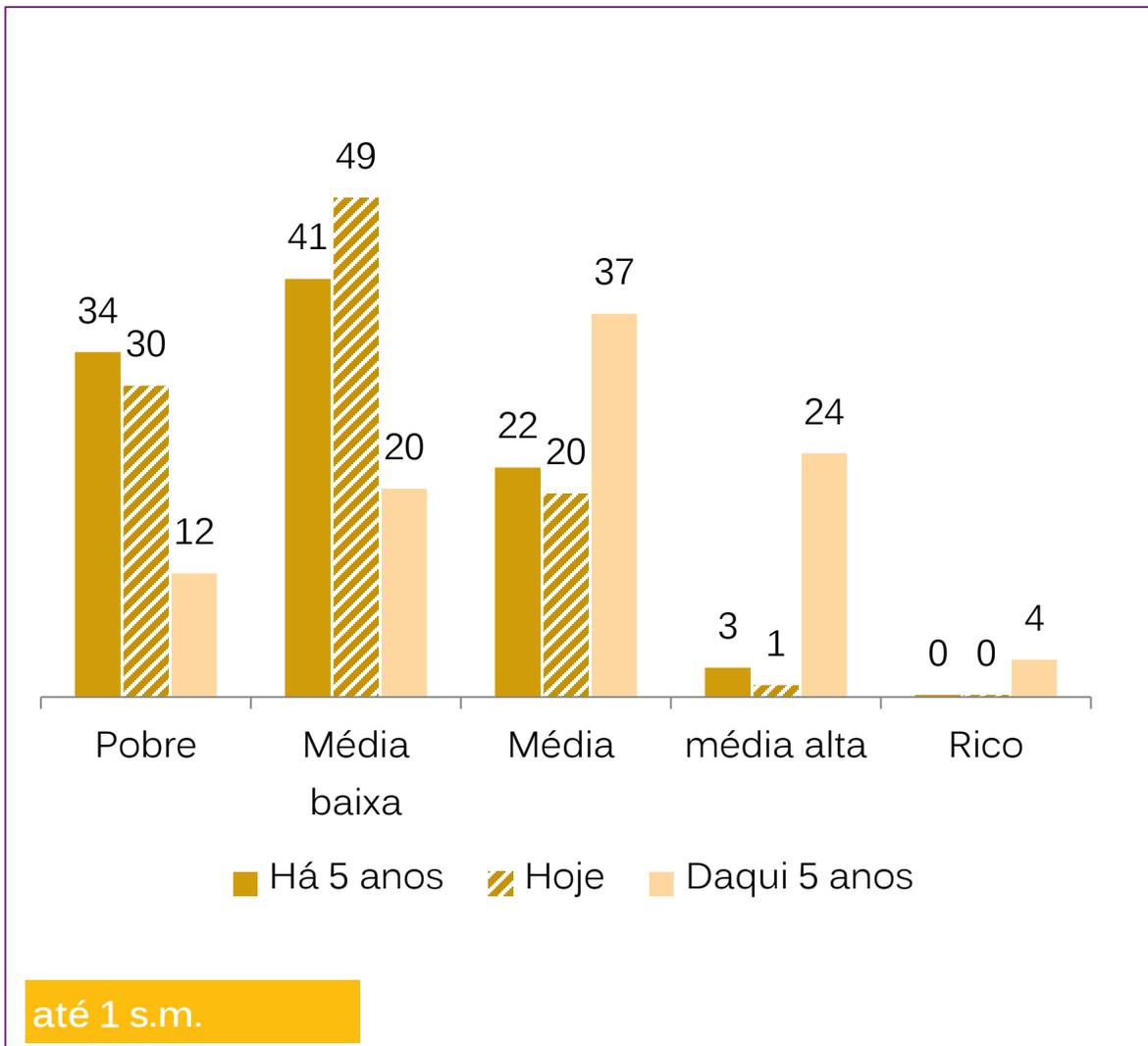
Percepção de **pobreza** no presente aumentou de 16% para 21% entre 2019 e 2020



P.14 Considerando sua renda e padrão de vida, VOCÊ se considera em qual dos seguintes grupos?/P.15 E há 5 anos aproximadamente, VOCÊ estava em qual desses grupos? /P.17 E daqui a cinco anos, você imagina estar em qual desses grupos? (Base: Total da amostra)

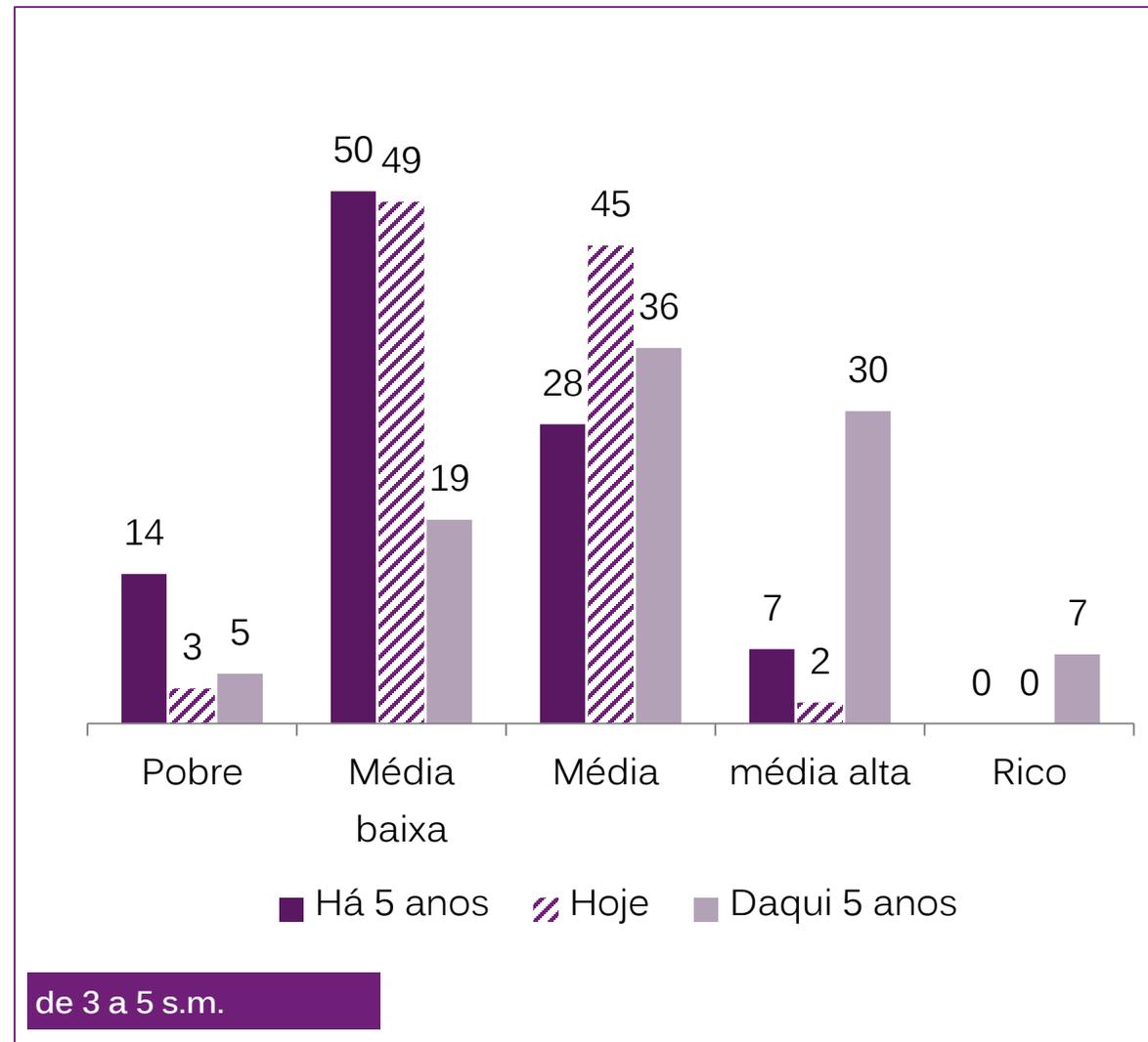
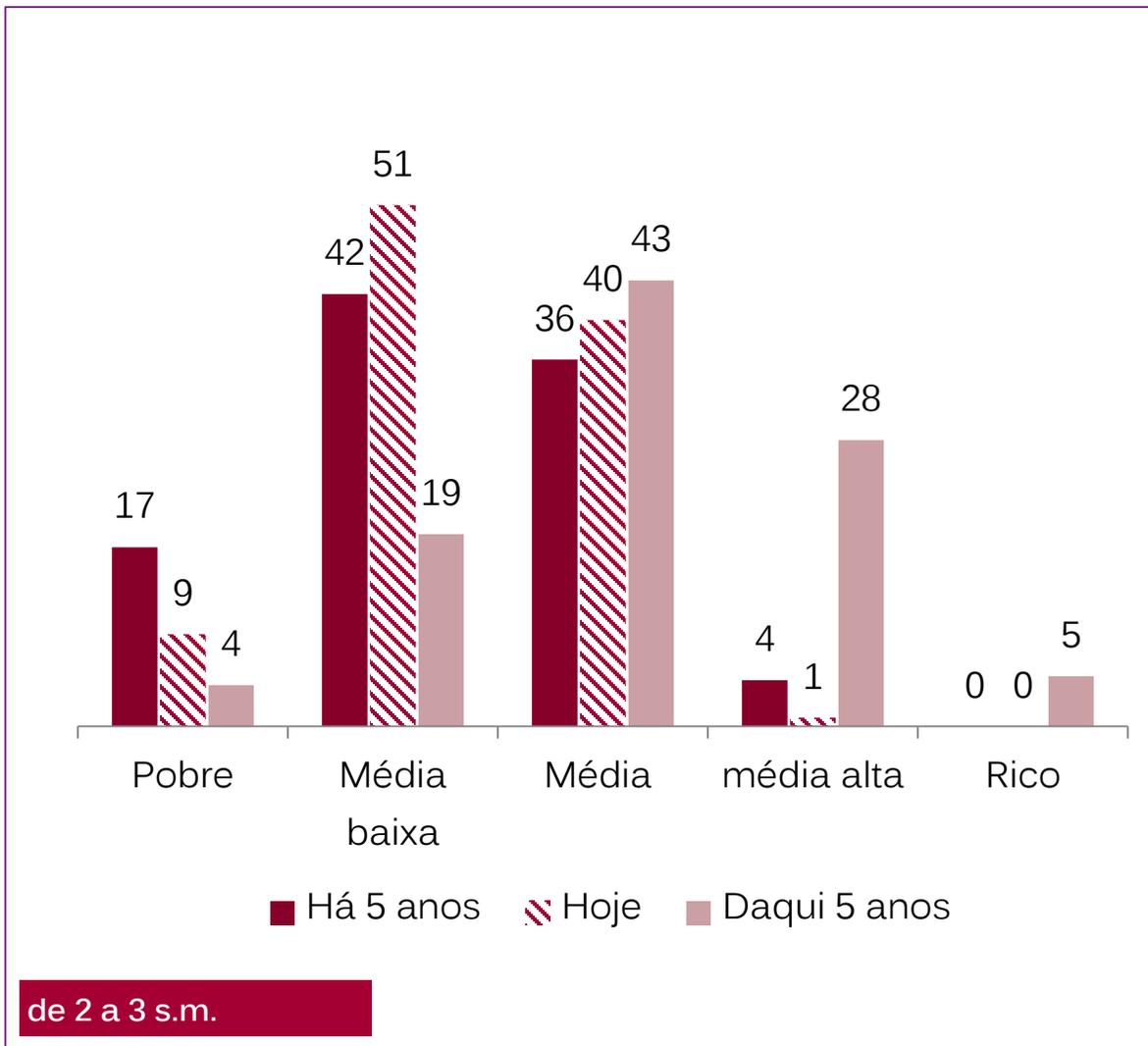
CLASSE – PRESENTE, PASSADO E FUTURO

Estimulada e única, em %



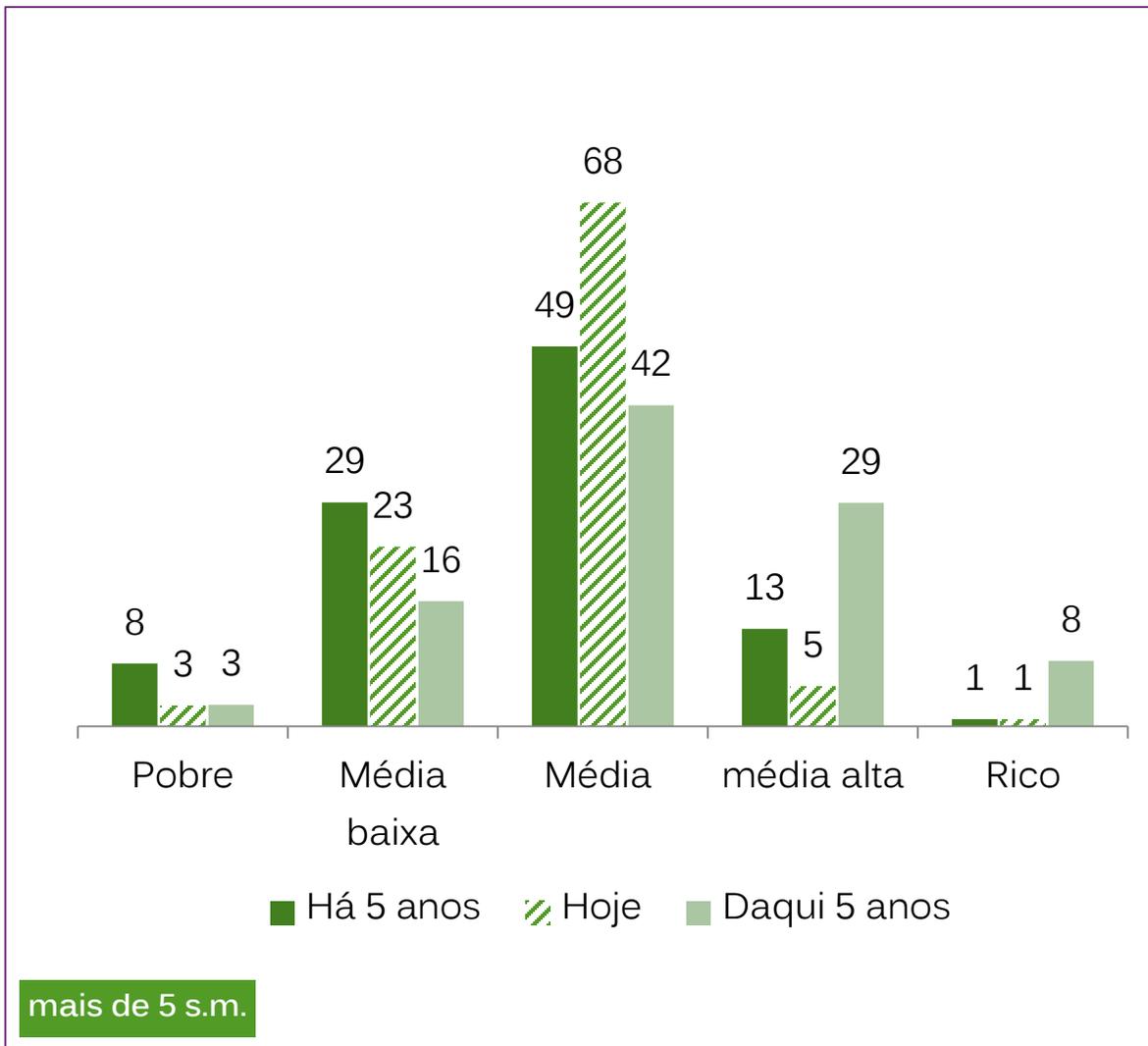
CLASSE – PRESENTE, PASSADO E FUTURO

Estimulada e única, em %



CLASSE – PRESENTE, PASSADO E FUTURO

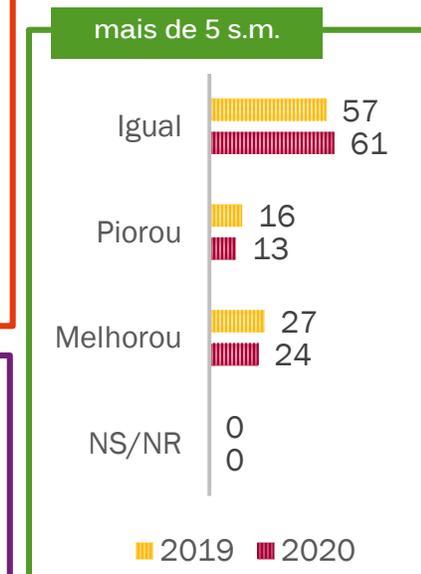
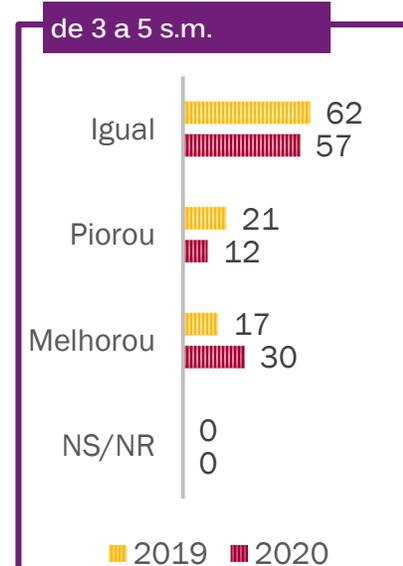
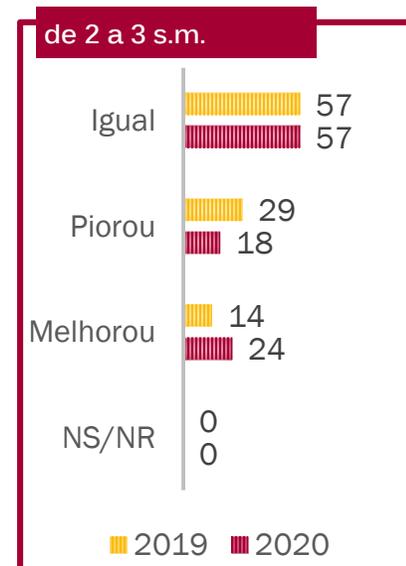
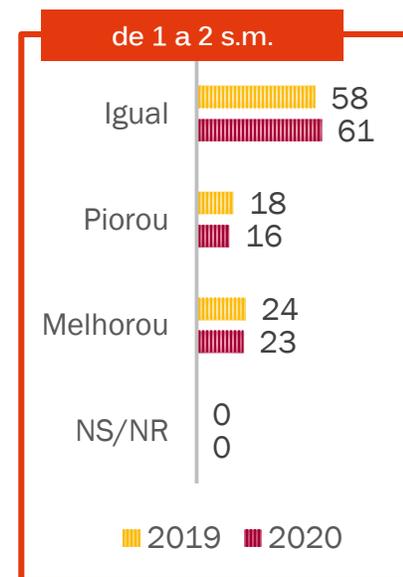
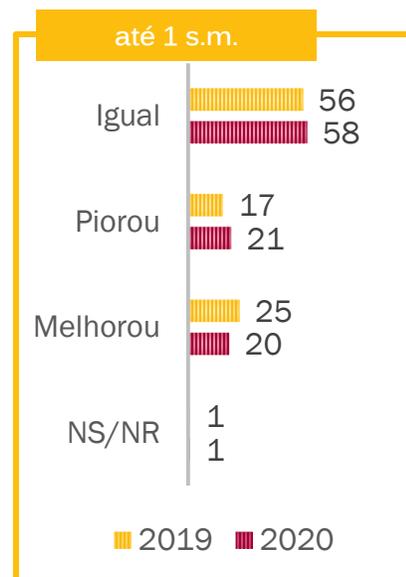
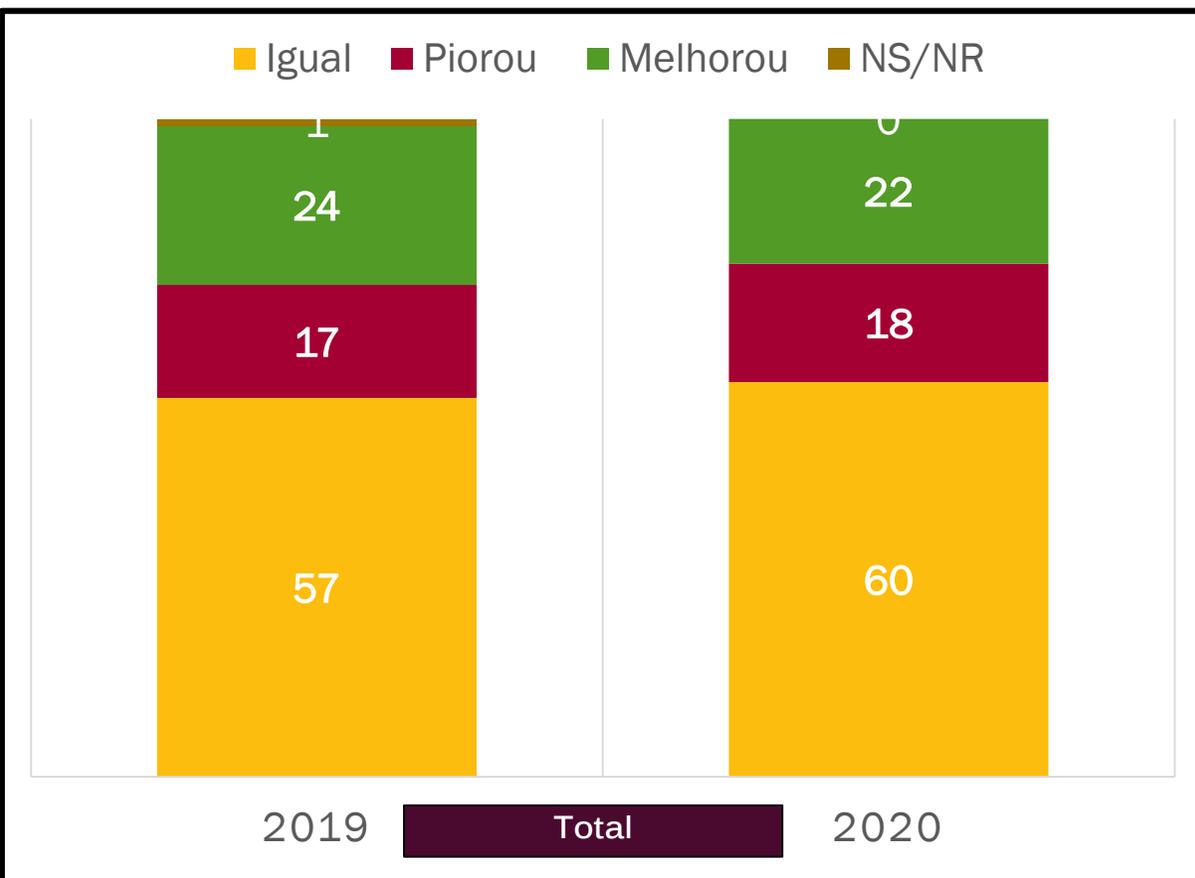
Estimulada e única, em %



CLASSE SOCIAL ATUAL X HÁ CINCO ANOS

Estimulada e única, em %

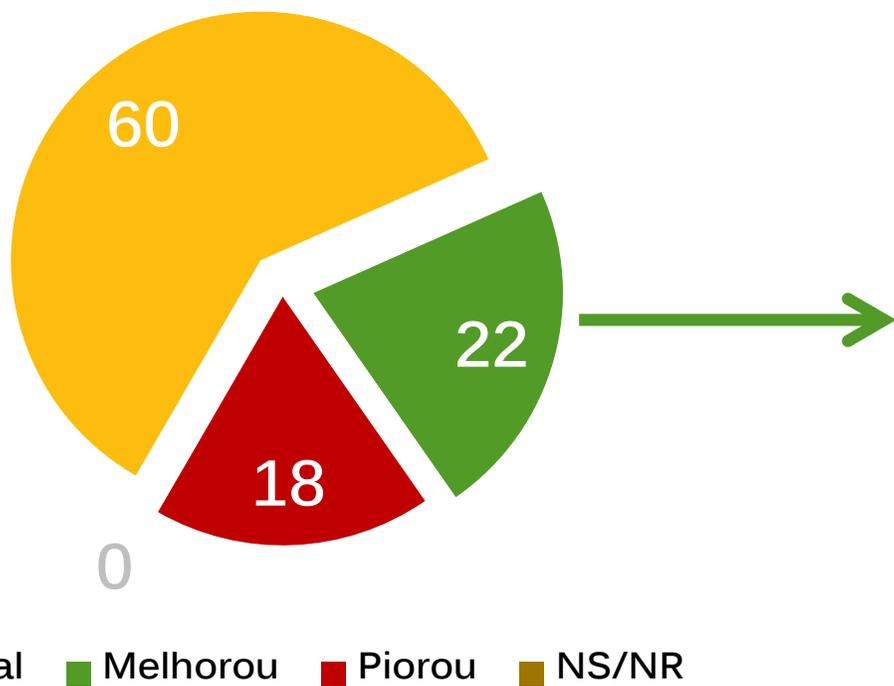
A PERCEPÇÃO DE MOBILIDADE SOCIAL MUDOU POUCO ENTRE 2019 E 2020



CLASSE SOCIAL ATUAL X HÁ CINCO ANOS

Estimulada e única, em %

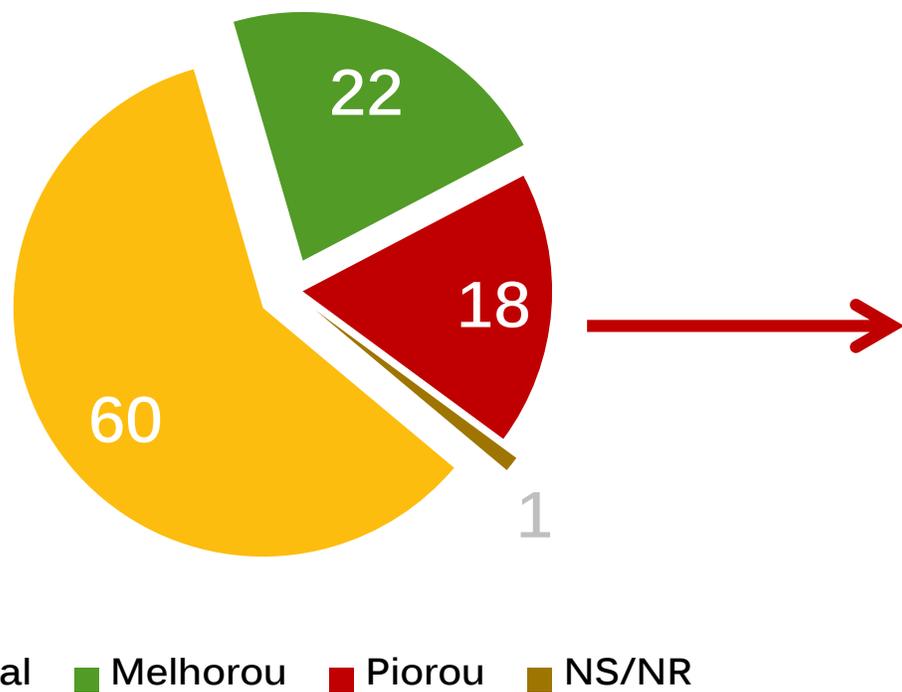
Maioria dos que melhoraram na auto percepção de classe atribuem salto a **oportunidades de trabalho/experiência profissional**



CLASSE SOCIAL ATUAL X HÁ CINCO ANOS

Estimulada e única, em %

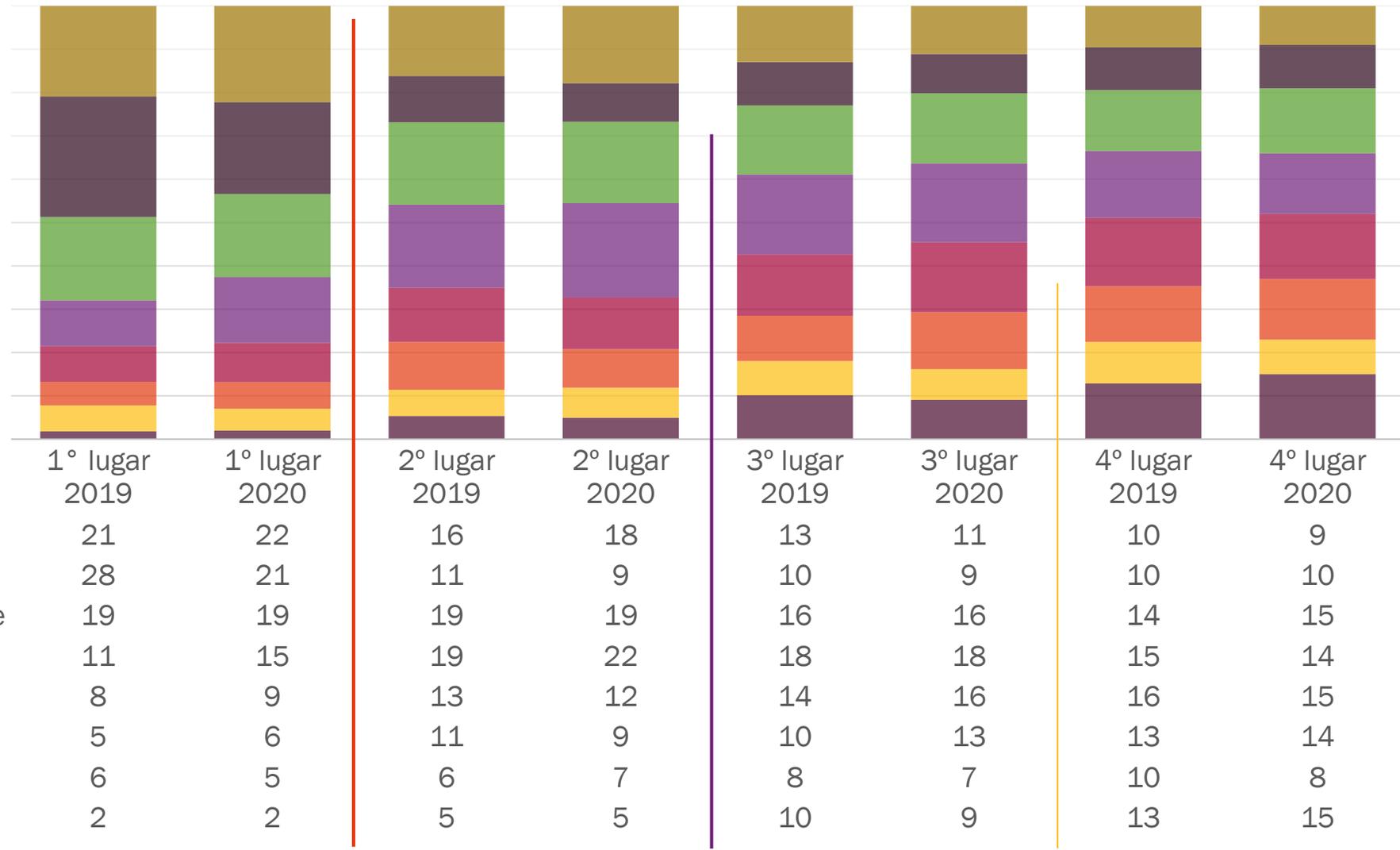
Condição financeira da família e oportunidades de trabalho/experiência profissional impulsionaram percepção de queda na classe social



O QUE IMPORTA PARA O FUTURO

Estimulada e única, em %

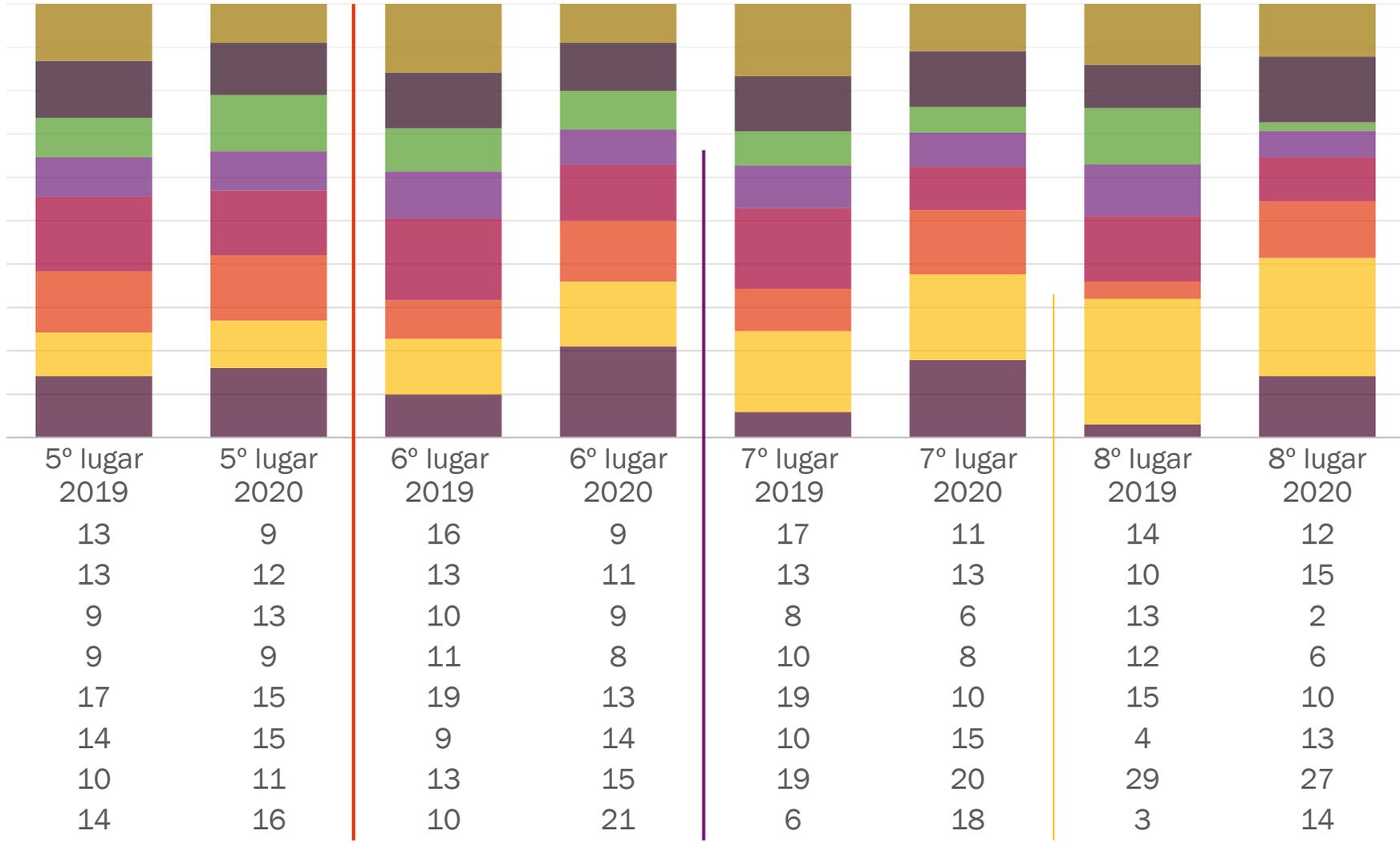
Estudar é citado por 22% como aspecto mais importante para melhorar de vida daqui para frente



O QUE IMPORTA PARA O FUTURO

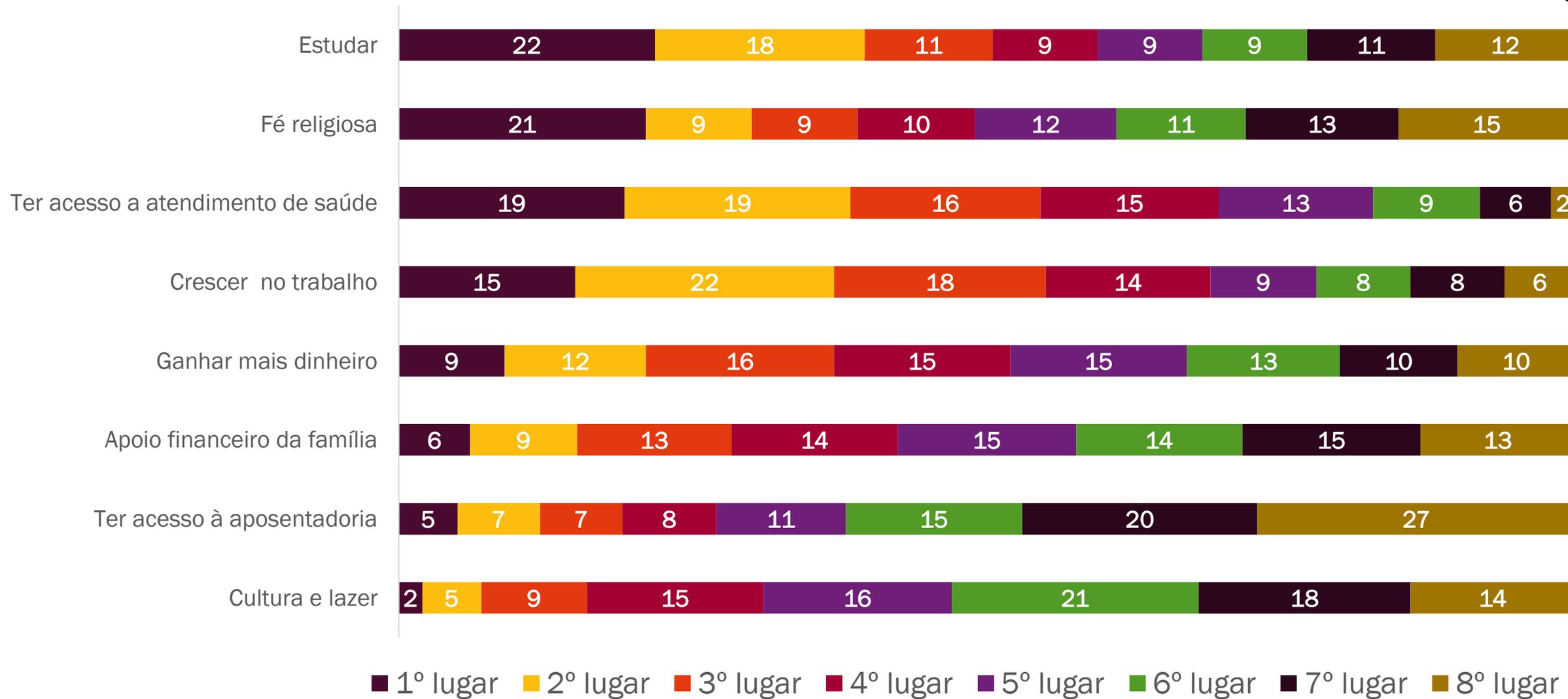
Estimulada e única, em %

Estudar é citado por 22% como aspecto mais importante para melhorar de vida daqui para frente



O QUE IMPORTA PARA O FUTURO

Estimulada e única, em %



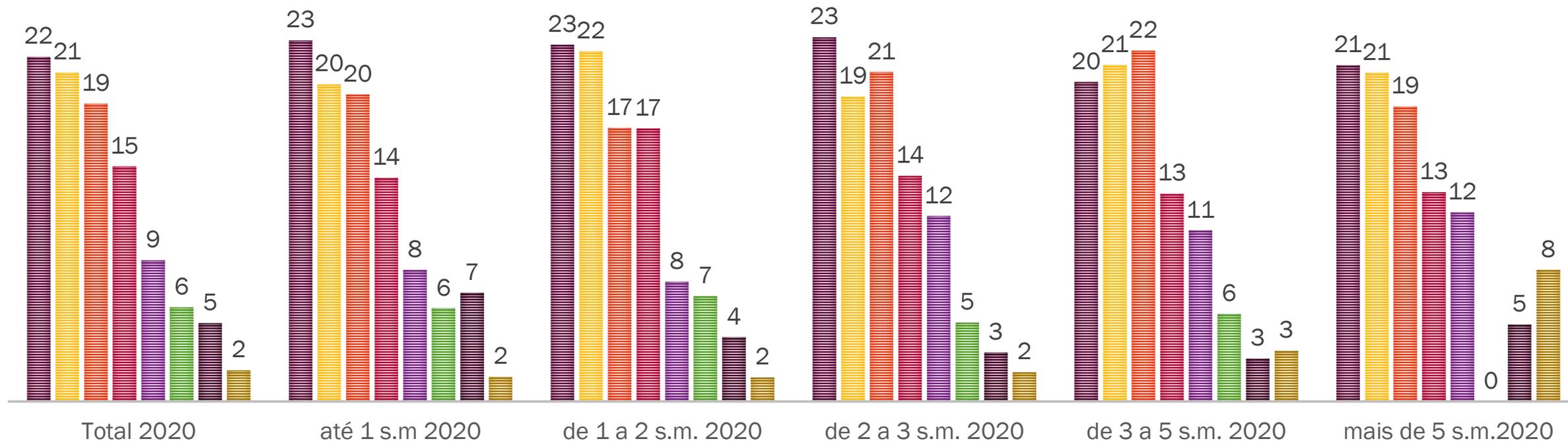
O QUE IMPORTA PARA O FUTURO

Estimada e única, em %

1º

Fé religiosa se destaca em todos os segmentos de renda; entre os mais ricos empata com **estudo**

- Estudar
- Fé religiosa
- Ter acesso a atendimento de saúde
- Crescer no trabalho
- Ganhar mais dinheiro
- Apoio financeiro da família
- Ter acesso à aposentadoria
- Cultura e lazer



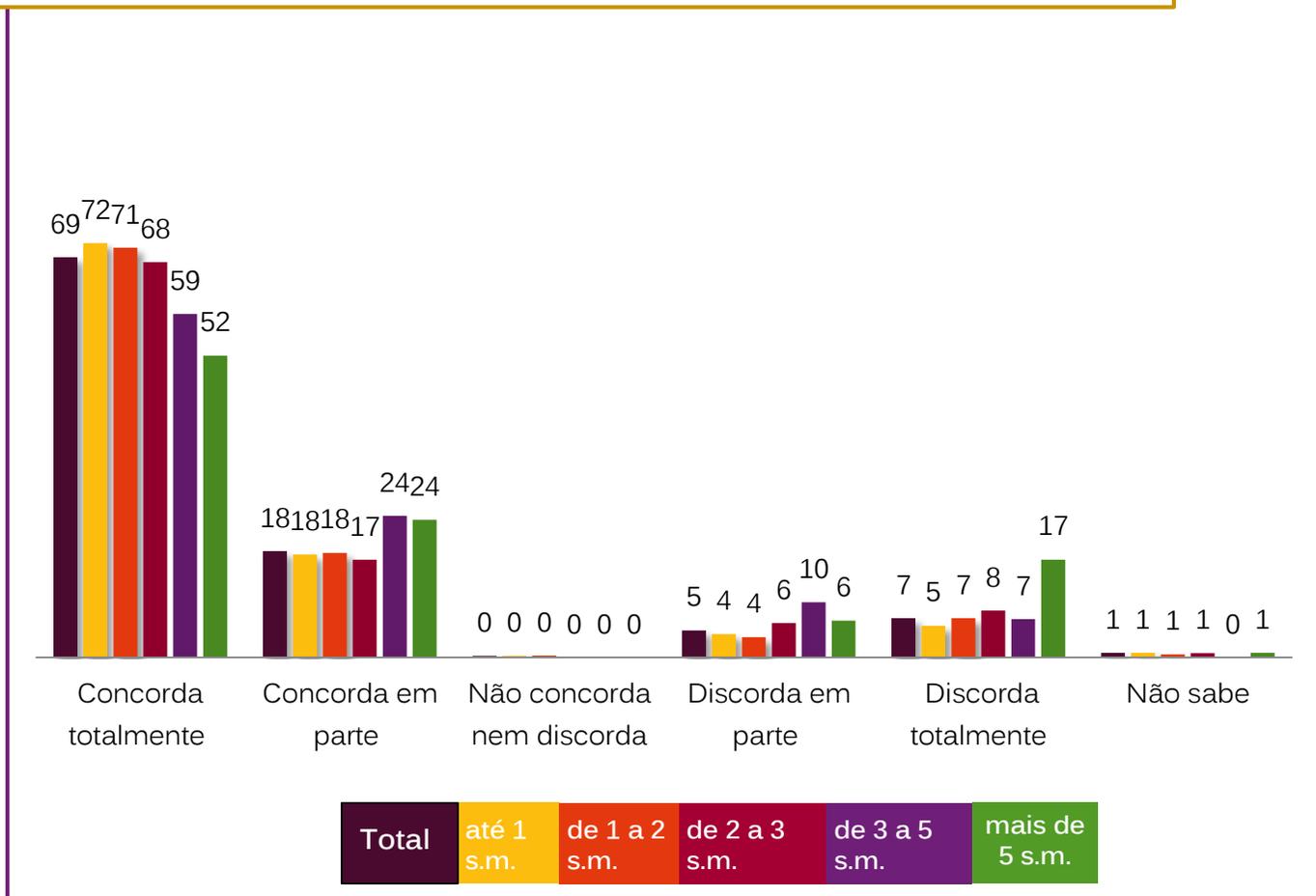
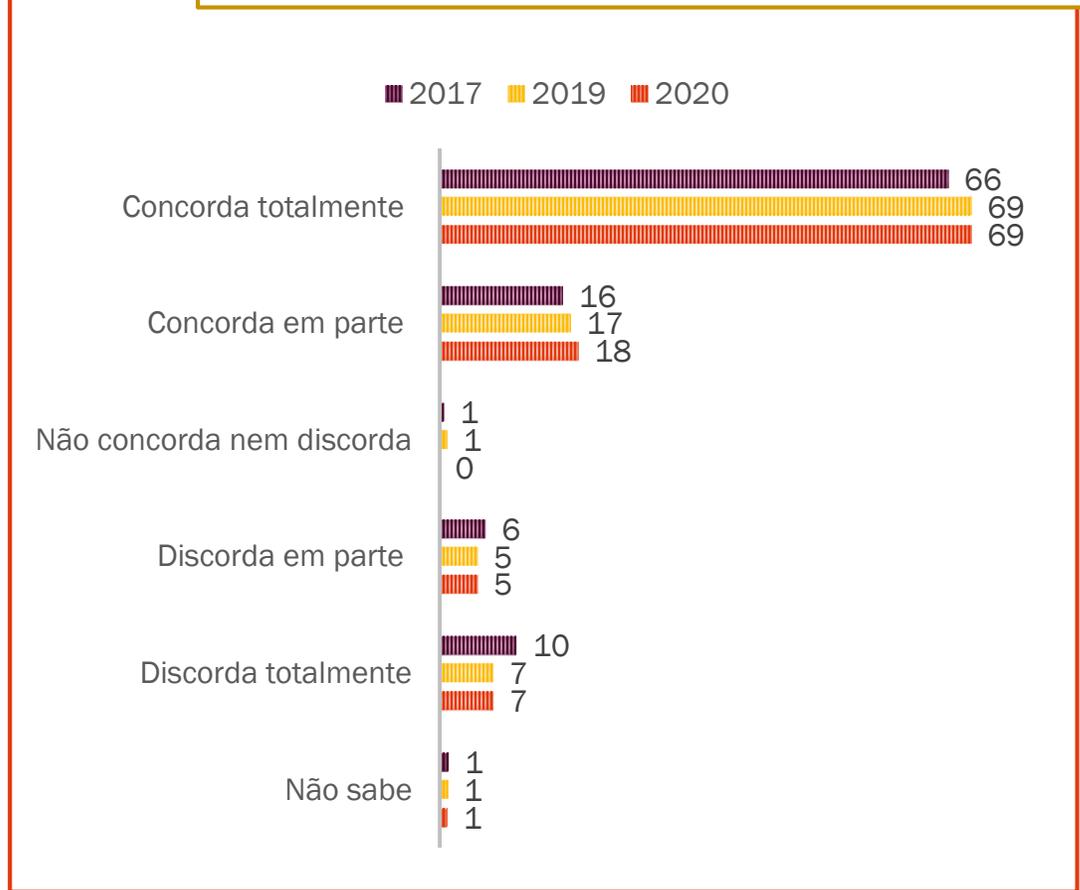
An aerial photograph of a city, showing a grid of streets and buildings. The image is overlaid with a semi-transparent red filter. A dark rectangular box is positioned over the top-left portion of the image.

desigualdades

**_questões sobre cotidiano
e desigualdade**

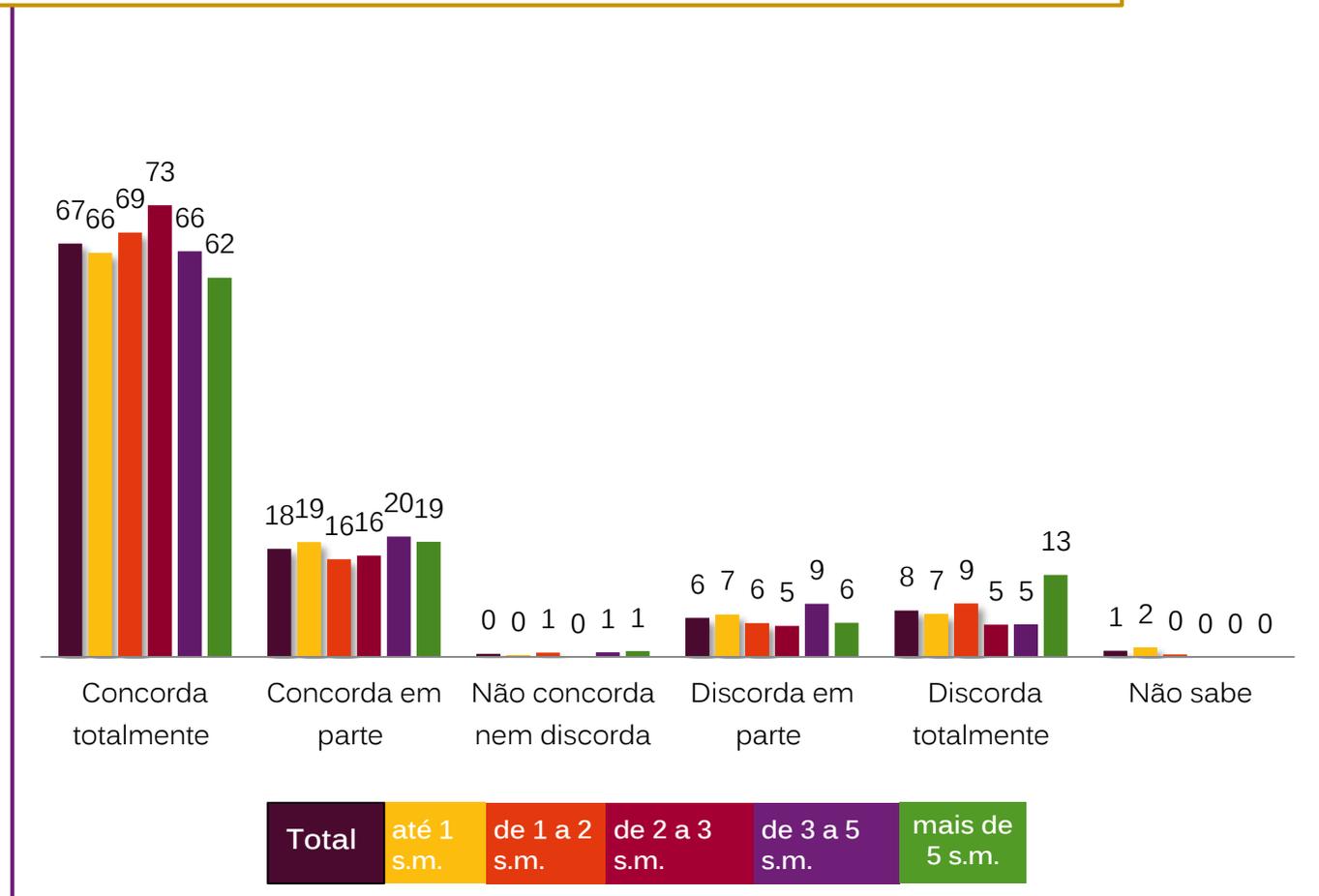
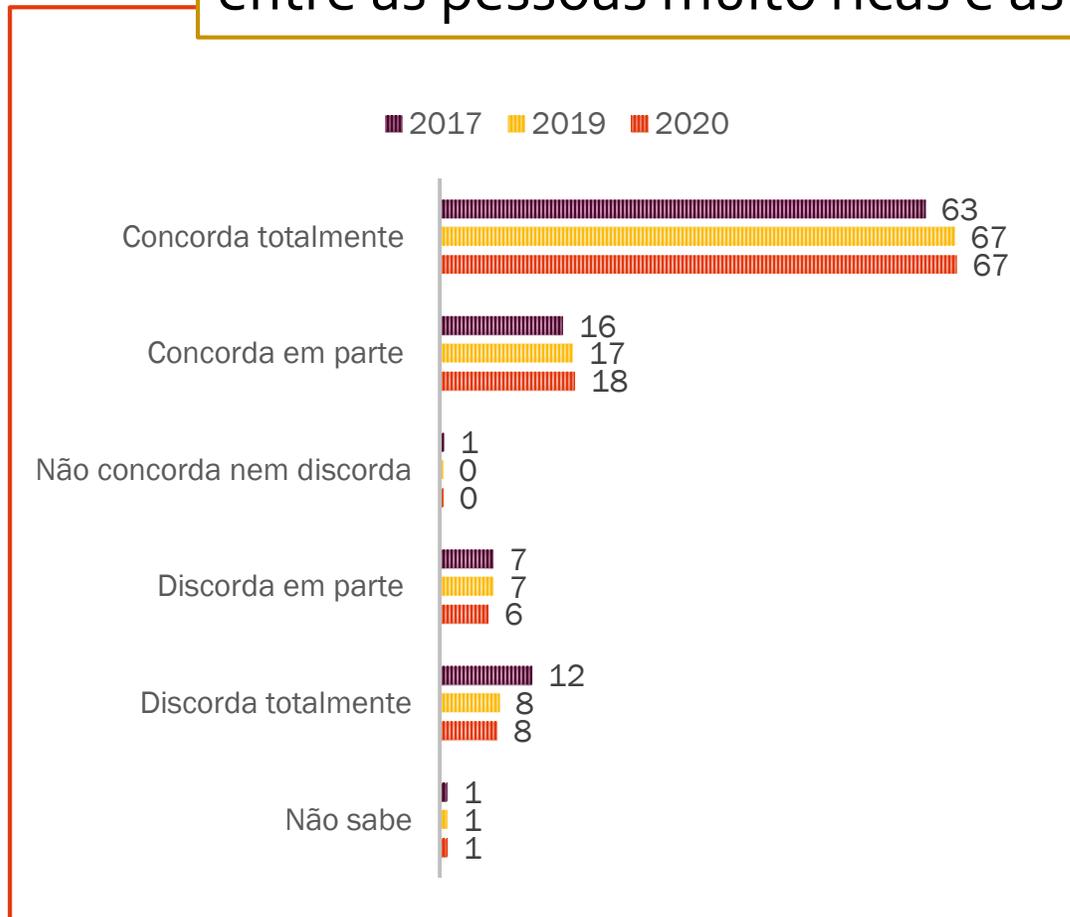
Estimulada e única, em %

O governo deve transferir dinheiro público para que os Estados com serviços públicos ruins ofereçam a mesma qualidade dos Estados que têm serviços públicos bons



Estimulada e única, em %

Em um país como o Brasil, é obrigação dos governos diminuir a diferença entre as pessoas muito ricas e as pessoas muito pobres

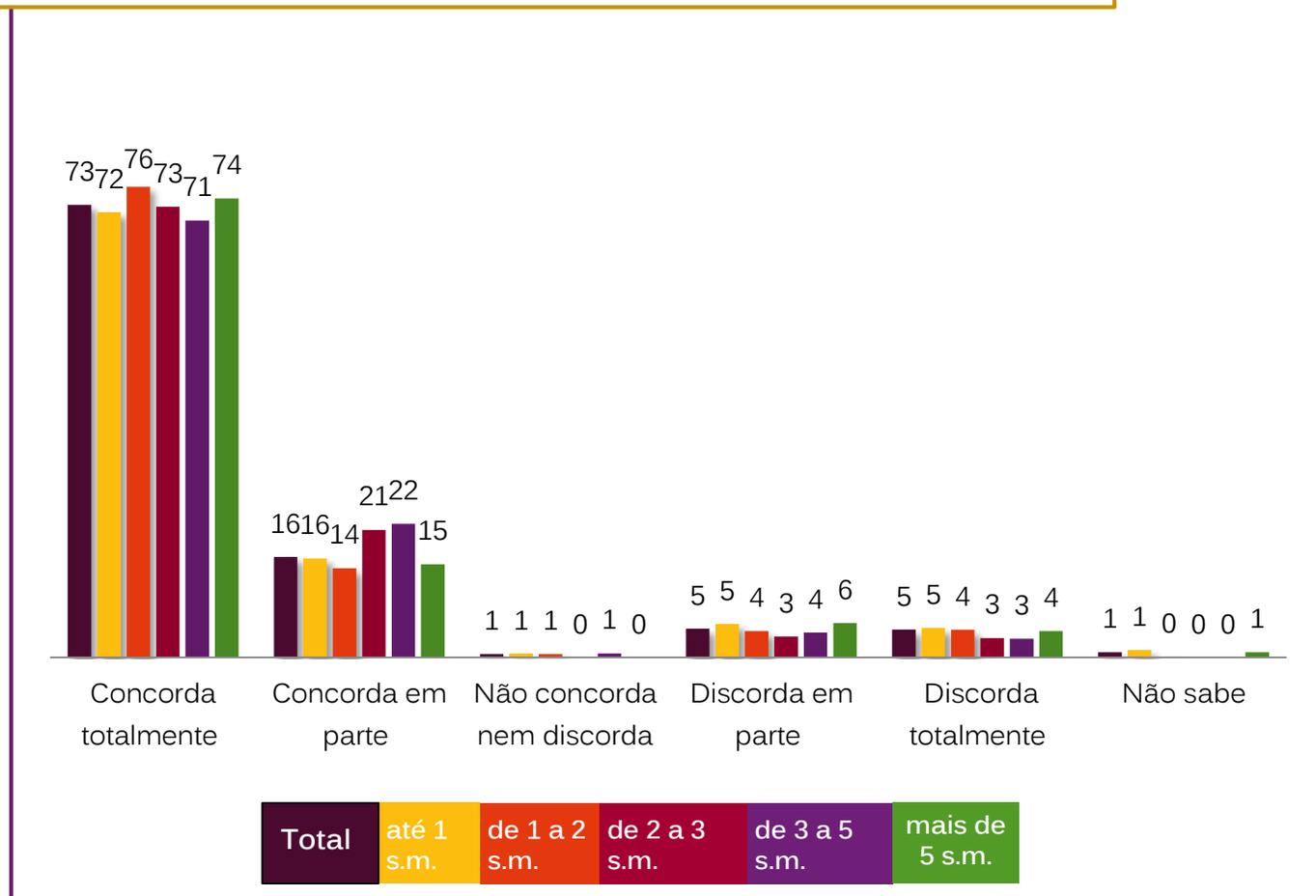
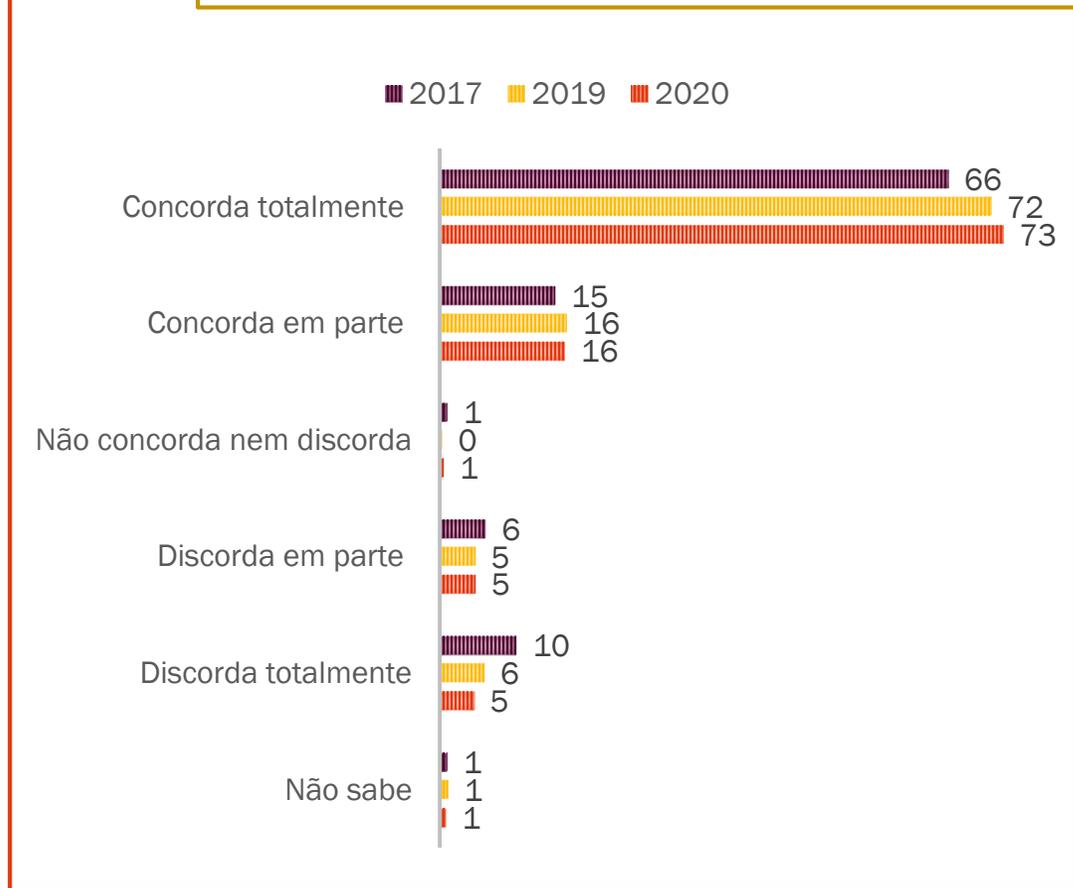


P,21, 22, 23 e 24 Vou ler algumas frases e gostaria que você me dissesse se concorda ou discorda de cada uma delas (LEIA CADA ITEM). Você concorda ou discorda?

(Base: Total da amostra)

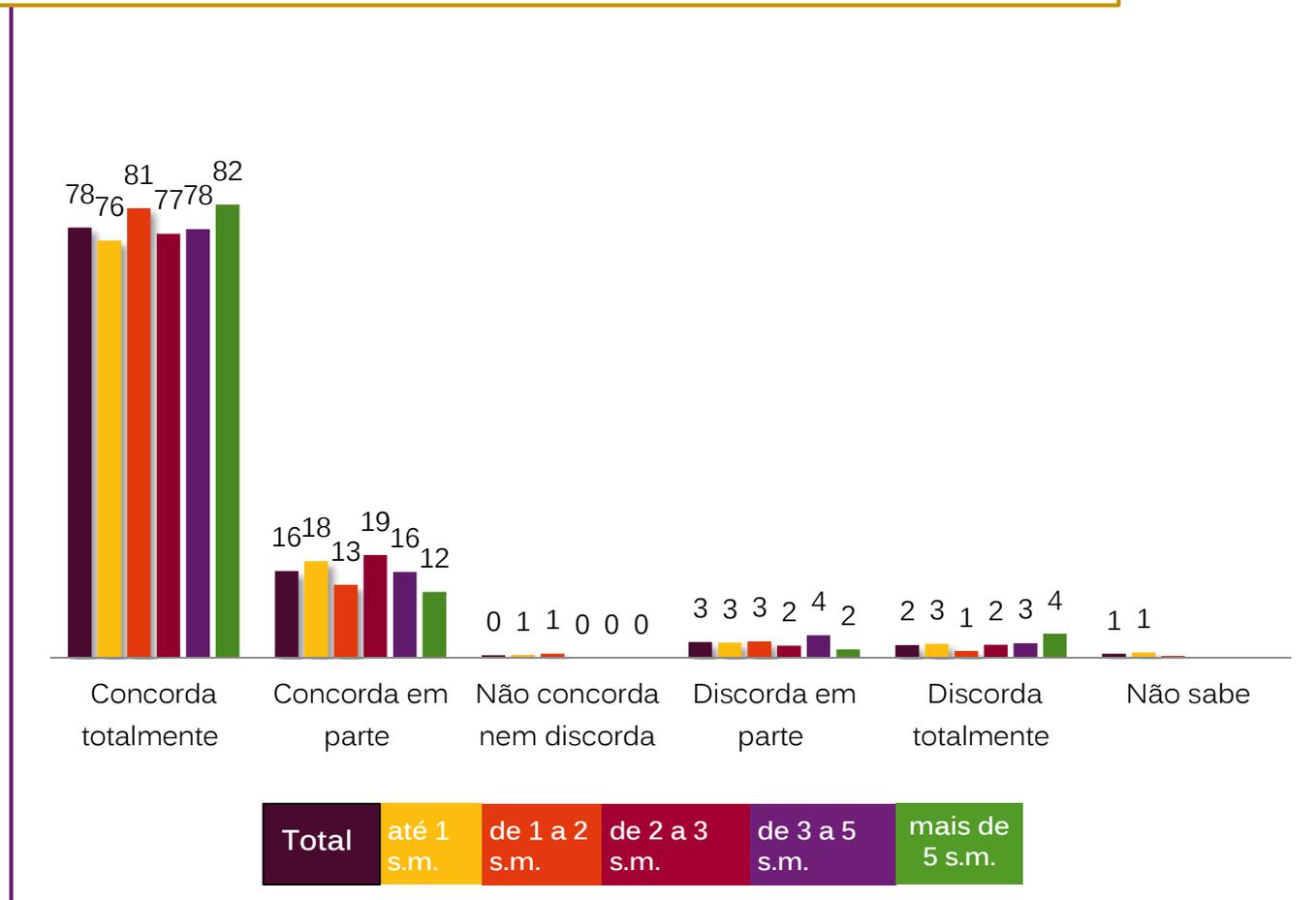
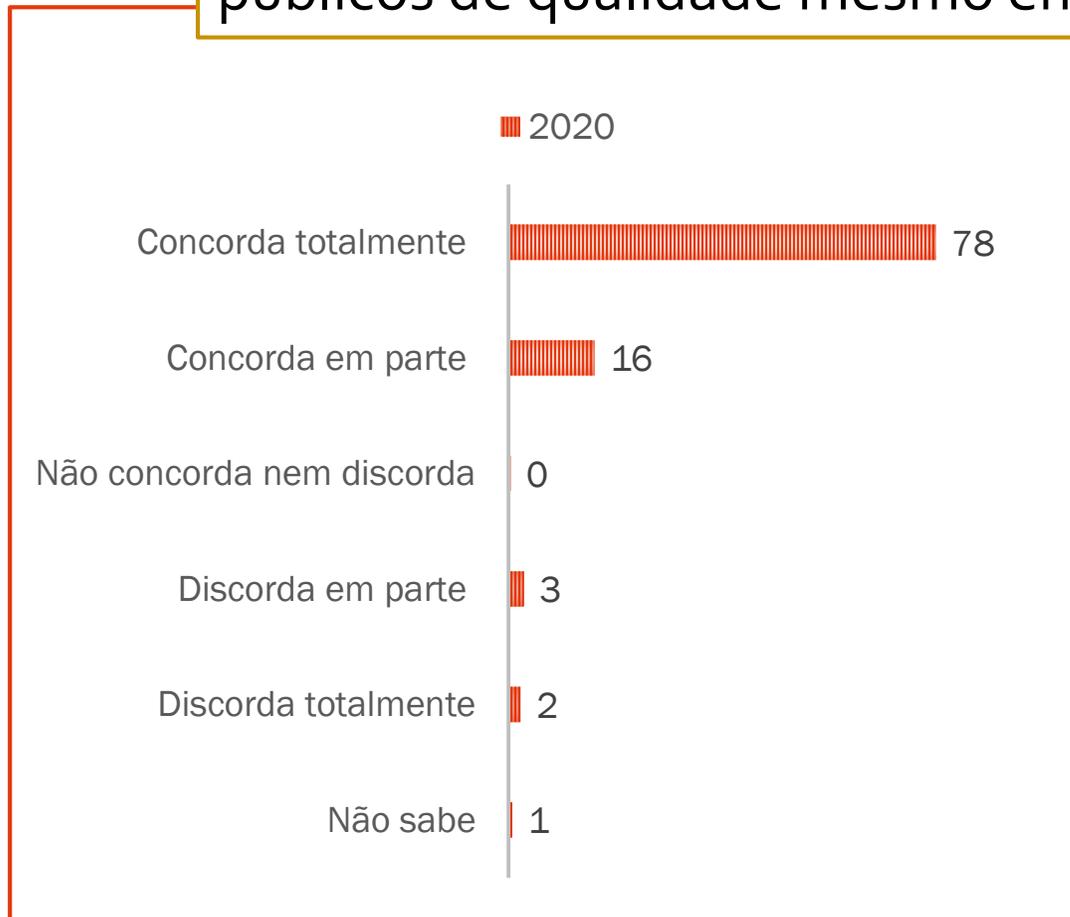
Estimulada e única, em %

O governo brasileiro deve ter como prioridade diminuir a desigualdade entre as regiões mais ricas e as regiões mais pobres do país



Estimulada e única, em %

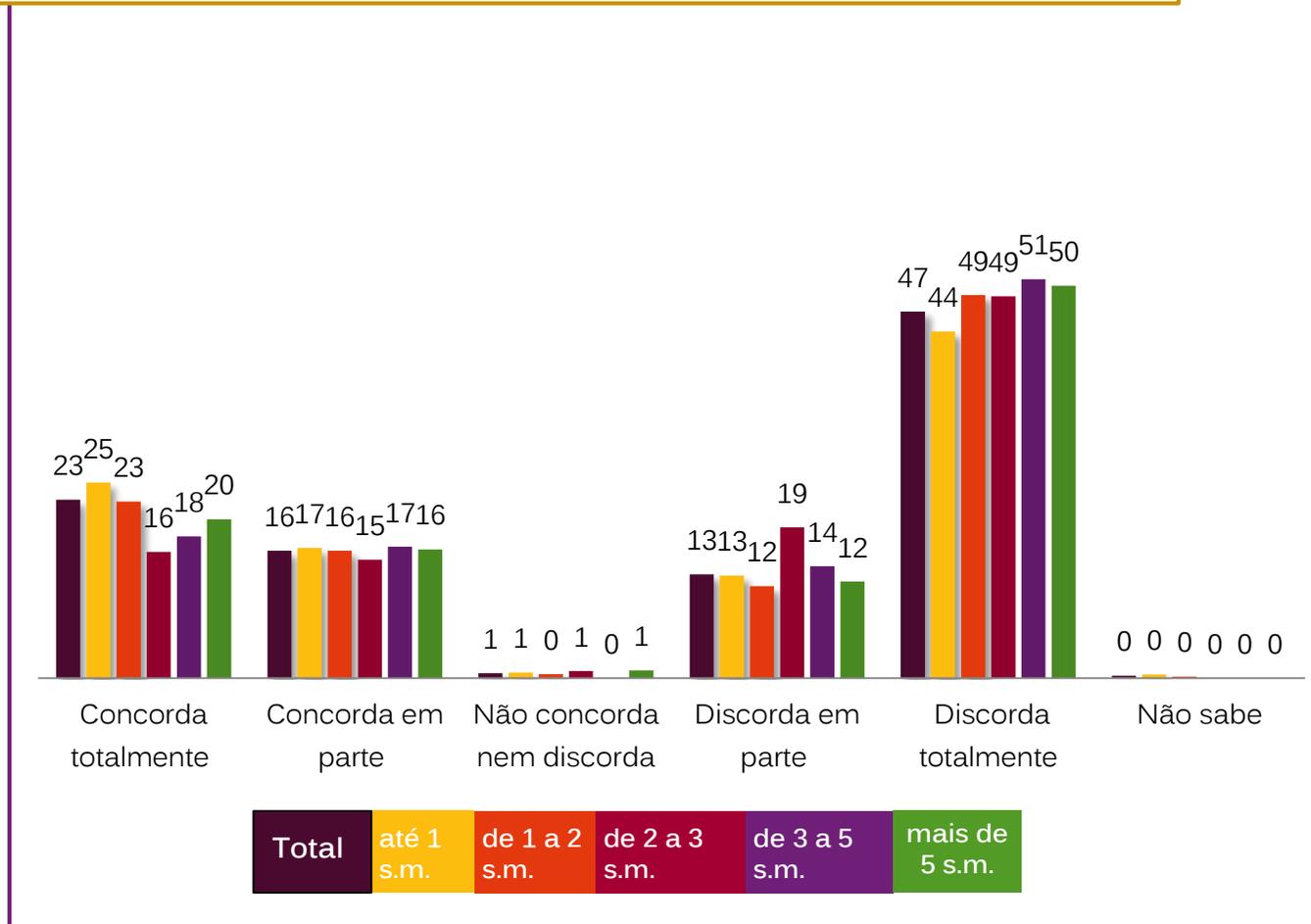
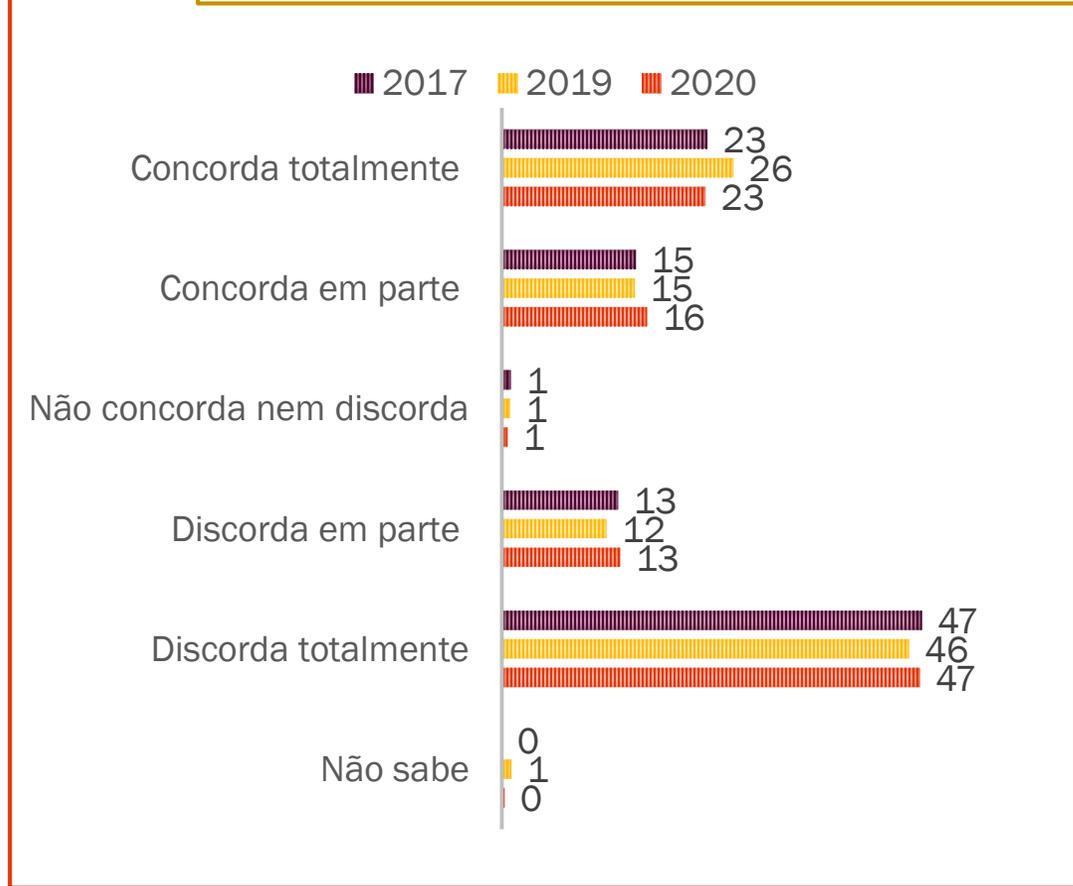
Em um país como o Brasil, é obrigação dos governos fornecer serviços públicos de qualidade mesmo em contexto de crise fiscal e econômica



OPINIÃO SOBRE TEMAS SOCIAIS

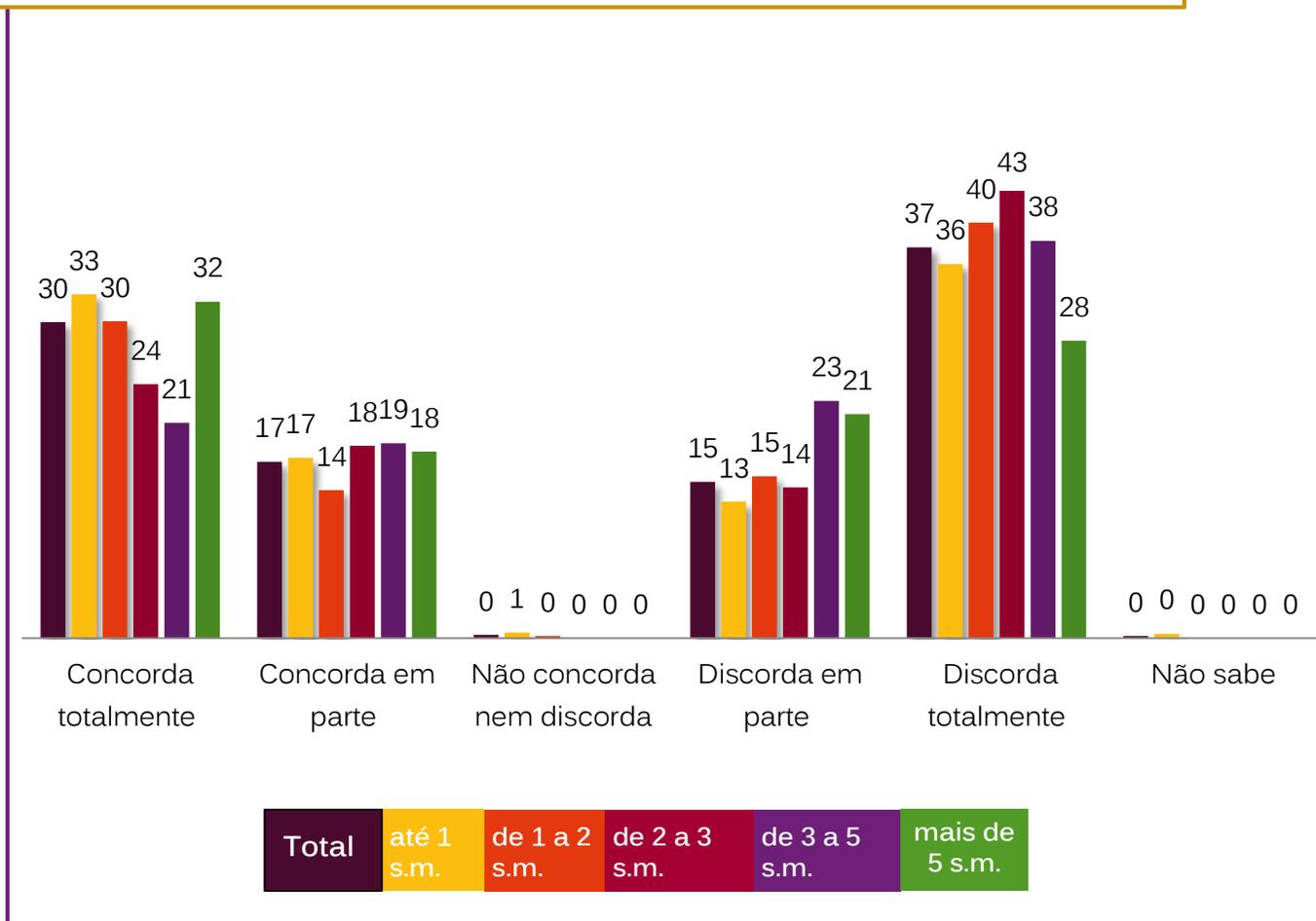
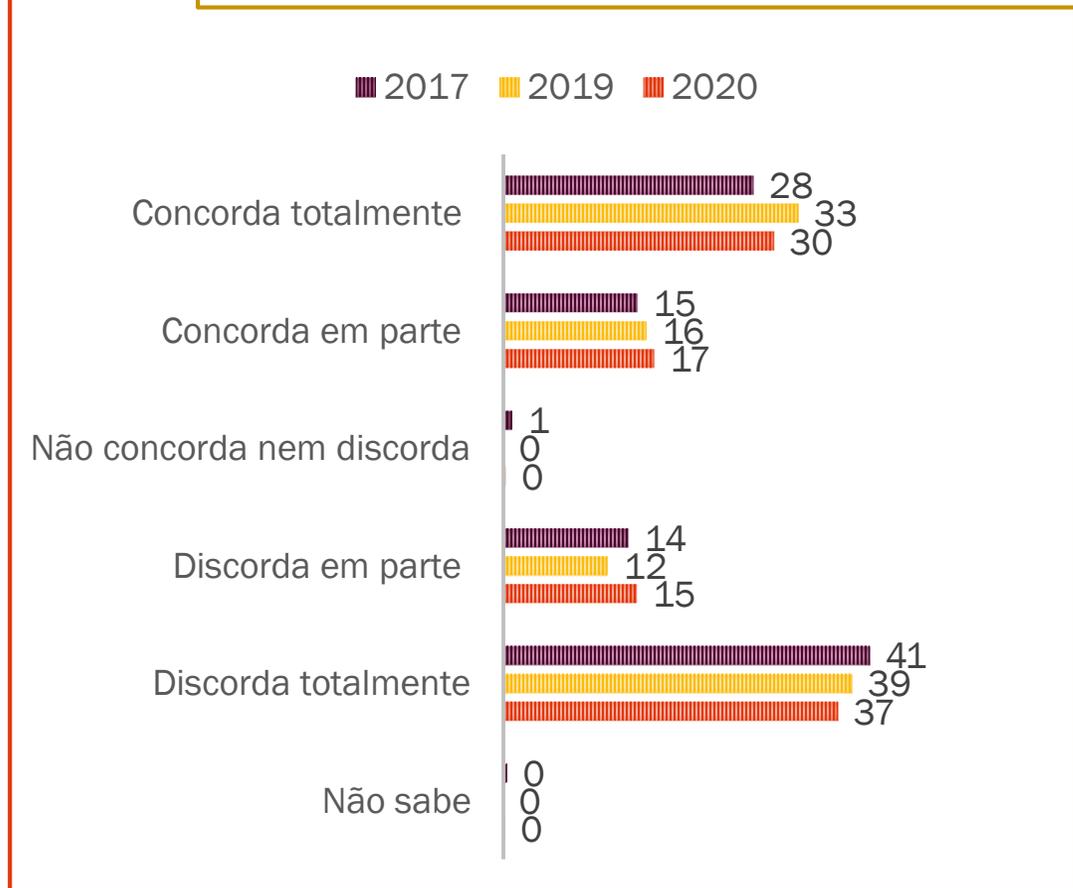
Estimulada e única, em %

No Brasil, uma pessoa de família pobre e que trabalha muito tem a mesma chance de ter uma vida bem sucedida que uma pessoa nascida rica e que também trabalha muito



Estimulada e única, em %

No Brasil, uma criança de família pobre que consegue estudar tem a mesma chance de ter uma vida bem sucedida que uma criança nascida em uma família rica

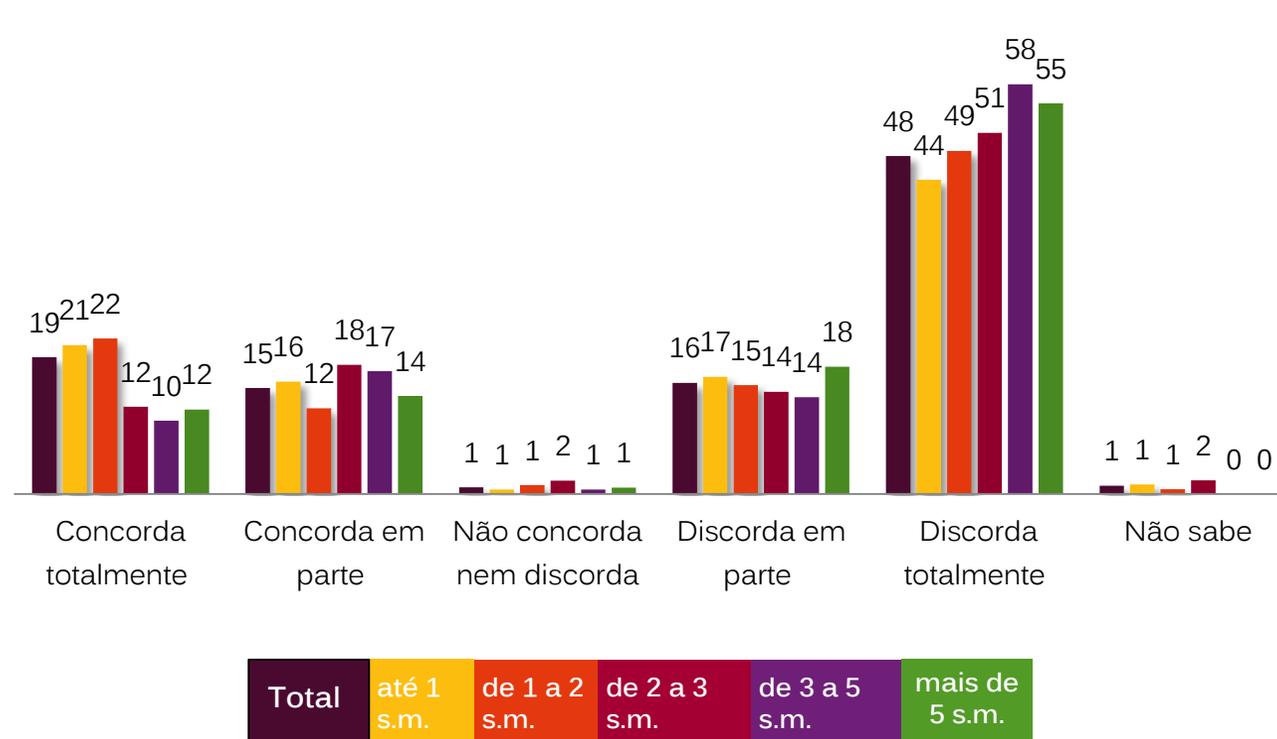
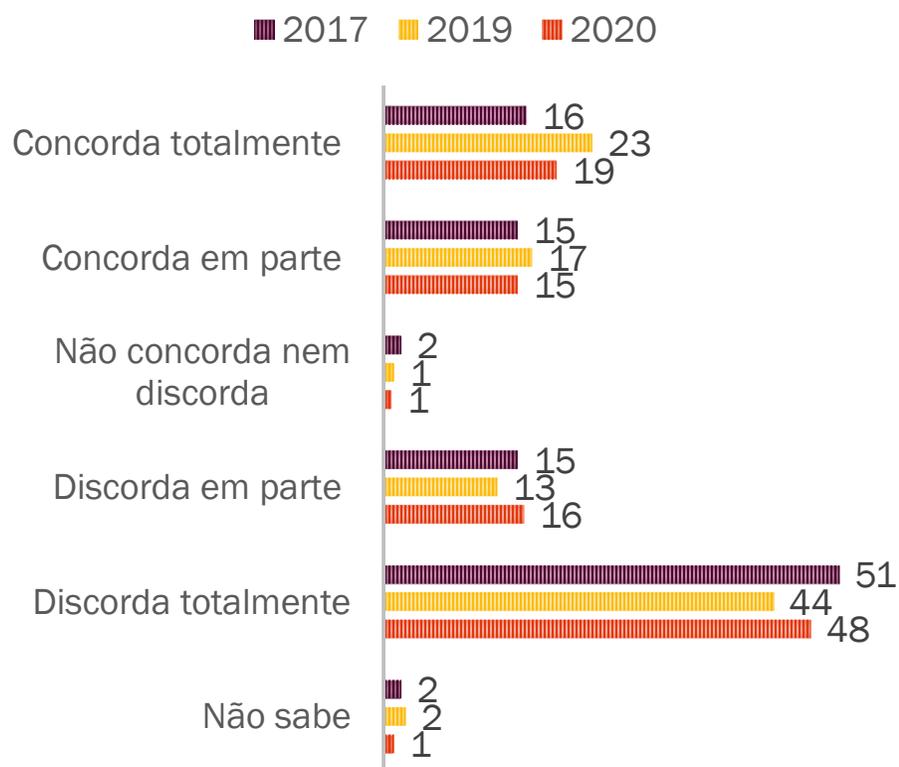


P,21, 22, 23 e 24 Vou ler algumas frases e gostaria que você me dissesse se concorda ou discorda de cada uma delas (LEIA CADA ITEM). Você concorda ou discorda?

(Base: Total da amostra)

Estimulada e única, em %

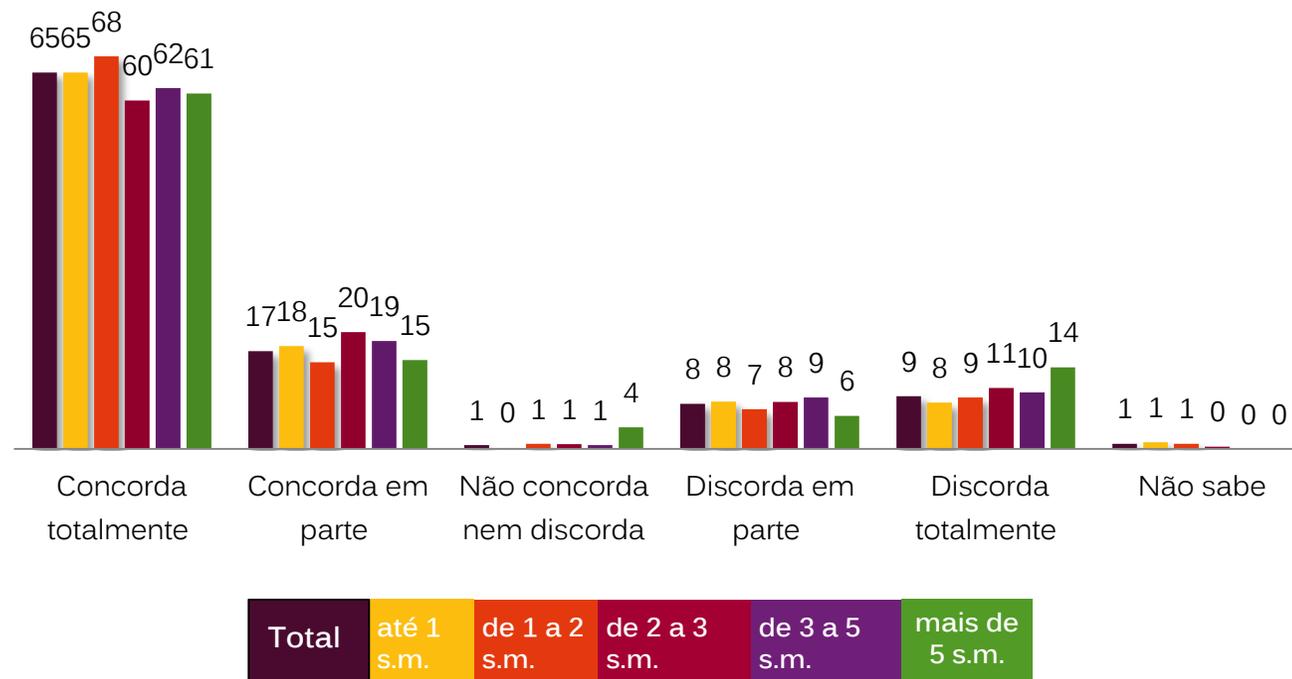
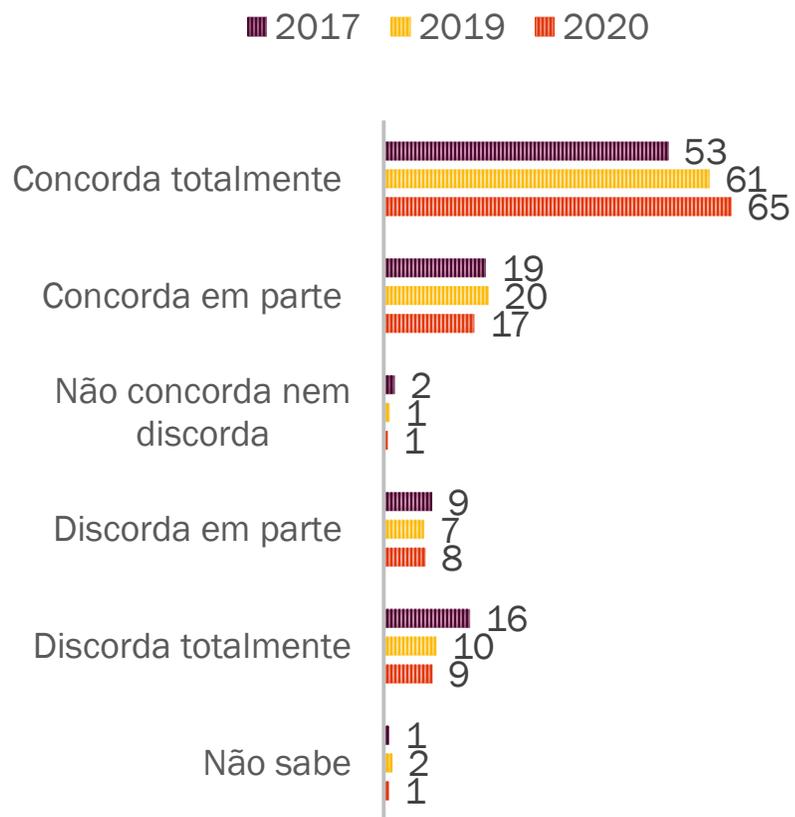
Nos próximos anos, a diferença entre os mais ricos e os mais pobres irá diminuir no Brasil



OPINIÃO SOBRE TEMAS SOCIAIS

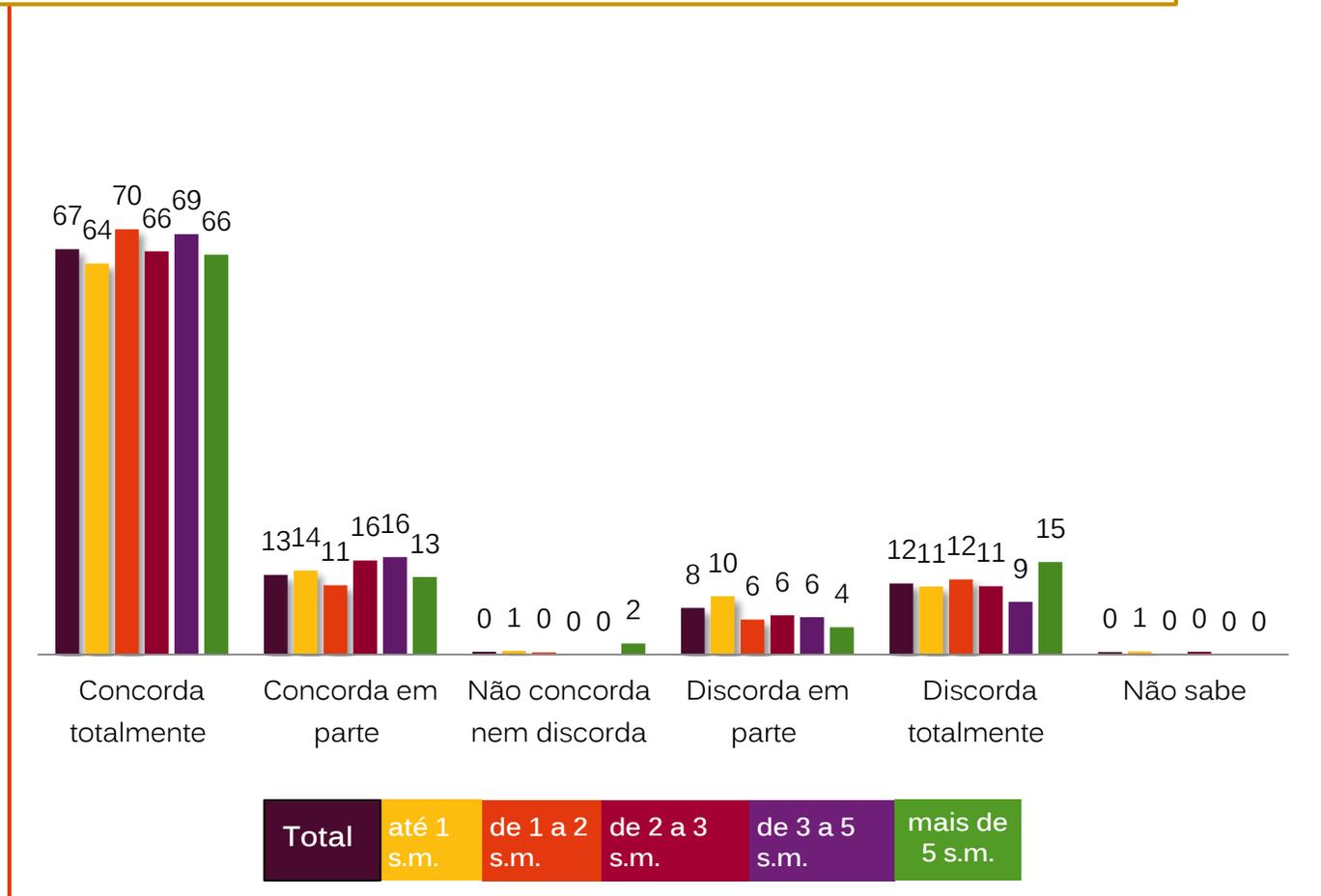
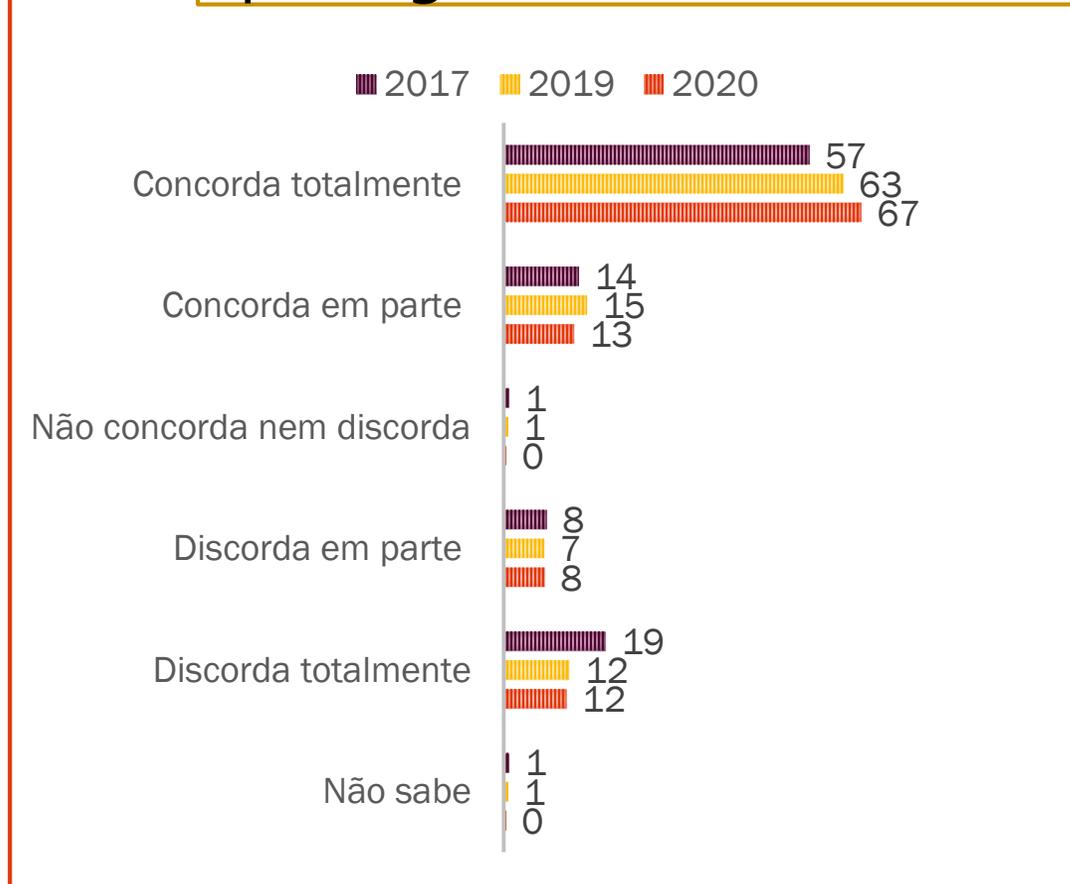
Estimulada e única, em %

O governo deveria diminuir os impostos sobre os produtos e serviços que a população consome e compensar a diferença com aumento de impostos sobre a renda dos mais ricos



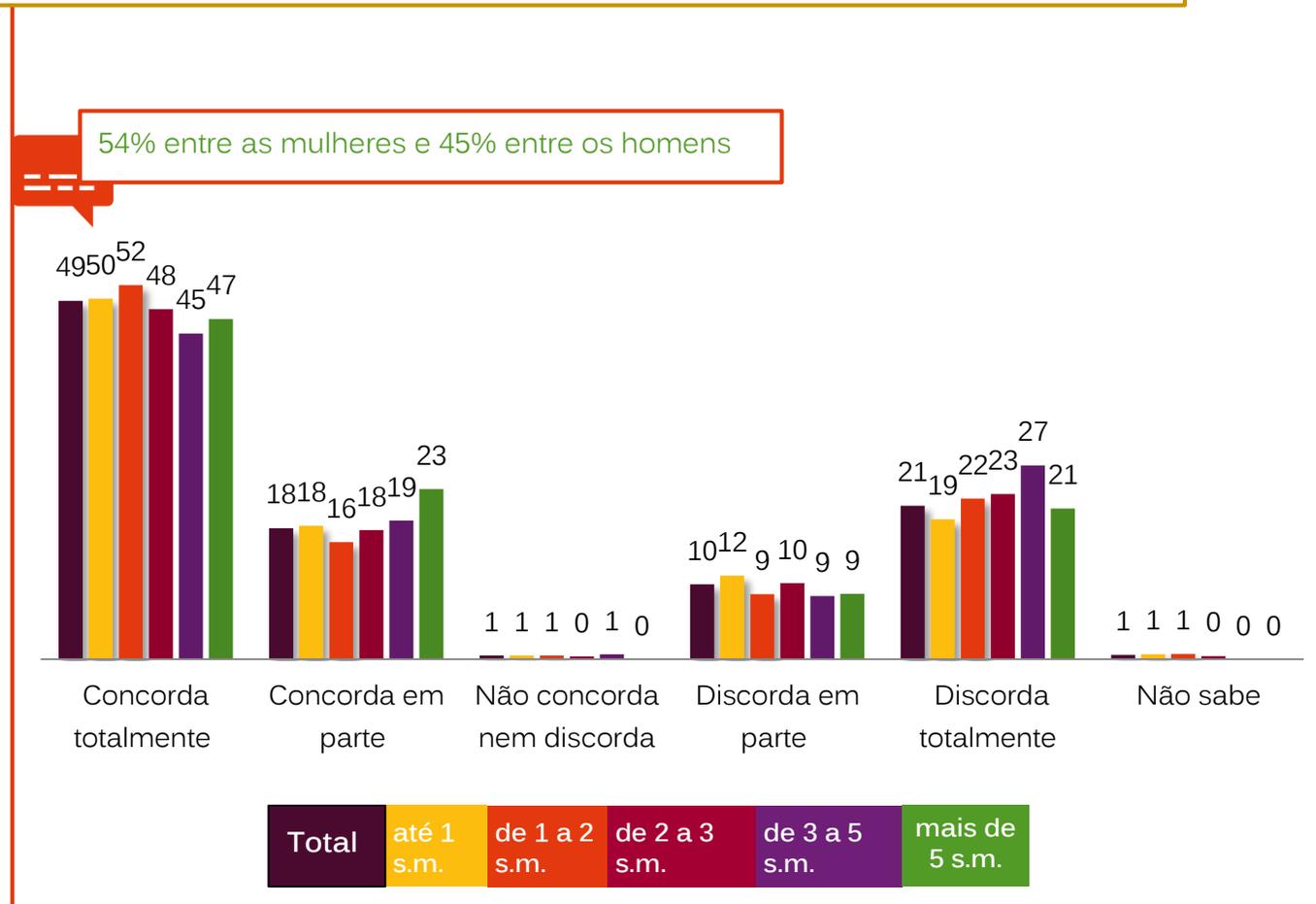
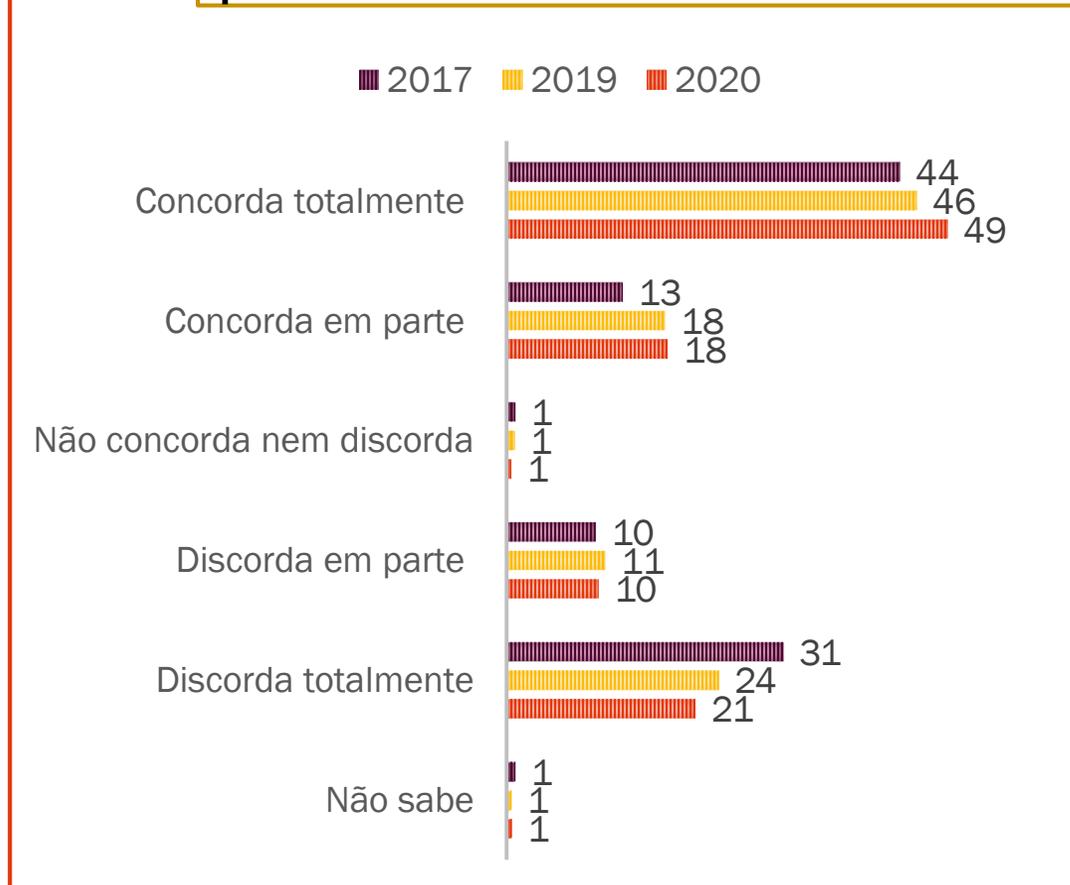
Estimulada e única, em %

Quem ganha mais deve pagar uma taxa maior de impostos do que quem ganha menos



Estimulada e única, em %

Mulheres ganham menos do que homens no mercado de trabalho por serem mulheres

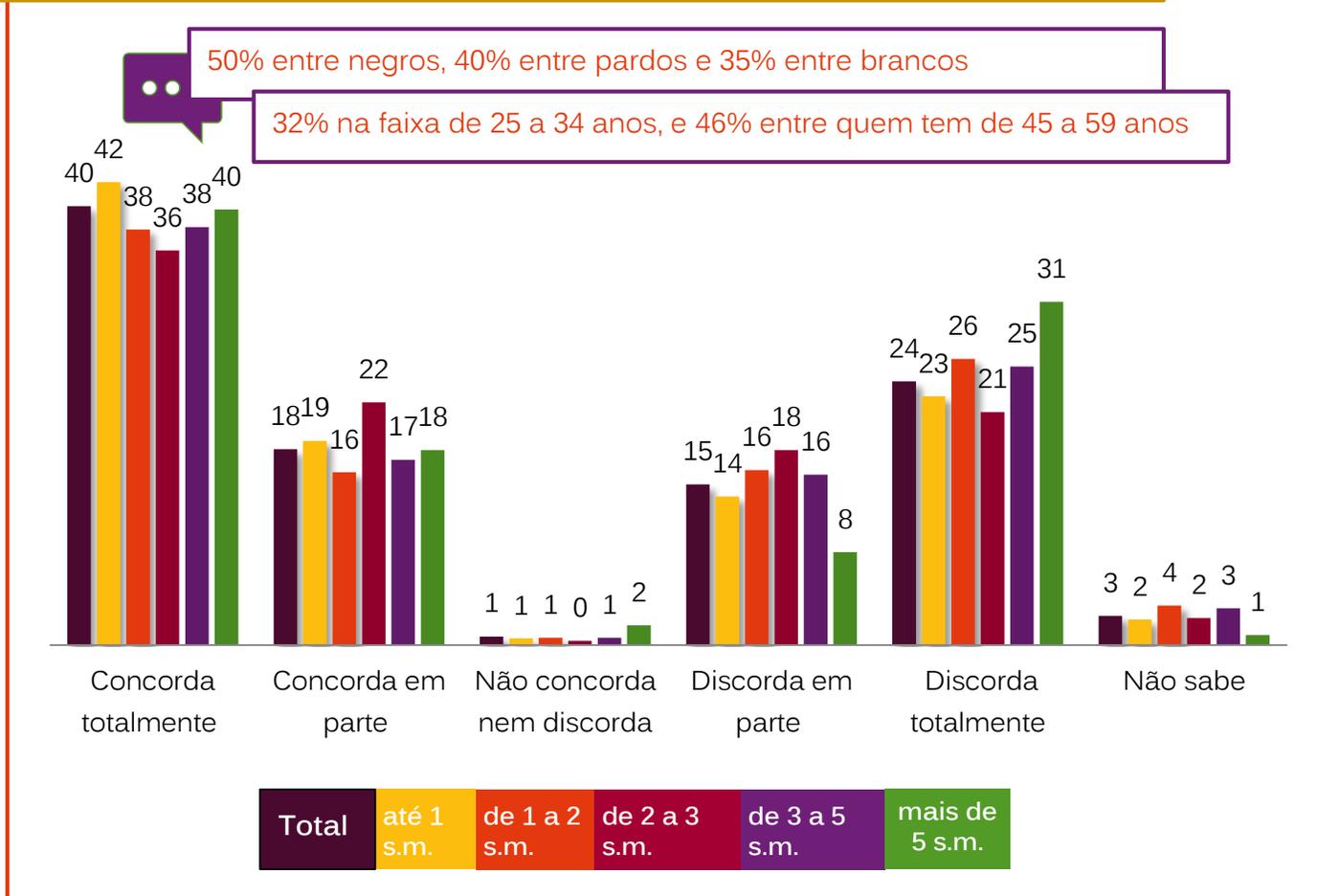
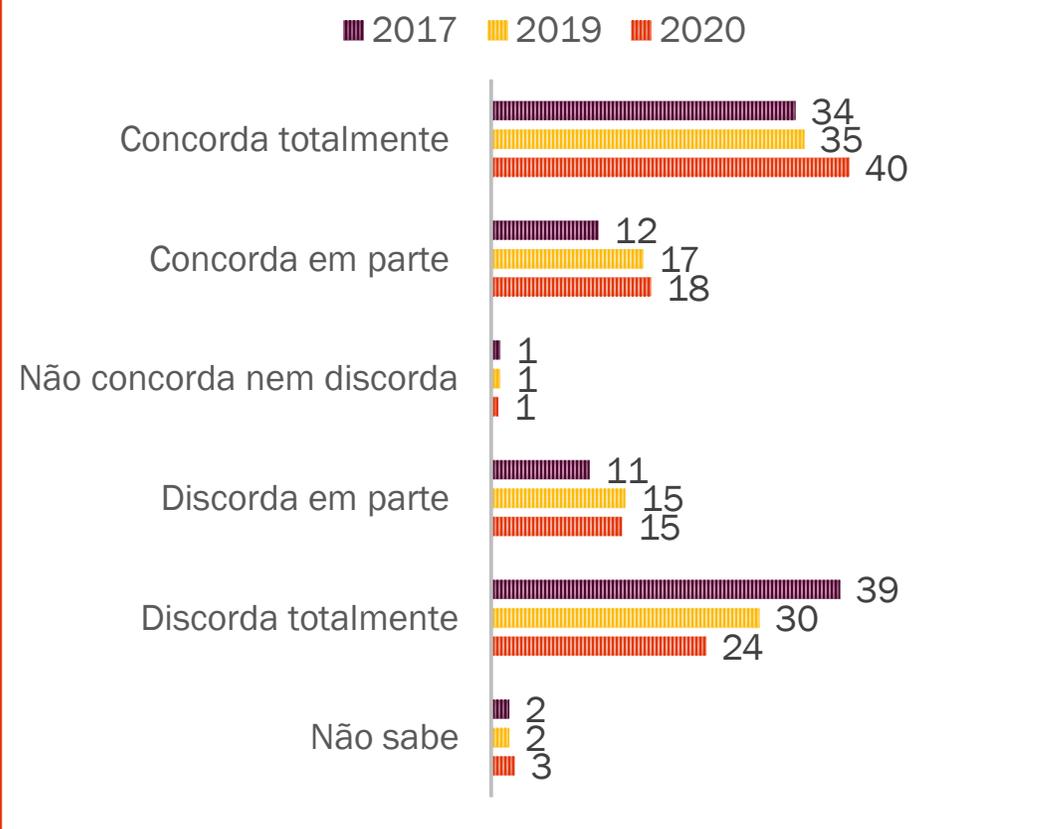


P,21, 22, 23 e 24 Vou ler algumas frases e gostaria que você me dissesse se concorda ou discorda de cada uma delas (LEIA CADA ITEM). Você concorda ou discorda?

(Base: Total da amostra)

Estimulada e única, em %

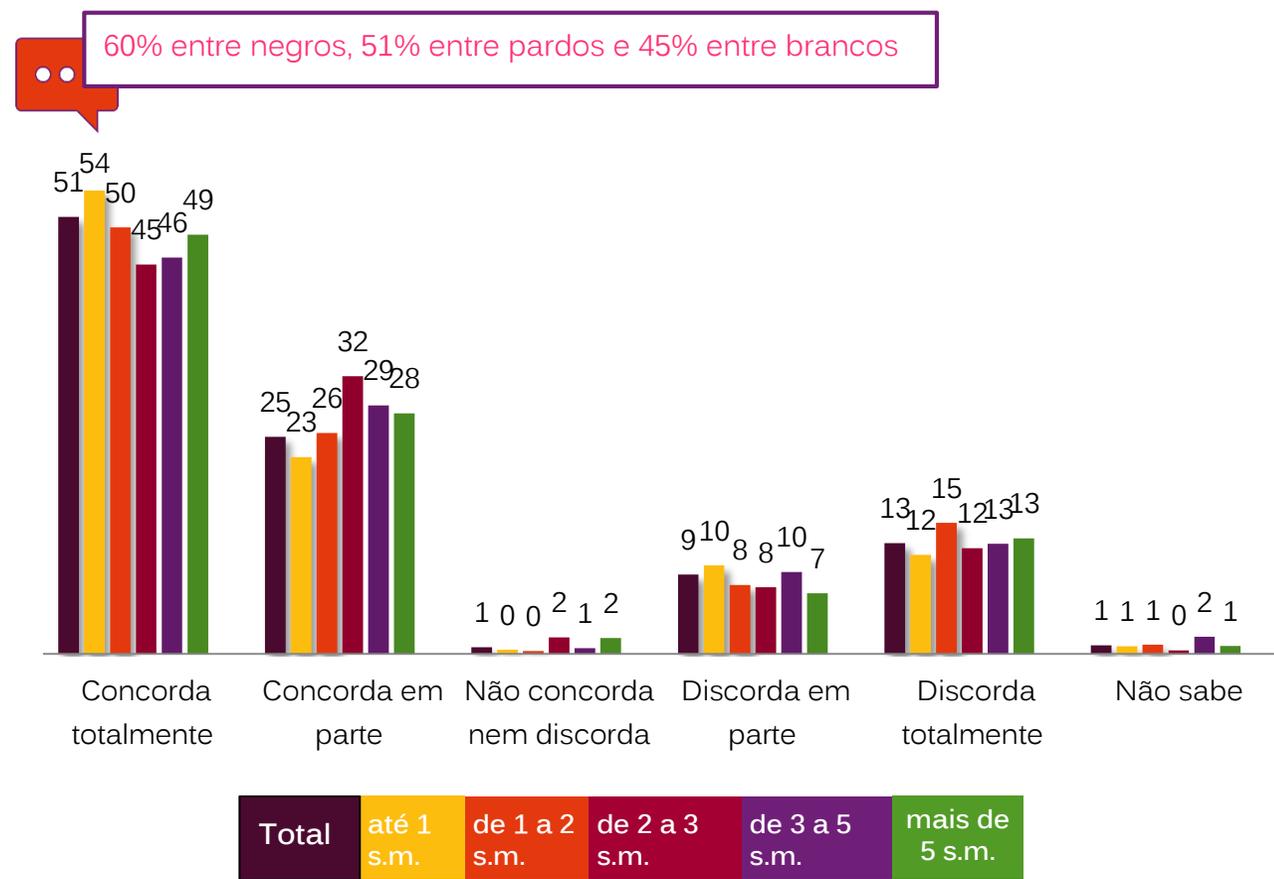
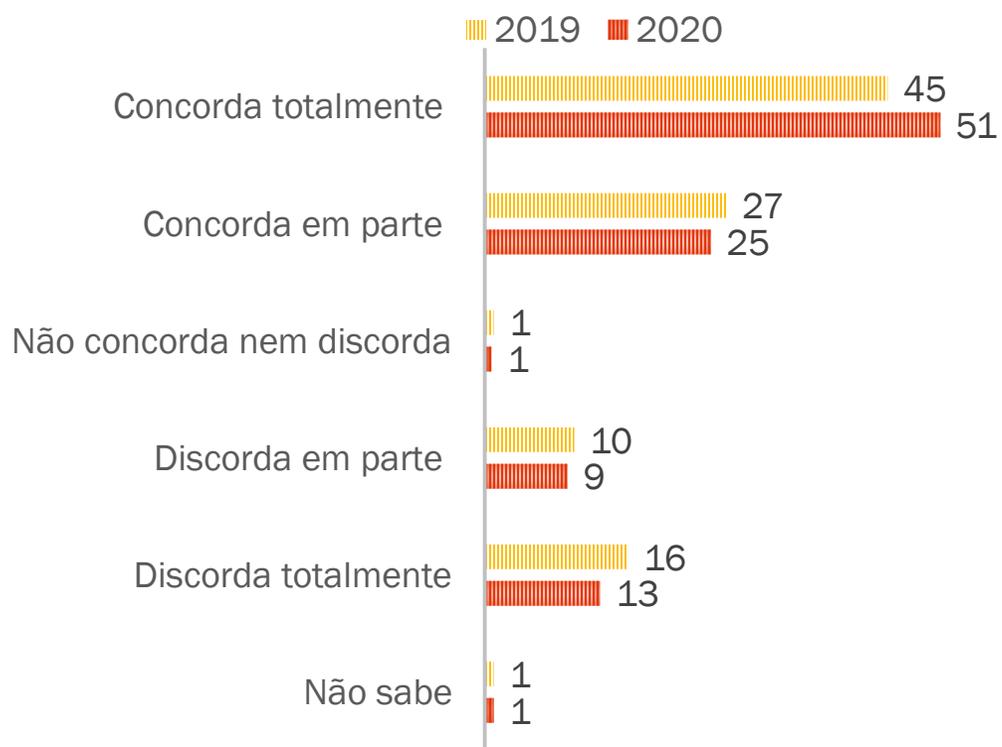
Negros ganham menos que brancos no mercado de trabalho pelo fato de serem negros



P,21, 22, 23 e 24 Vou ler algumas frases e gostaria que você me dissesse se concorda ou discorda de cada uma delas (LEIA CADA ITEM). Você concorda ou discorda? (Base: Total da amostra)

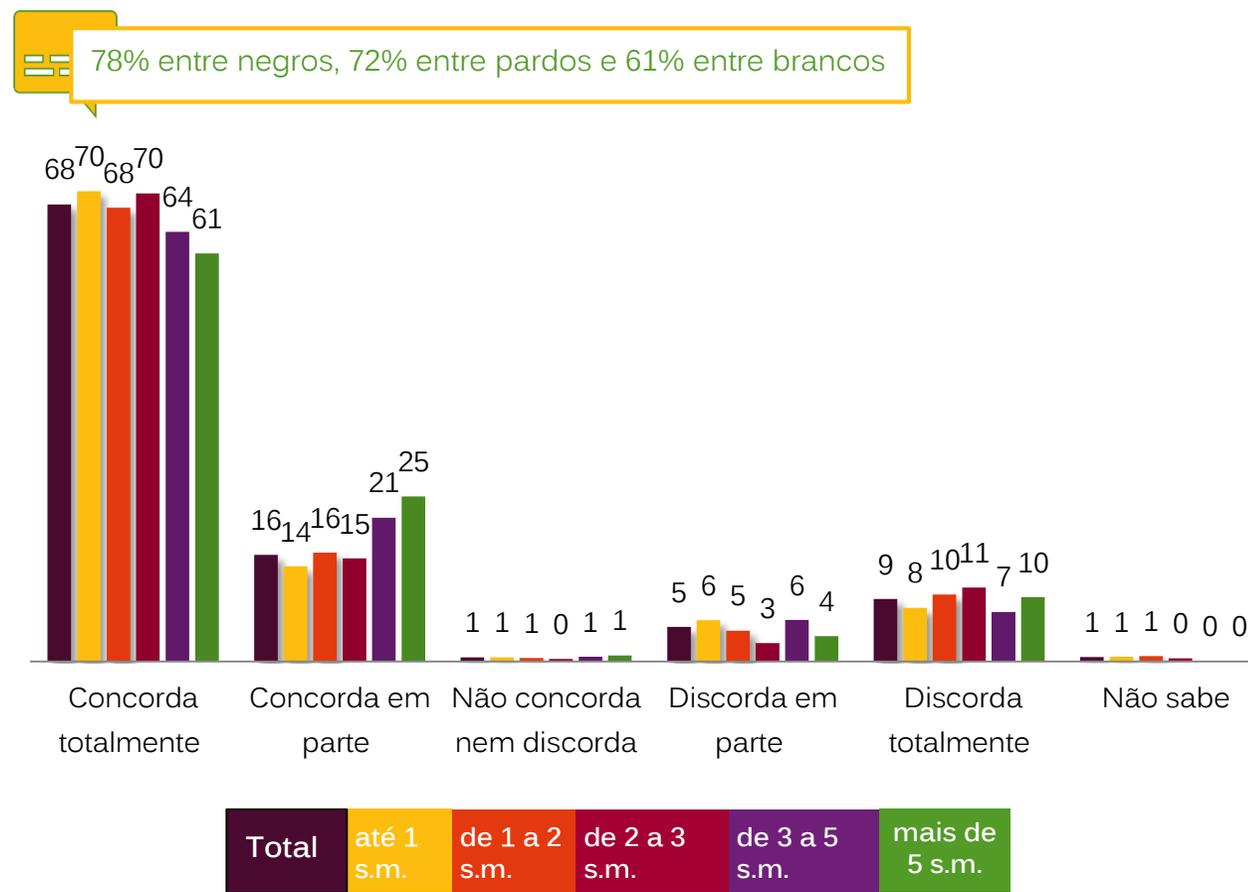
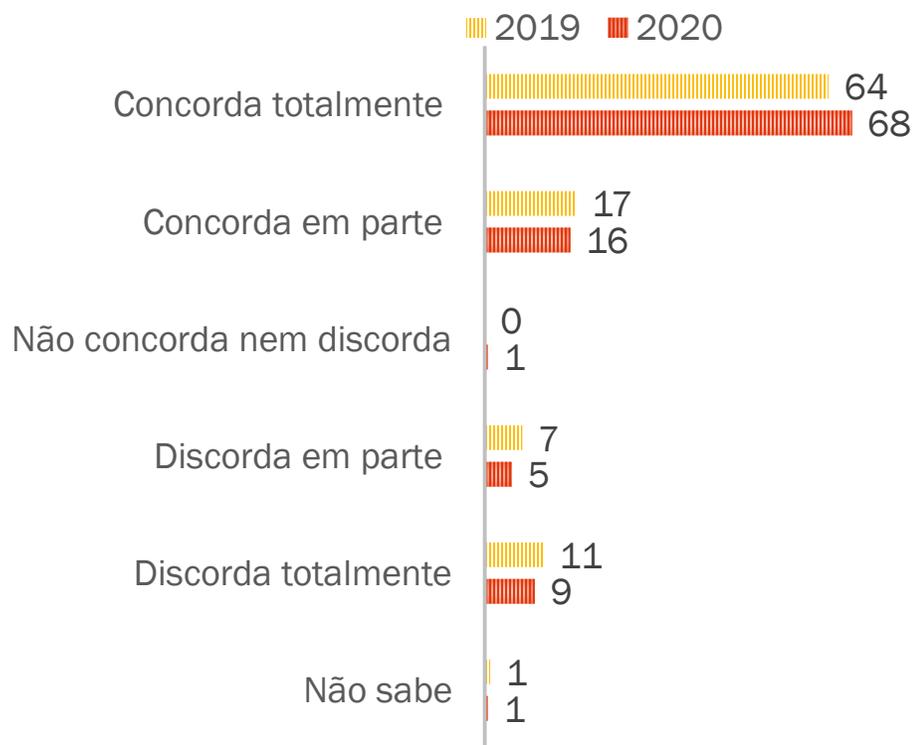
Estimulada e única, em %

A cor da pele influencia a decisão de contratação por empresas



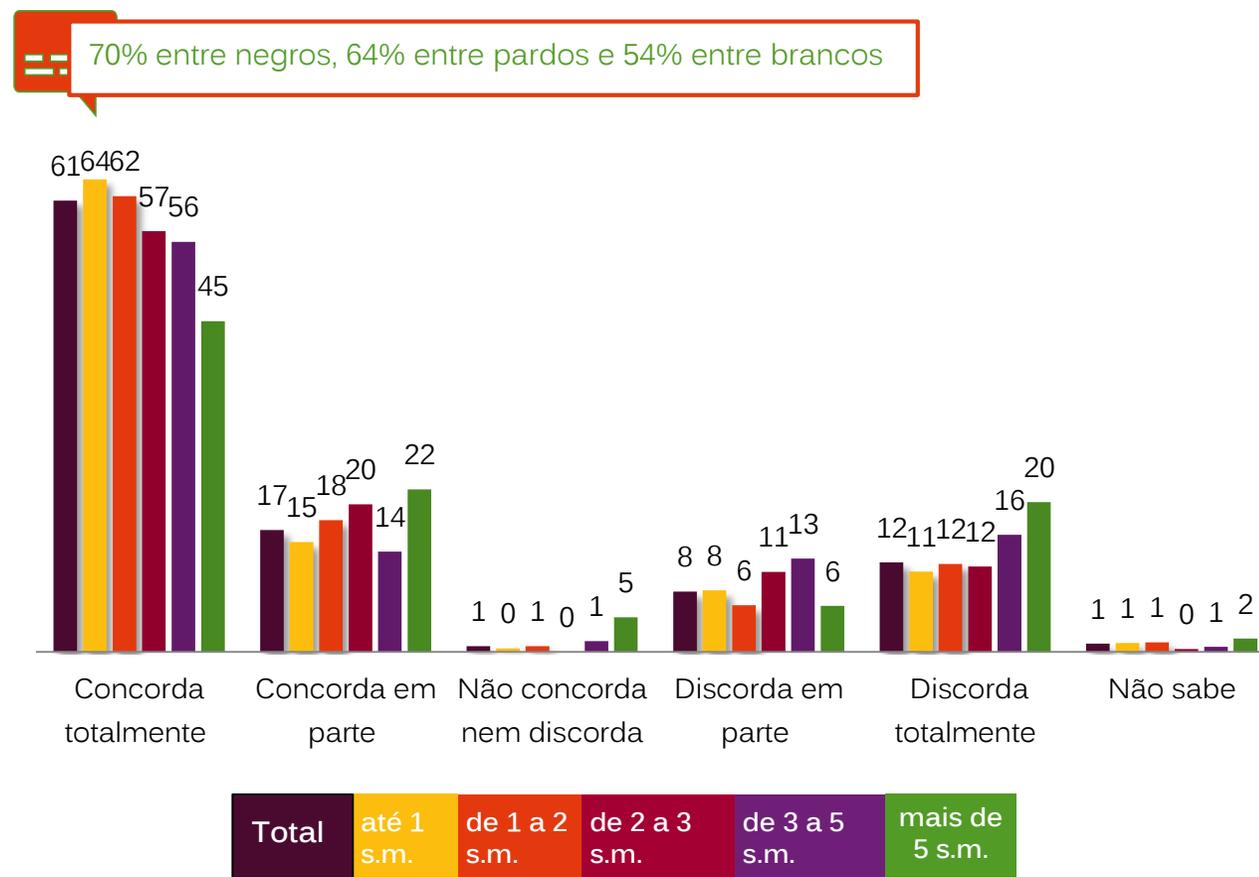
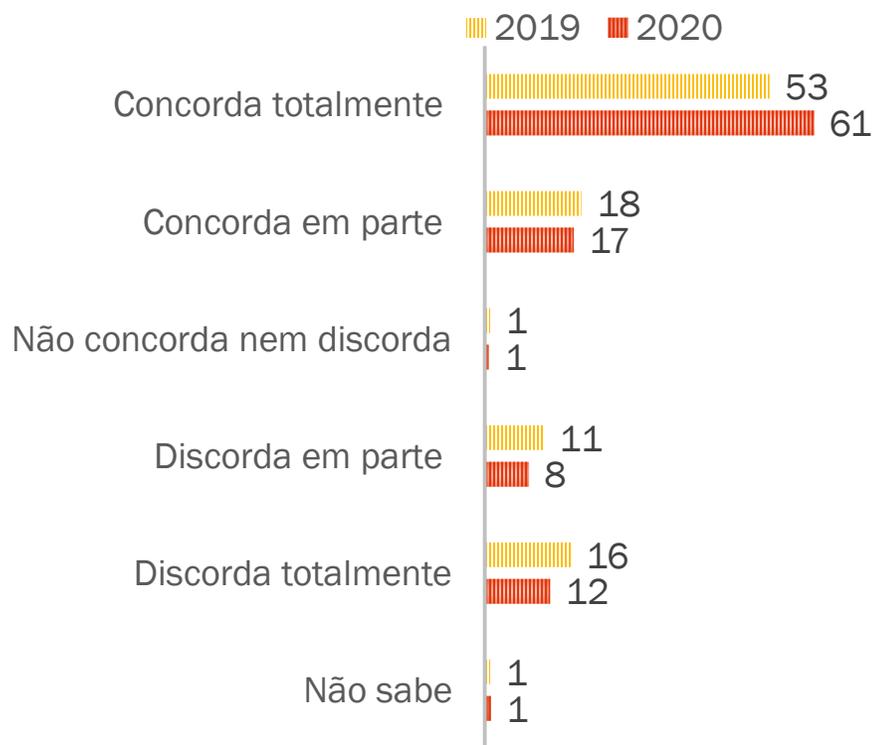
Estimulada e única, em %

A cor da pele influencia a decisão de uma abordagem policial



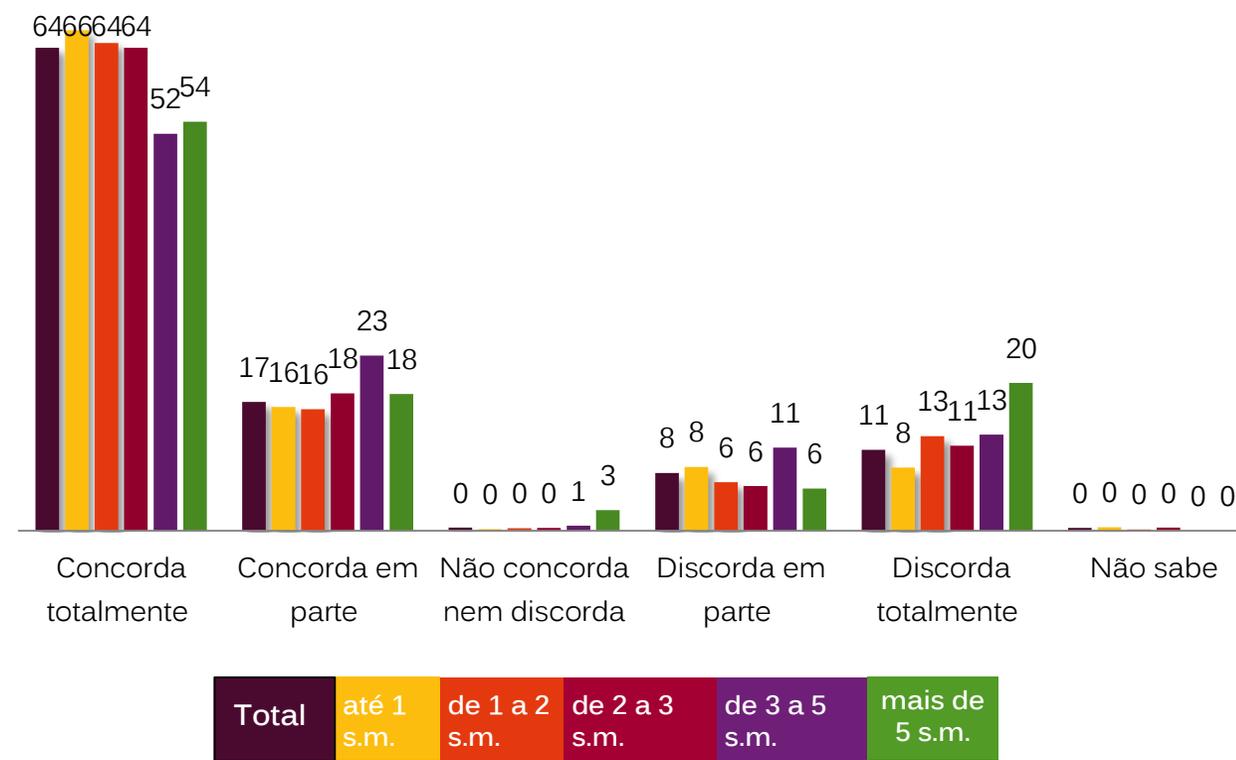
Estimulada e única, em %

A Justiça é mais dura com os negros



Estimulada e única, em %

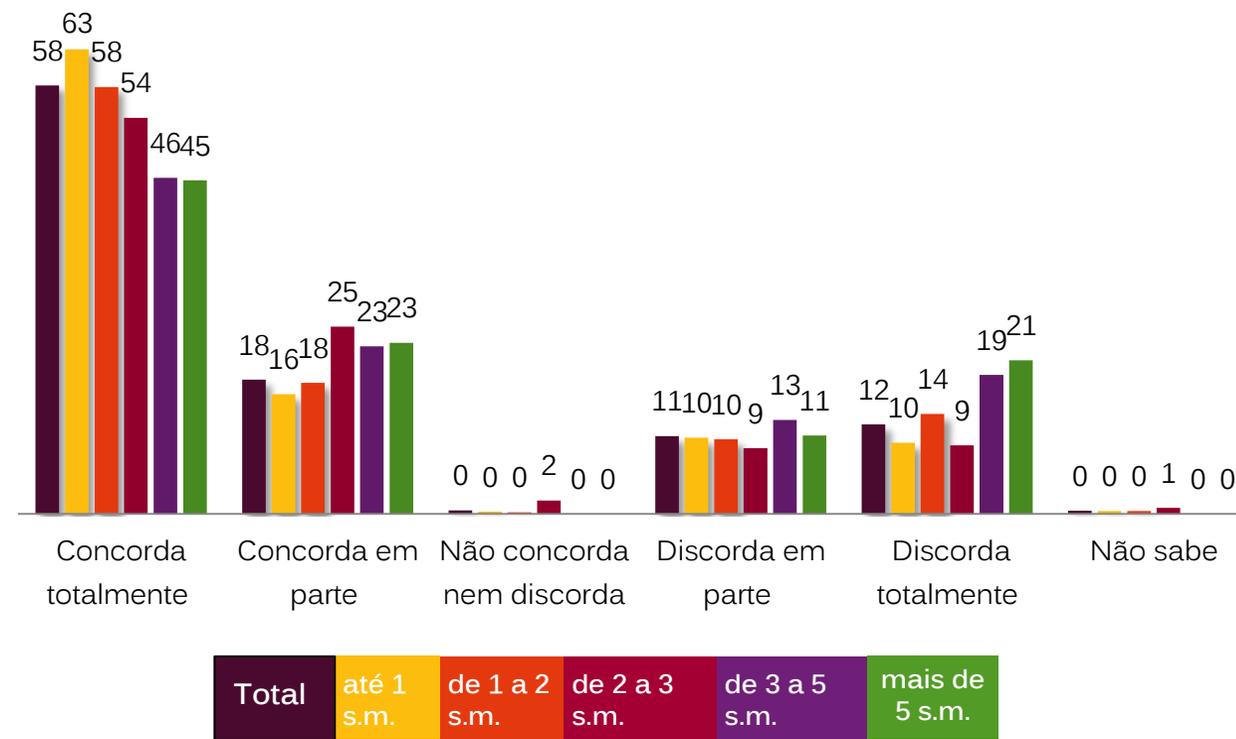
Pobres negros sofrem mais com a desigualdade no Brasil do que os pobres que são brancos



P,21, 22, 23 e 24 Vou ler algumas frases e gostaria que você me dissesse se concorda ou discorda de cada uma delas (LEIA CADA ITEM). Você concorda ou discorda? (Base: Total da amostra)

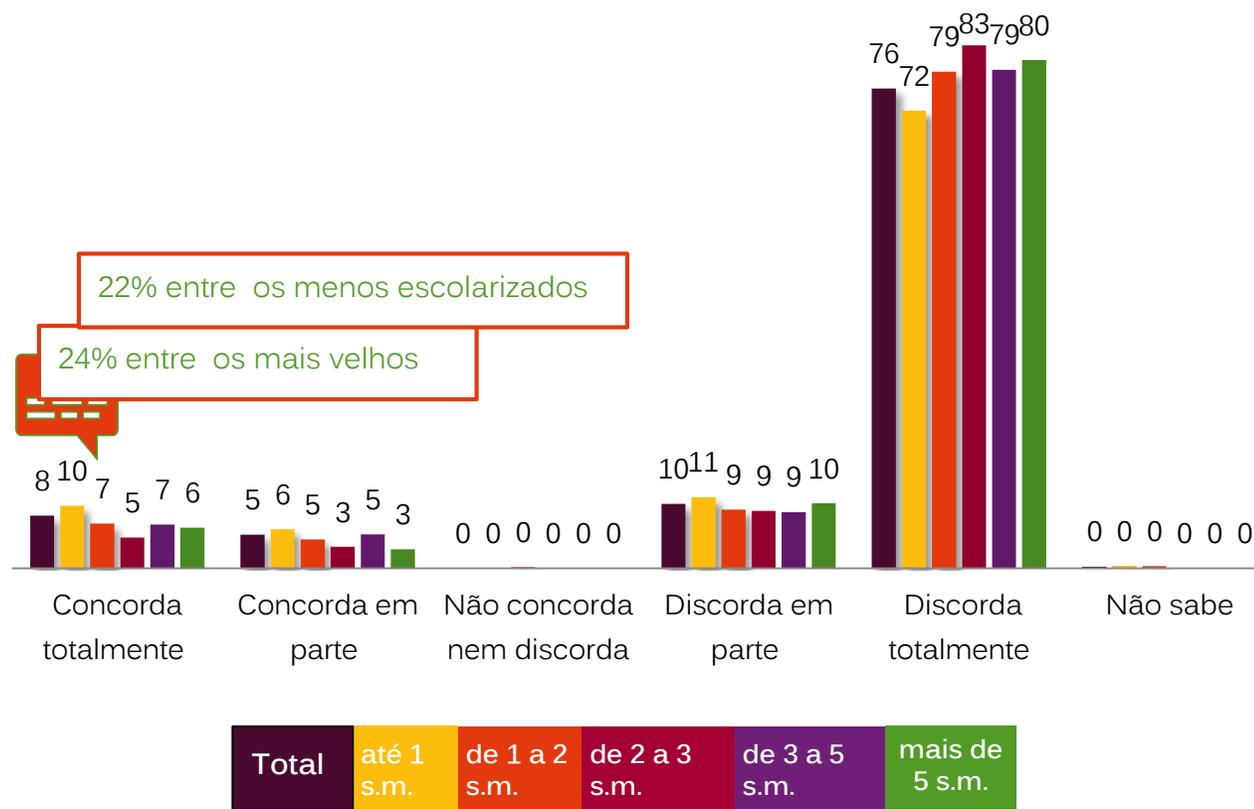
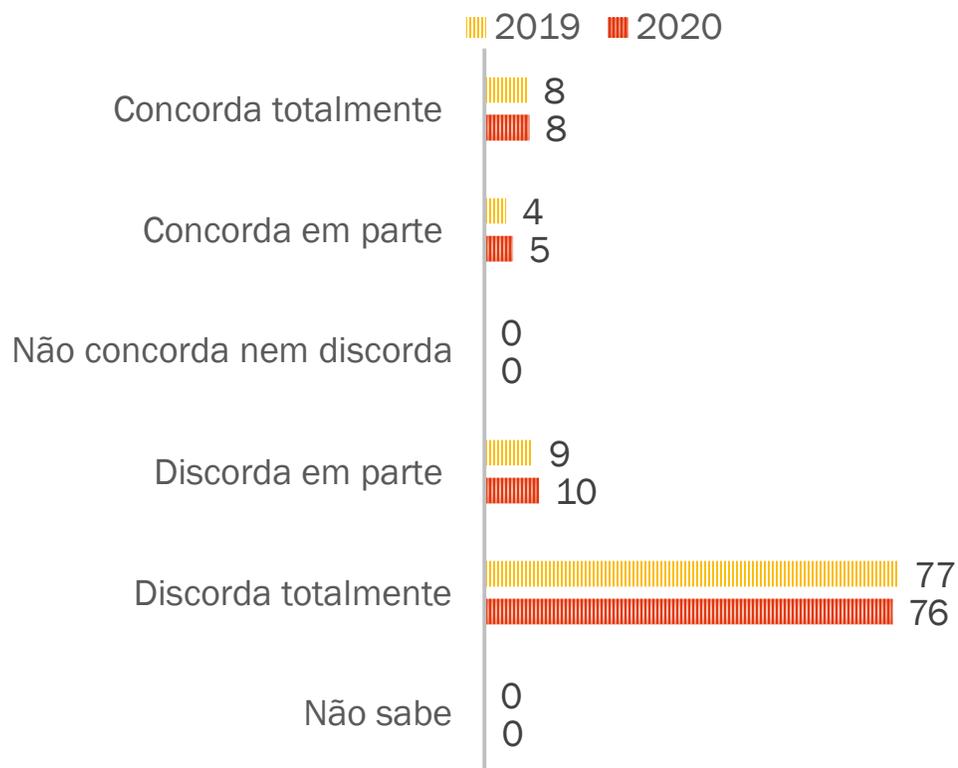
Estimulada e única, em %

Um jovem de periferia tem menos chances de conseguir um trabalho por morar na periferia



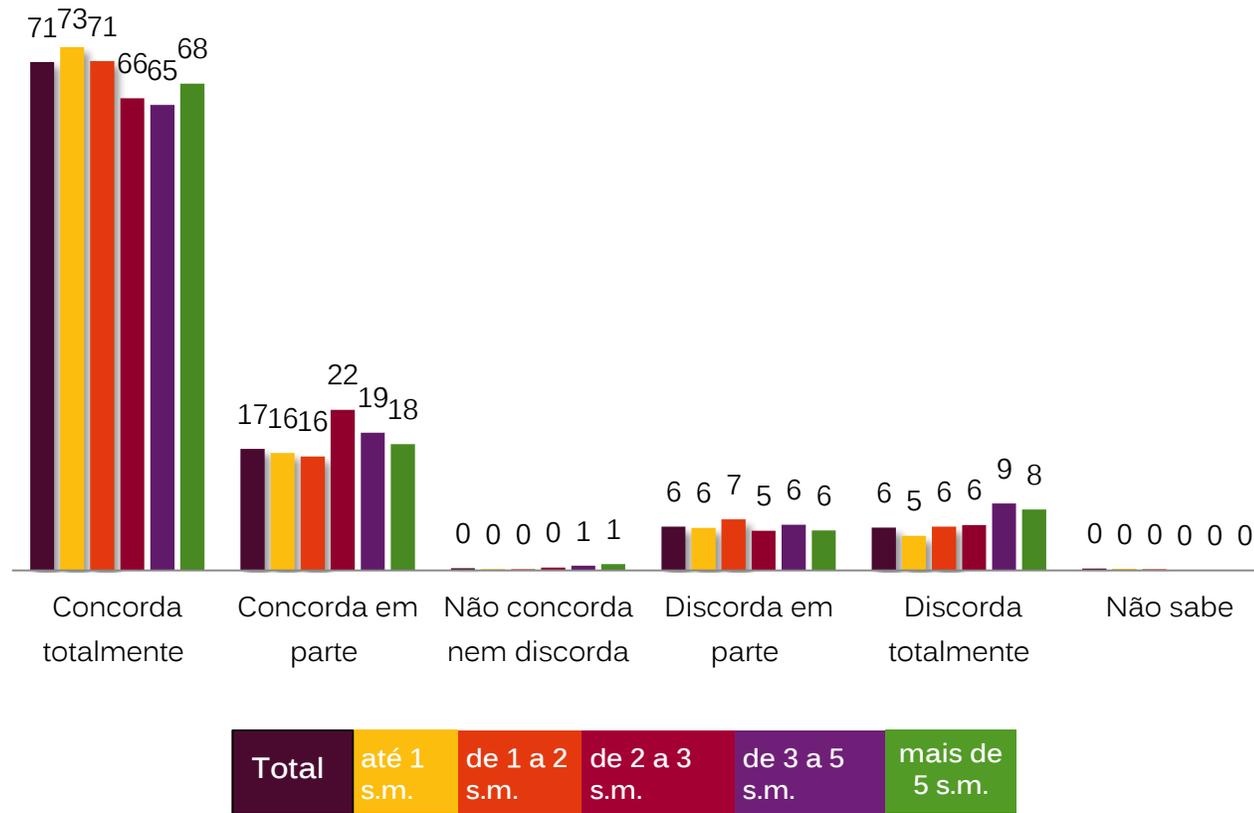
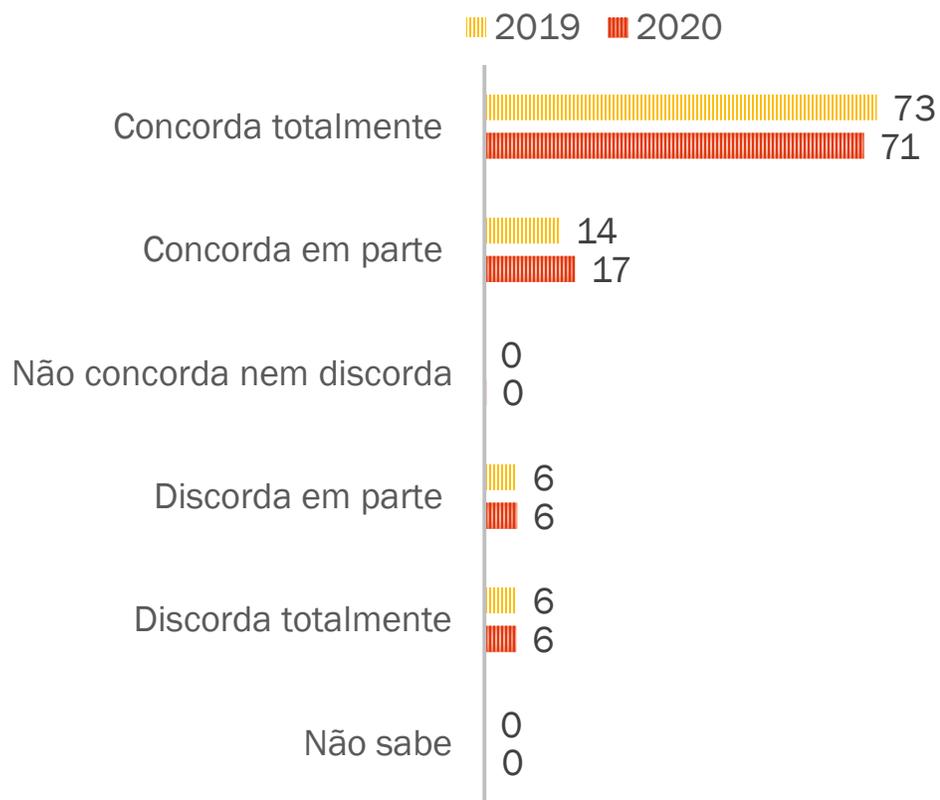
Estimulada e única, em %

As mulheres deveriam se dedicar somente a cuidar da casa e dos filhos, e não trabalhar fora



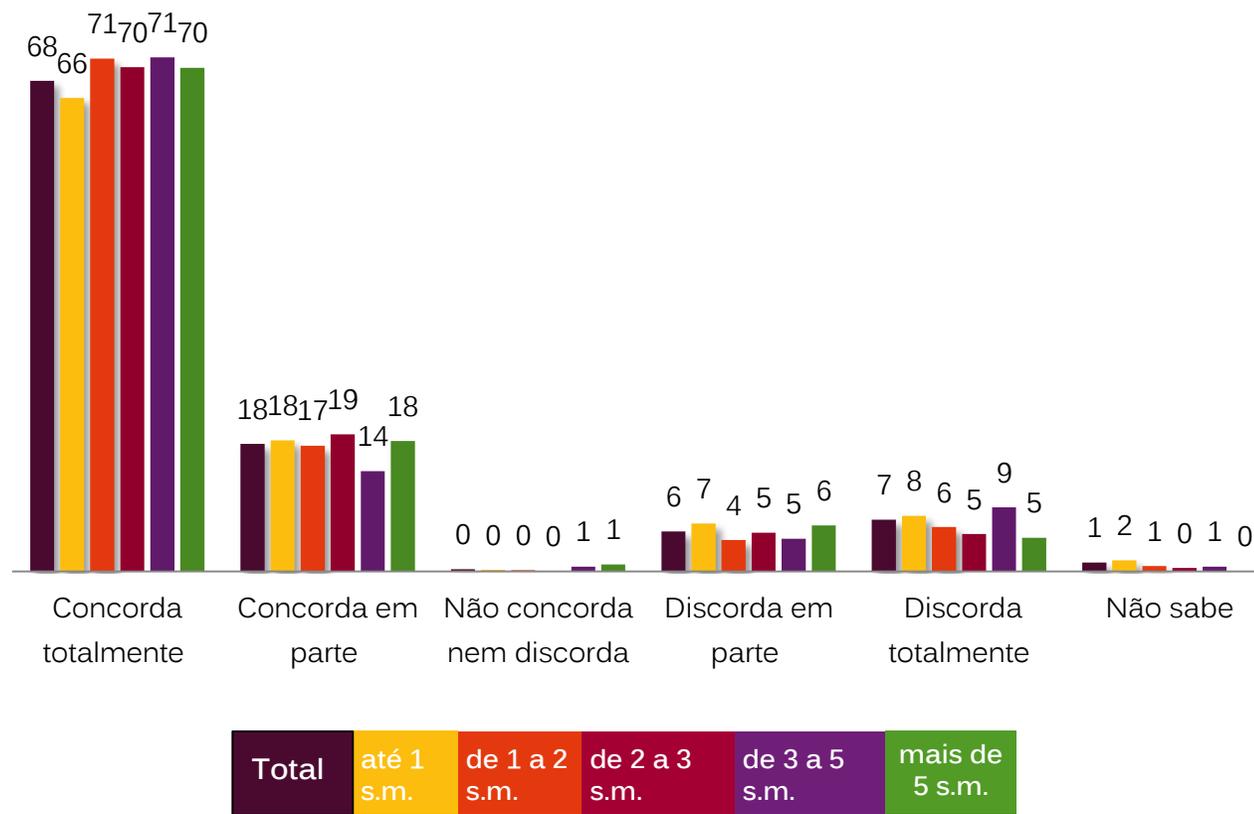
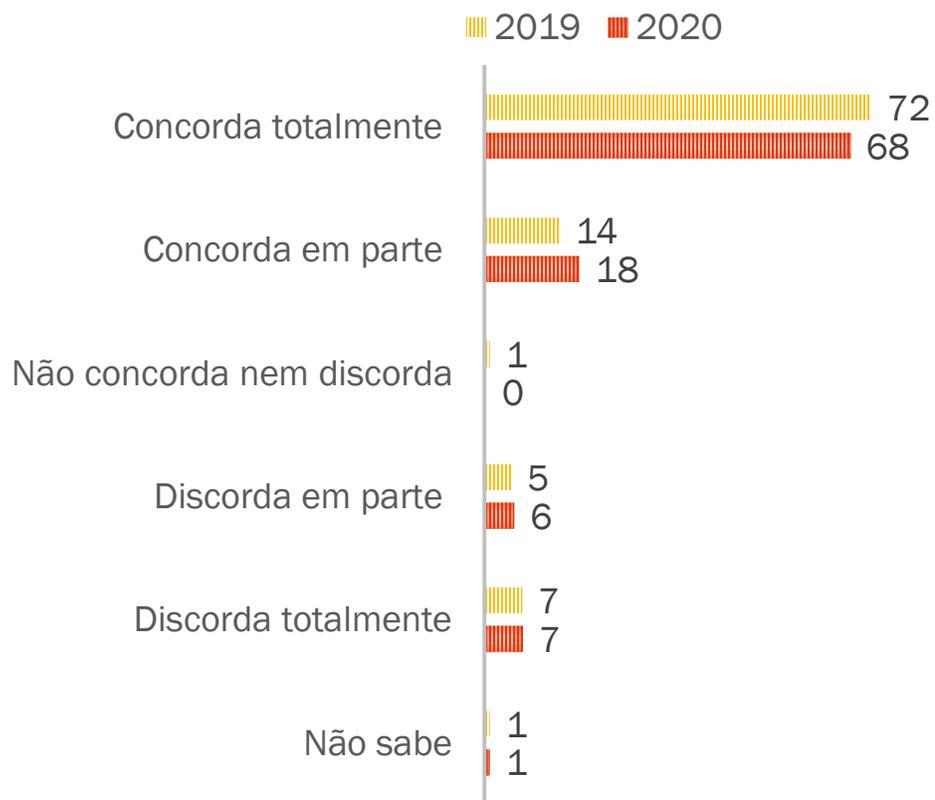
Estimulada e única, em %

Quanto mais pobre, mais dificuldades um brasileiro enfrenta para ter um bom emprego



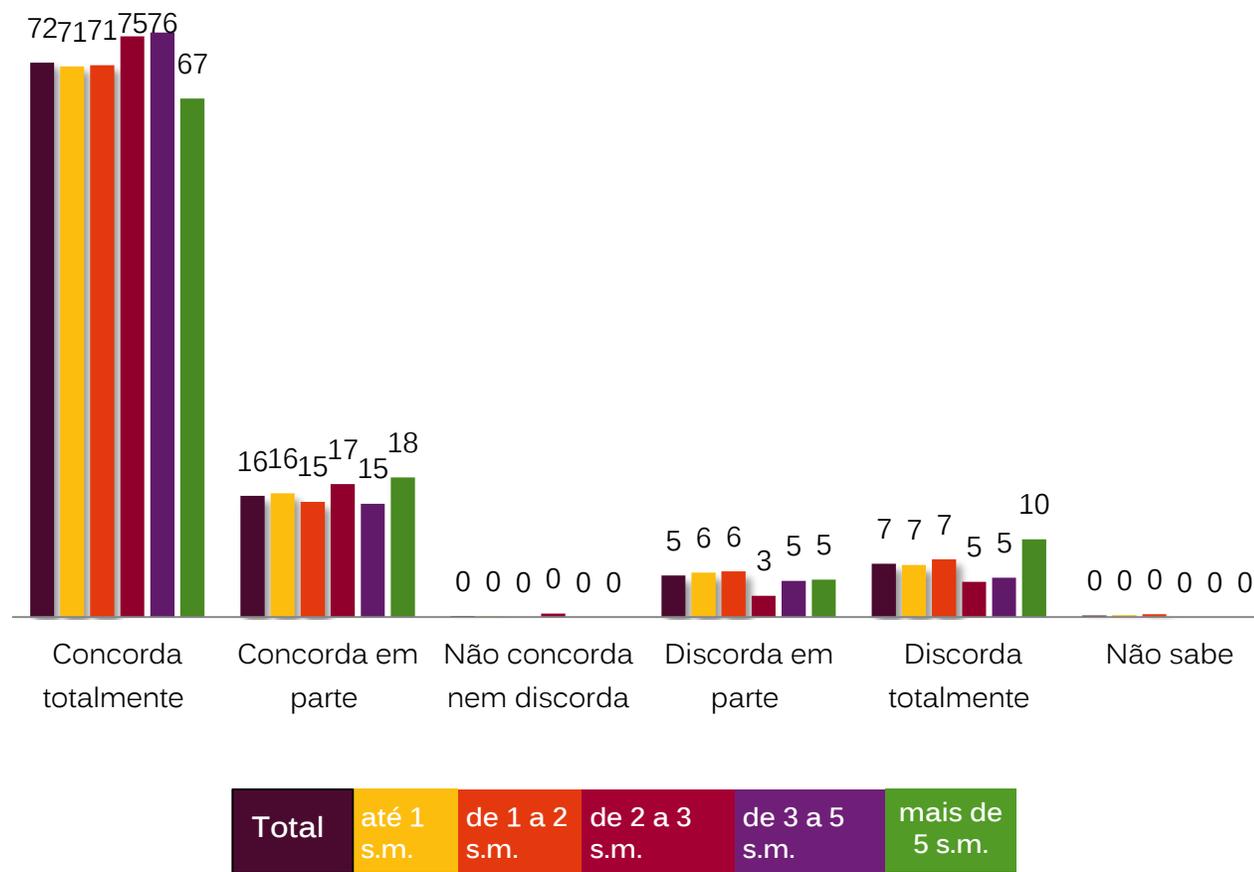
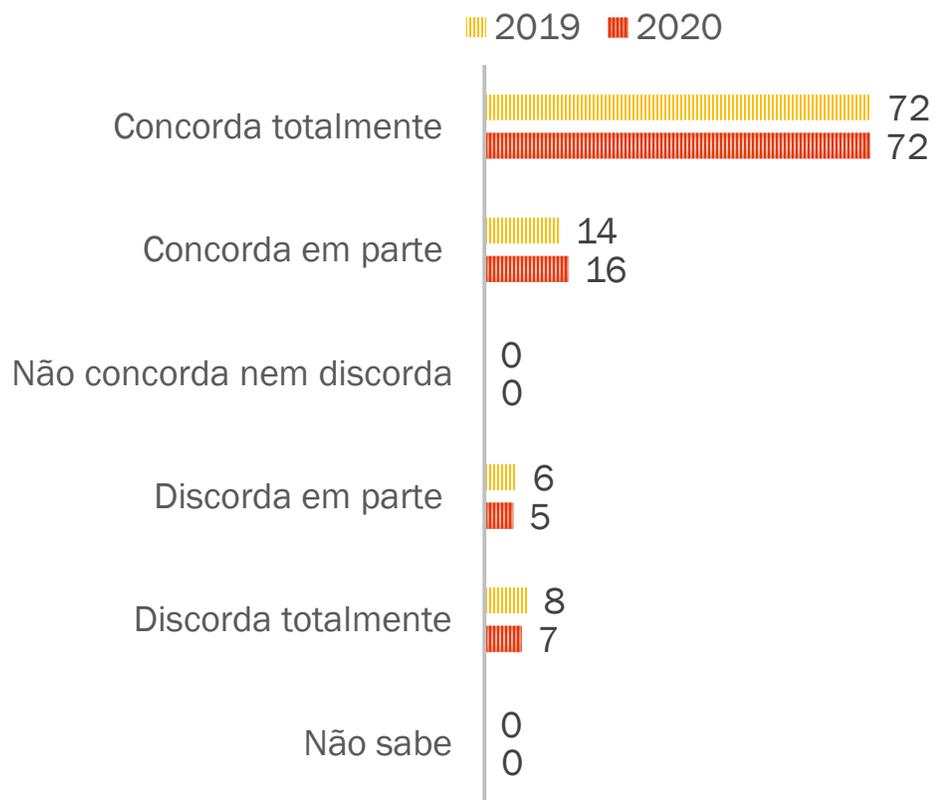
Estimulada e única, em %

Para o Brasil progredir é fundamental reduzir a diferença econômica entre ricos e pobres



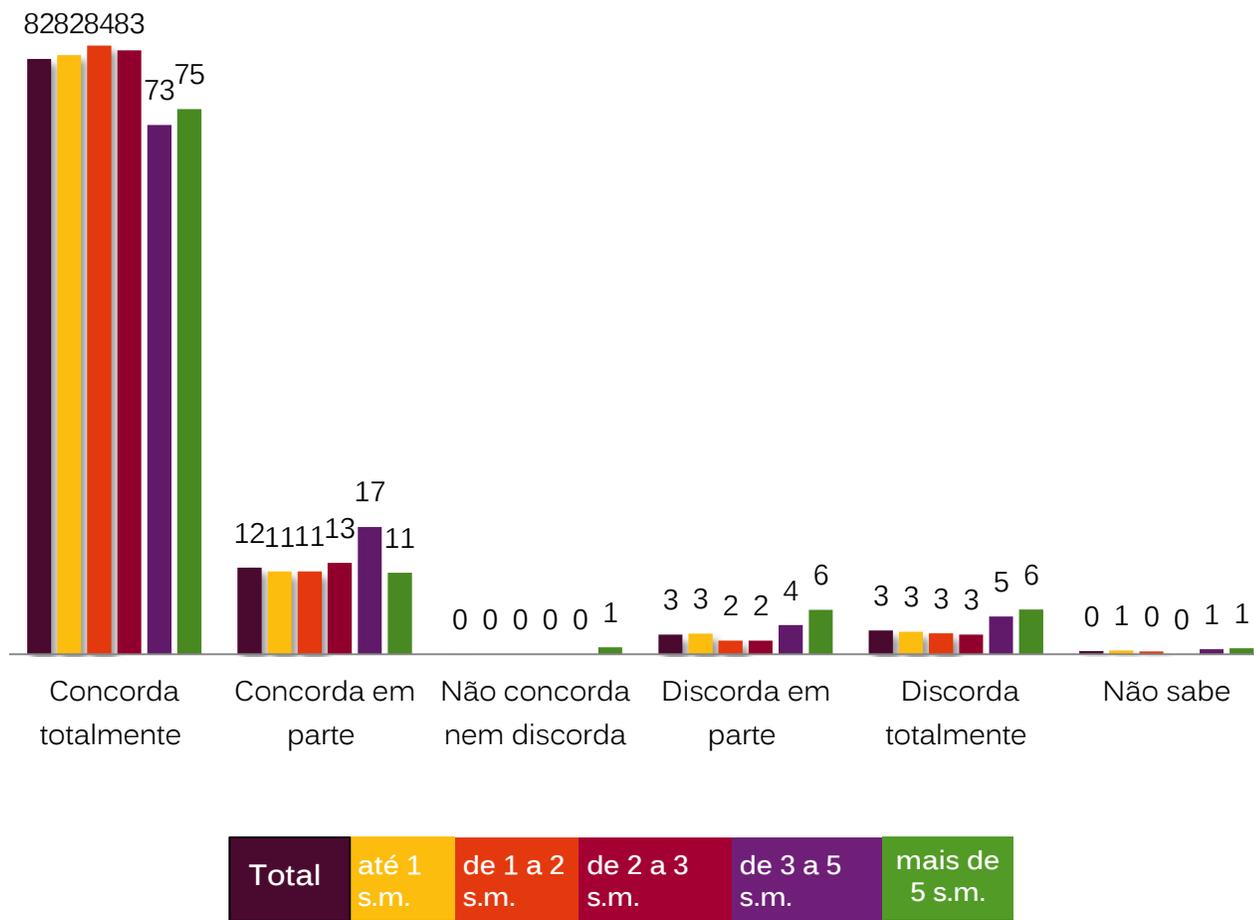
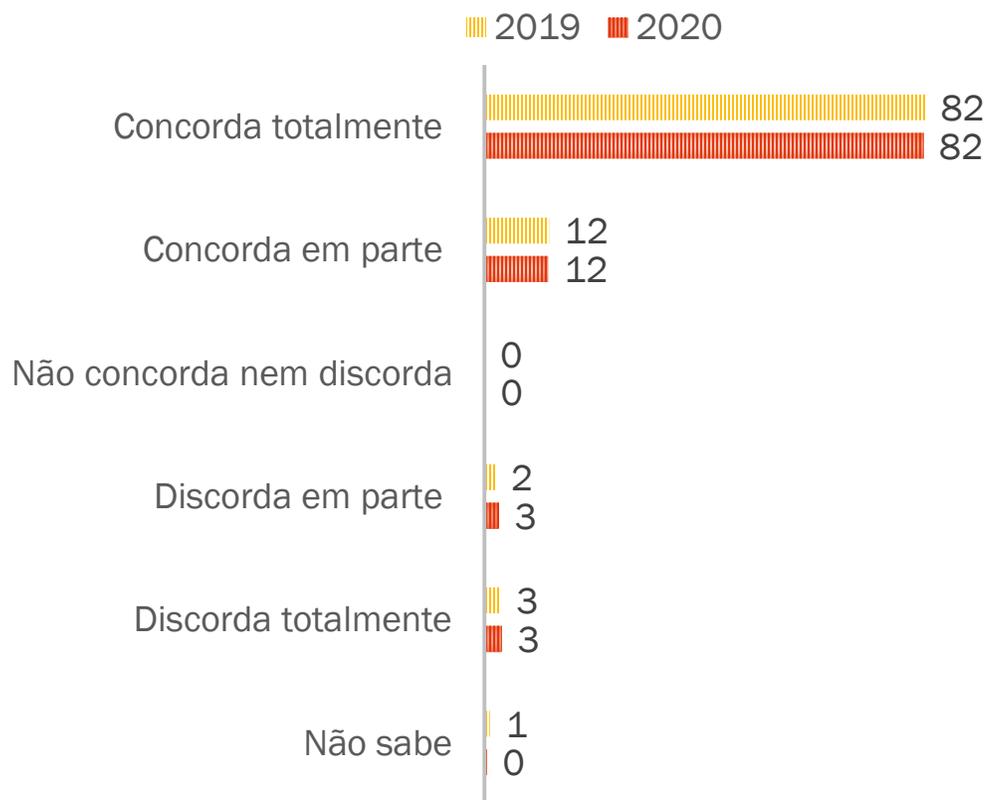
Estimulada e única, em %

Quanto mais pobre, mais dificuldades um brasileiro enfrenta para ter boa escolaridade



Estimulada e única, em %

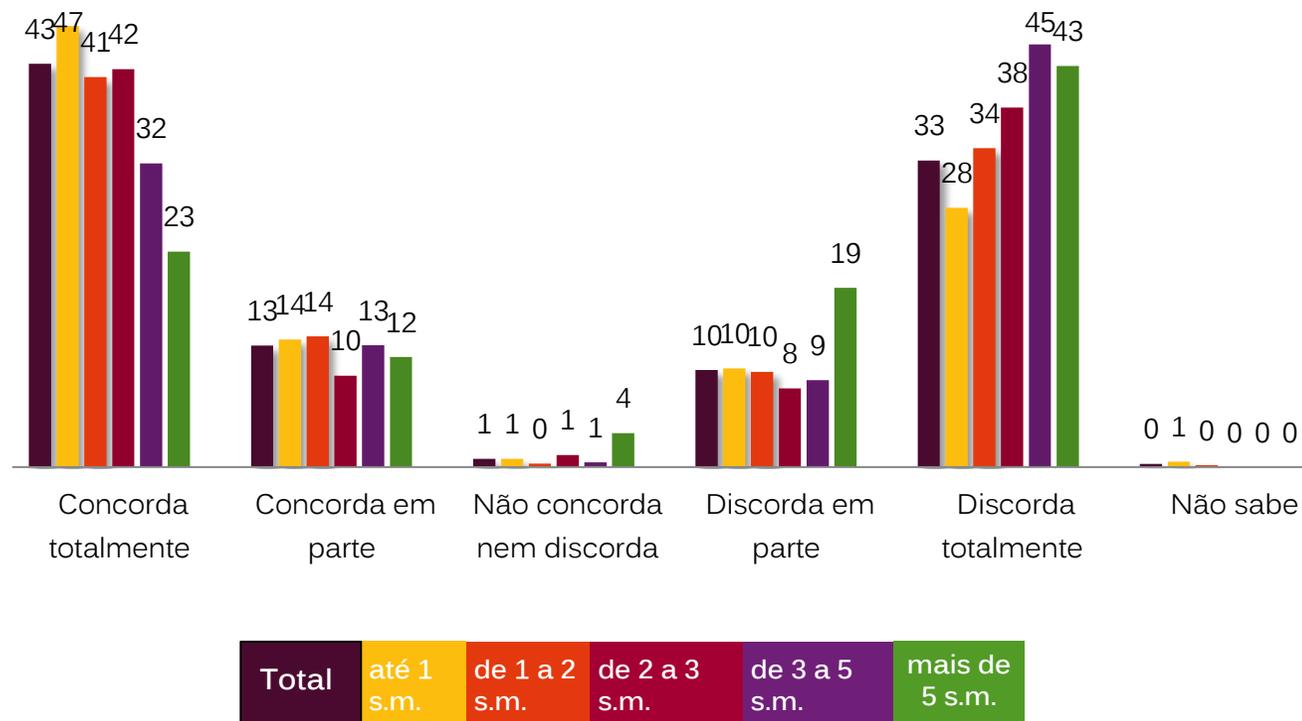
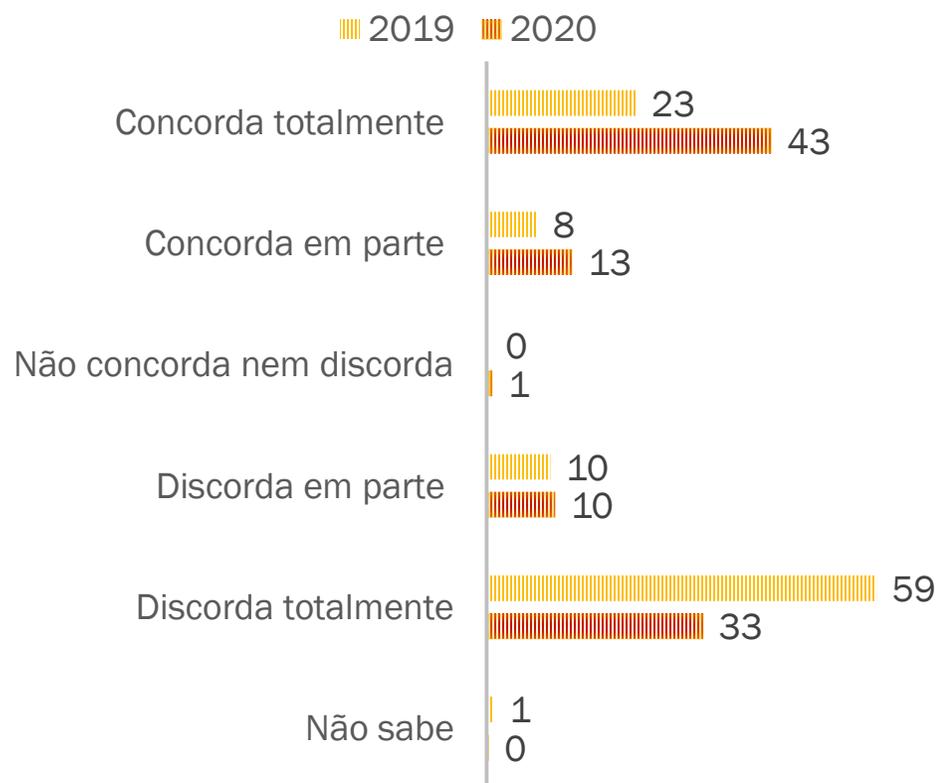
O imposto que eu pago deve beneficiar, principalmente, a educação, moradia e saúde dos mais pobres.



OPINIÃO SOBRE TEMAS SOCIAIS

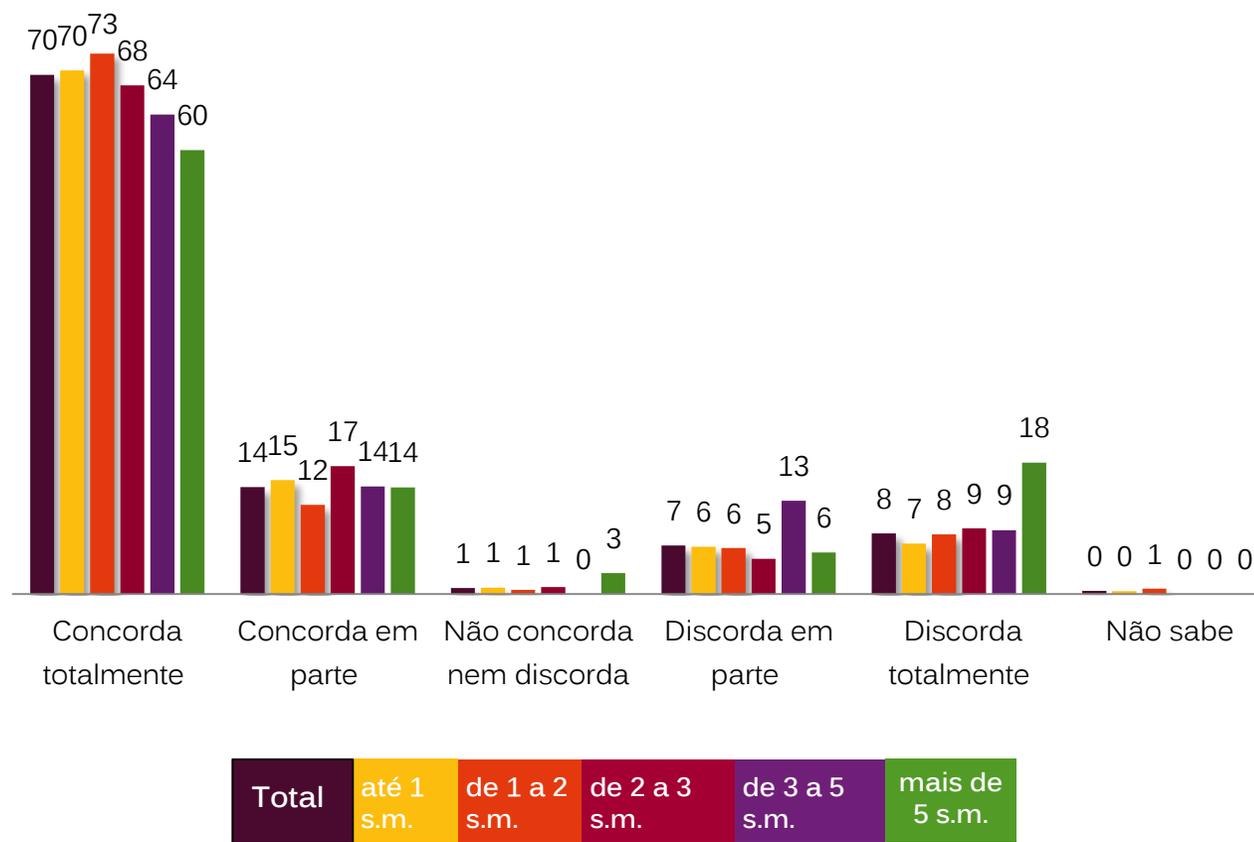
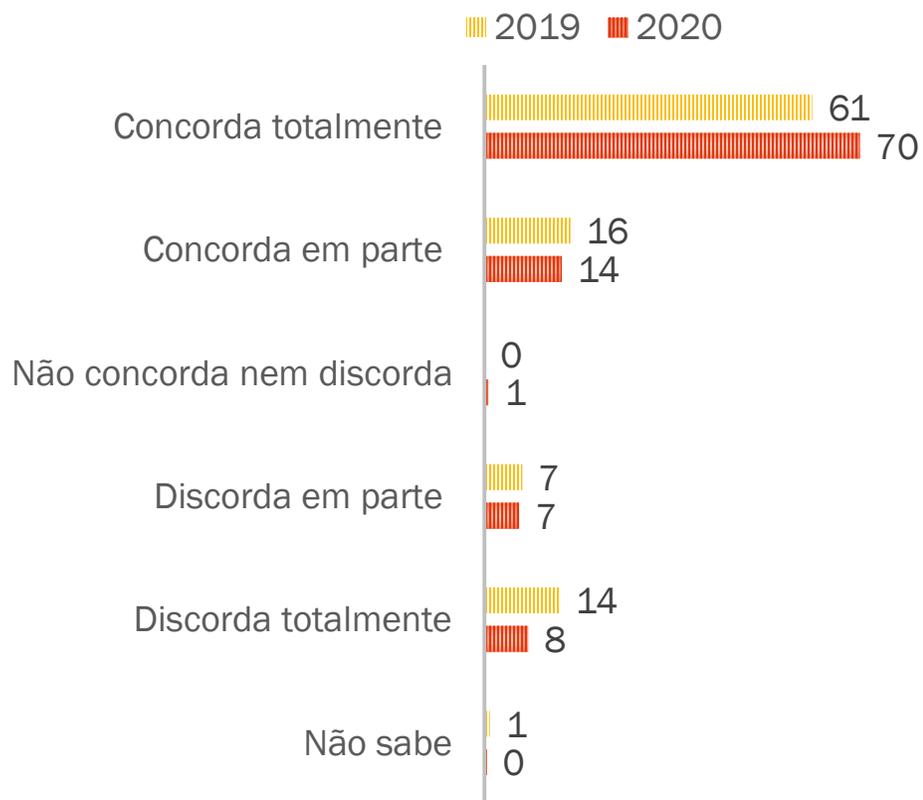
Estimulada e única, em %

Os governos devem aumentar os impostos para garantir melhor educação, mais saúde e mais moradia para os que precisam.



Estimulada e única, em %

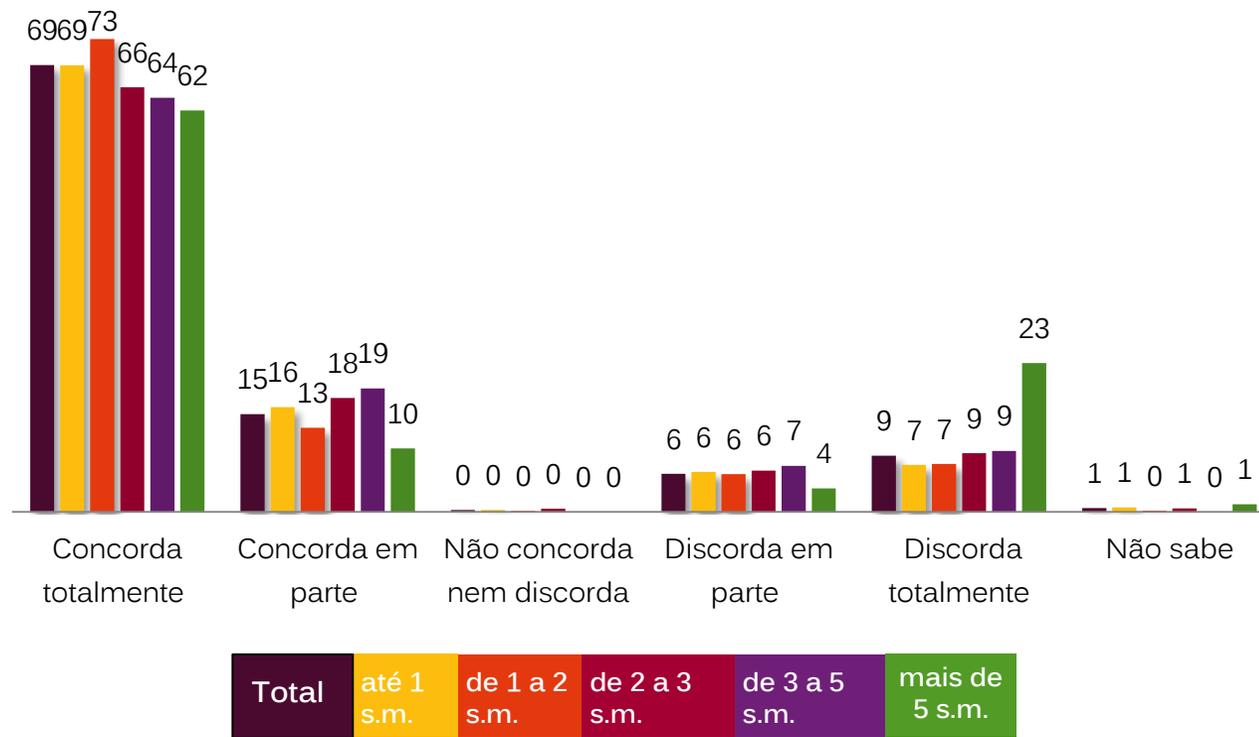
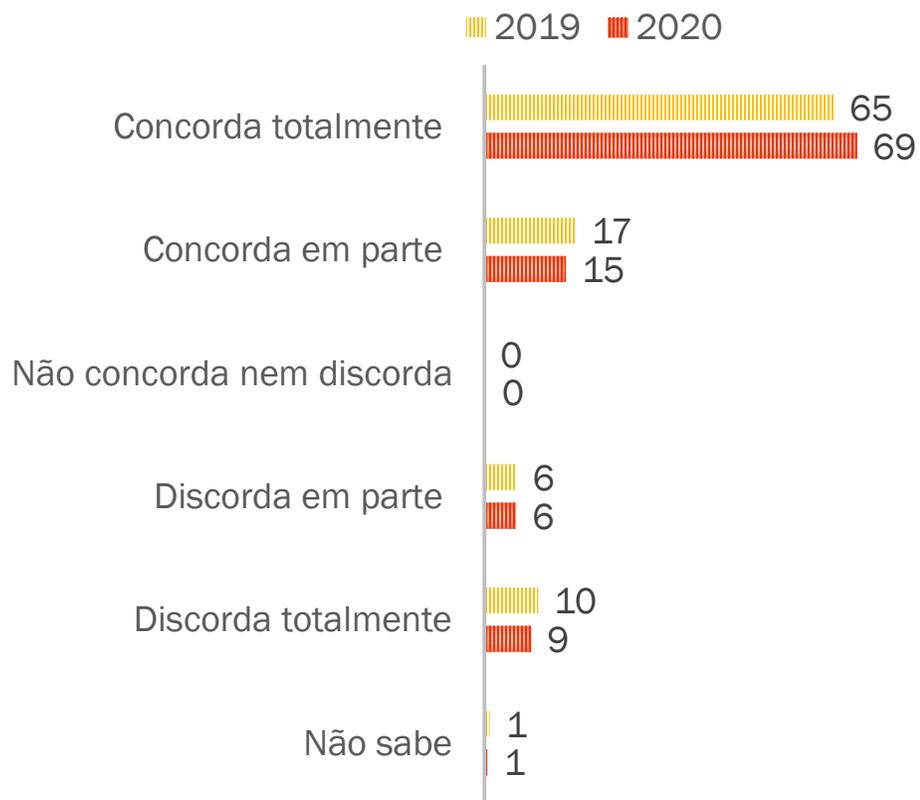
O governo federal deve aumentar os impostos de pessoas muito ricas para garantir melhor educação, mais saúde e mais moradia para os que precisam



OPINIÃO SOBRE TEMAS SOCIAIS

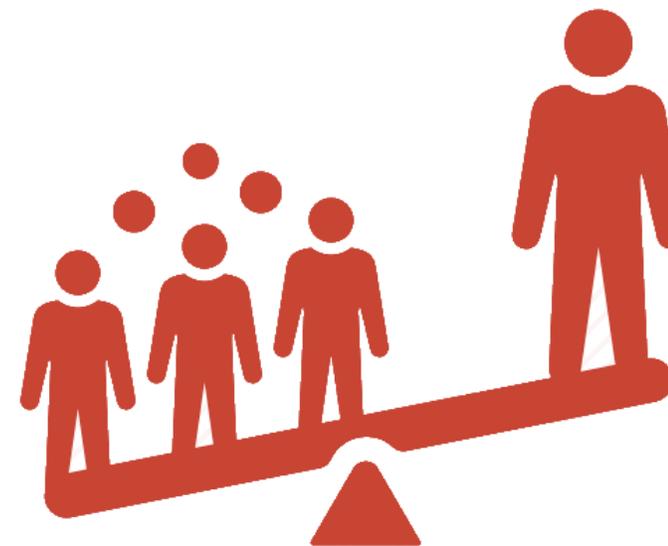
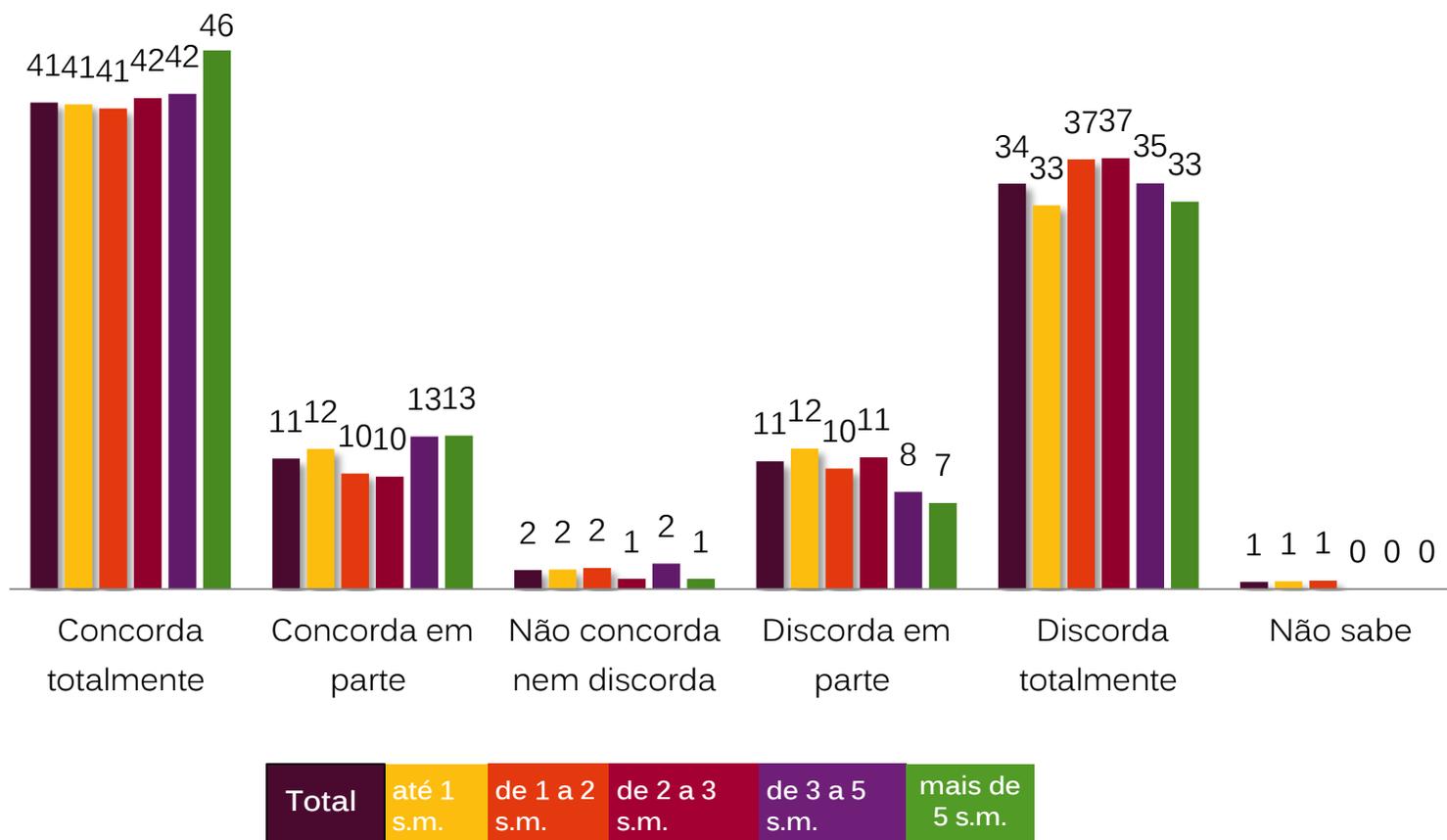
Estimulada e única, em %

O governo federal deve aumentar os impostos de quem ganha mais de 40 mil reais por mês para reduzir o imposto sobre produtos como alimentos, gasolina, roupas, medicamentos e eletrodomésticos etc



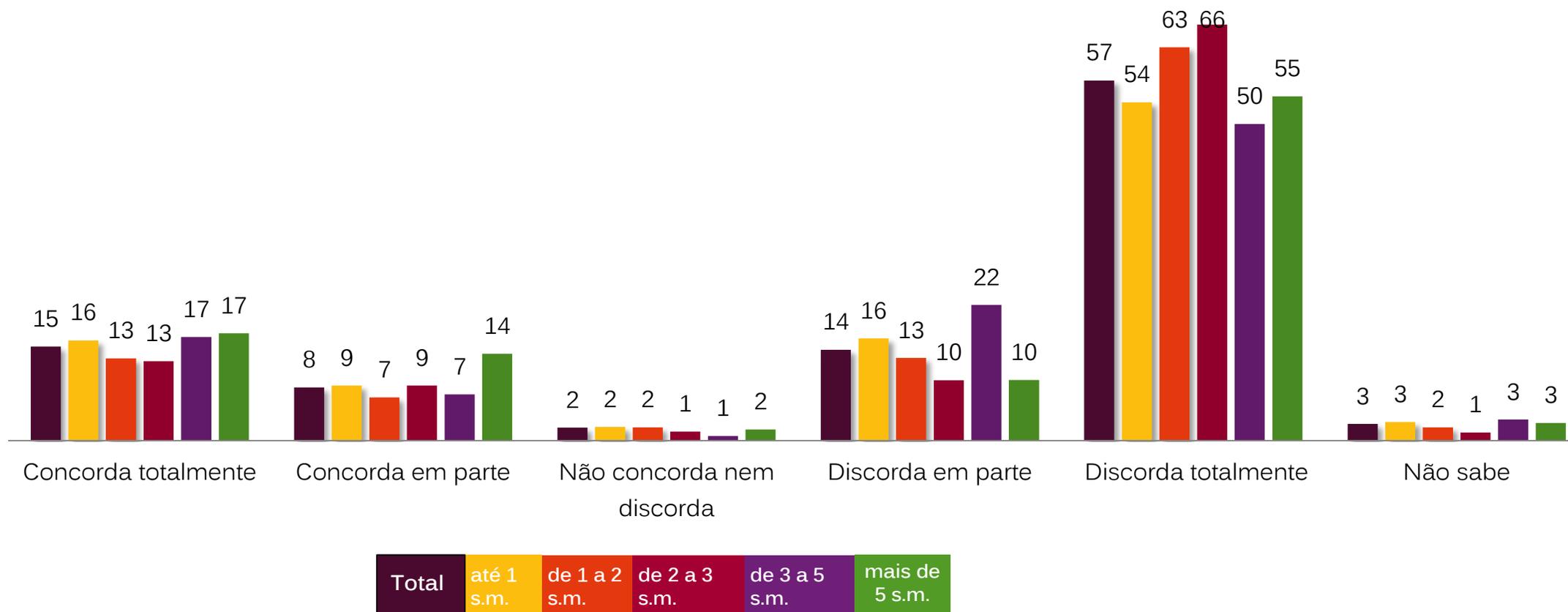
Estimulada e única, em %

O novo coronavírus afeta mais a vida de pobres do que de ricos



Estimulada e única, em %

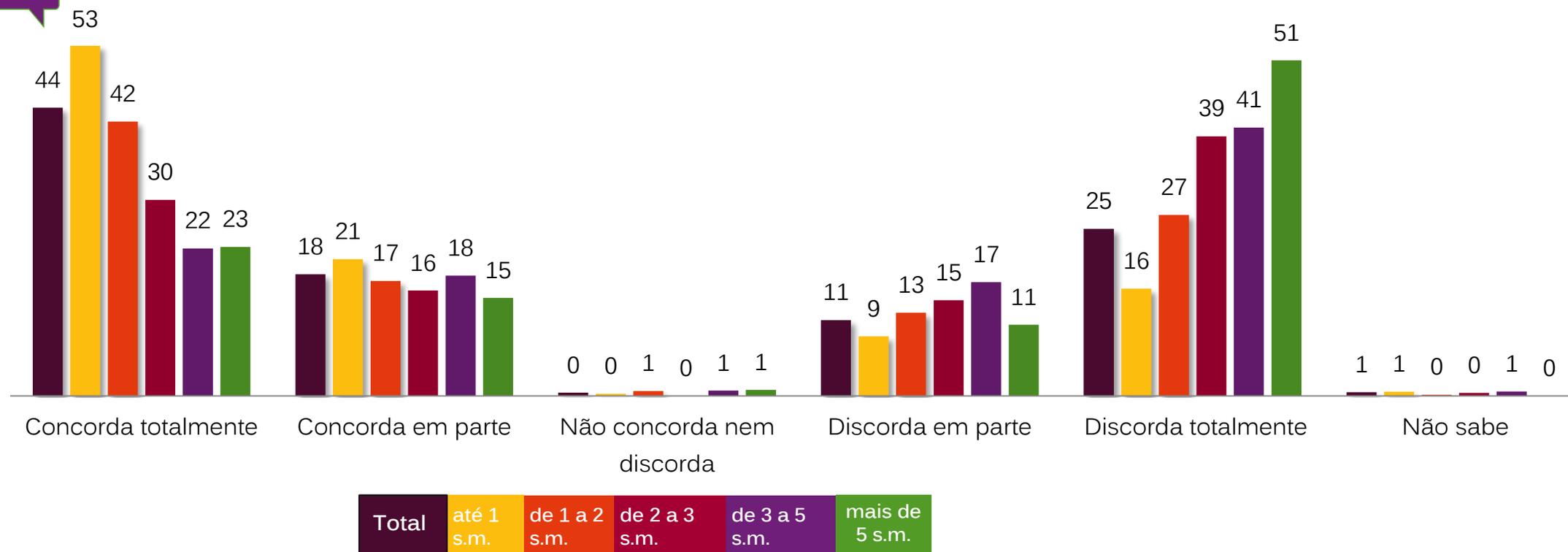
O novo coronavírus afeta mais a vida de negros do que de brancos



Estimulada e única, em %

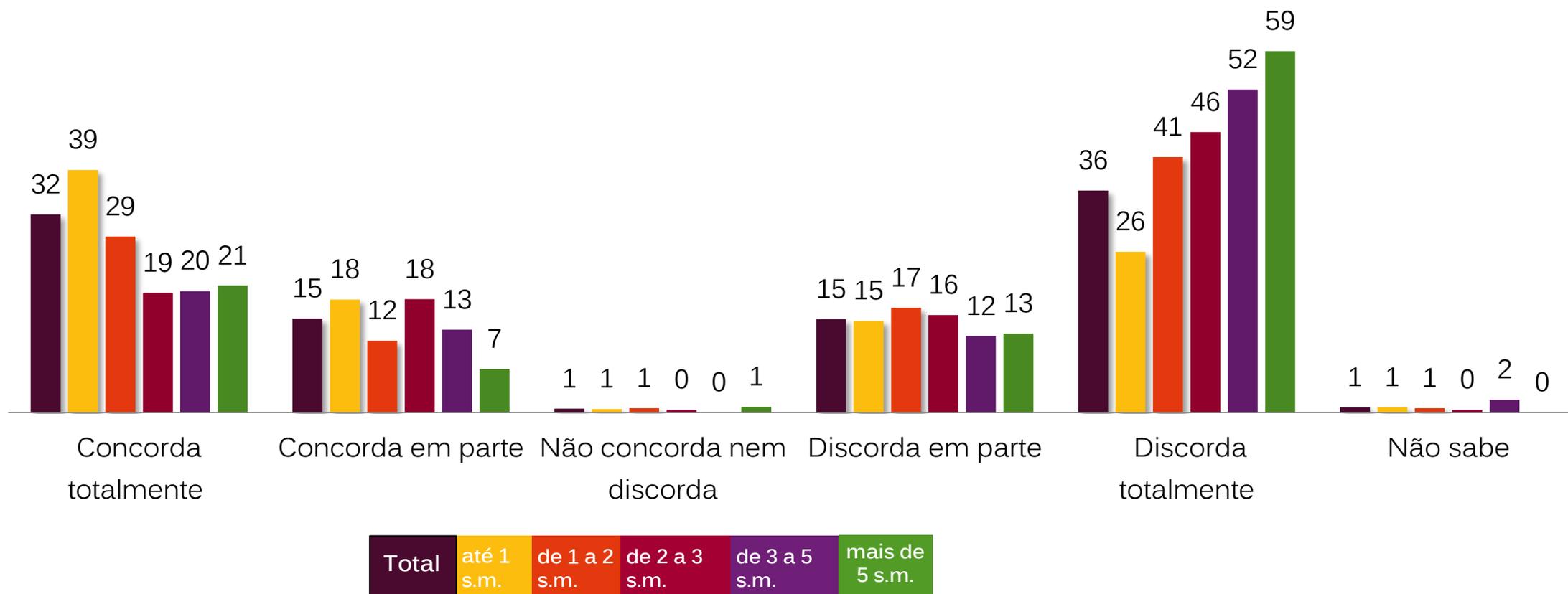
O auxílio emergencial deve se tornar permanente após o fim da pandemia para as pessoas que têm direito hoje

50% nas regiões Norte e Nordeste, e 34% no Sul



Estimulada e única, em %

O auxílio emergencial deve se tornar permanente após o fim da pandemia para todas as pessoas





políticas

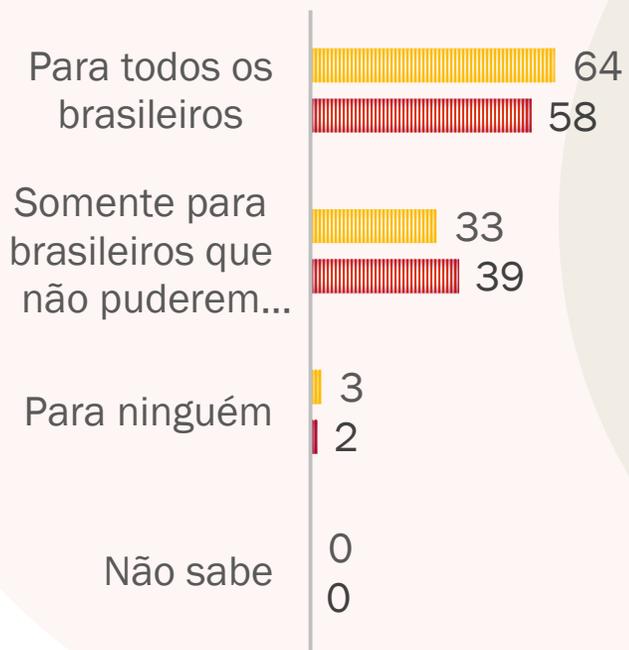
_serviços públicos universais x focalizados
_políticas de redução da desigualdade
_ação na pandemia

Estimulada e única, em %

Apoio à gratuidade universal do ensino recua entre 2019 e 2020

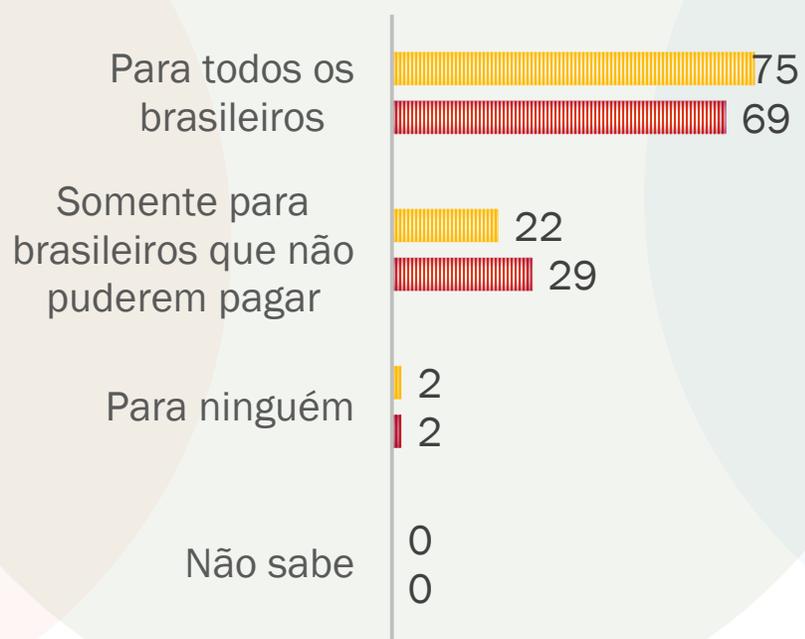
CRECHES

■ 2019 ■ 2020



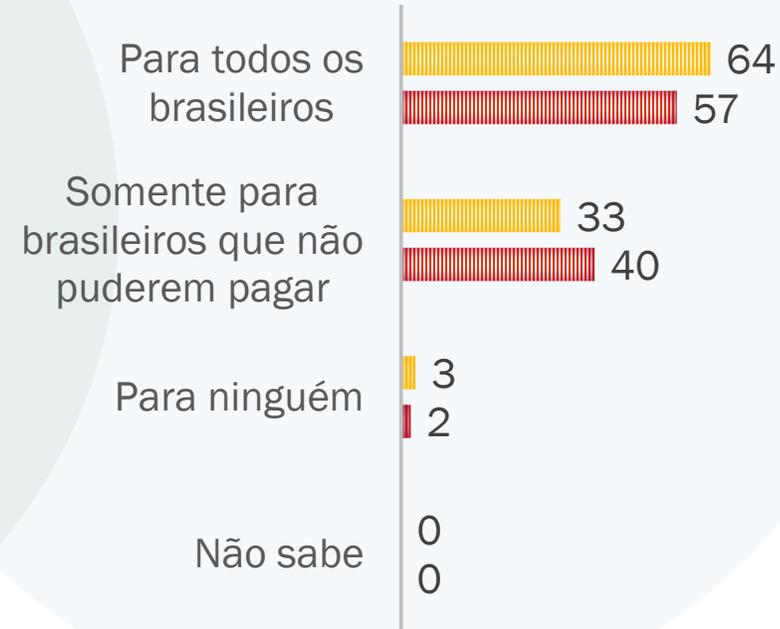
ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

■ 2019 ■ 2020



FACULDADES E UNIVERSIDADES

■ 2019 ■ 2020



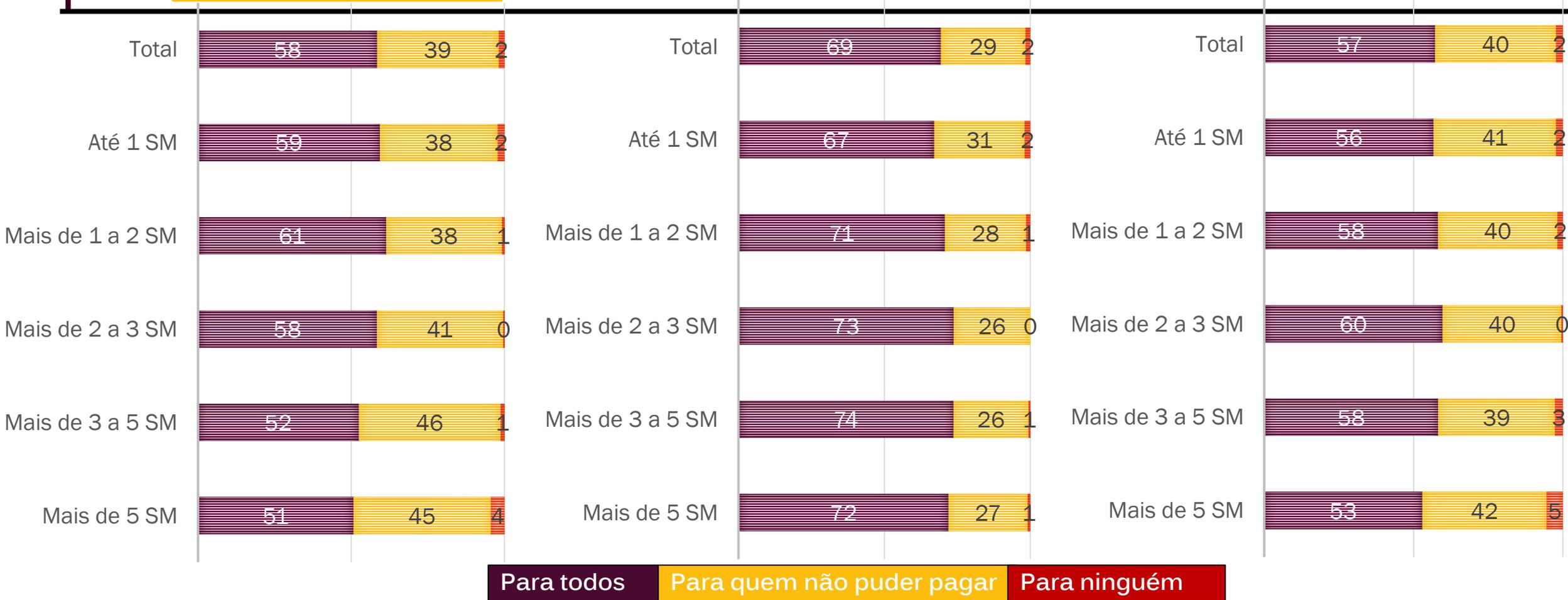
Estimulada e única, em %



Creches

Ensino fundamental e médio

Faculdade e universidade



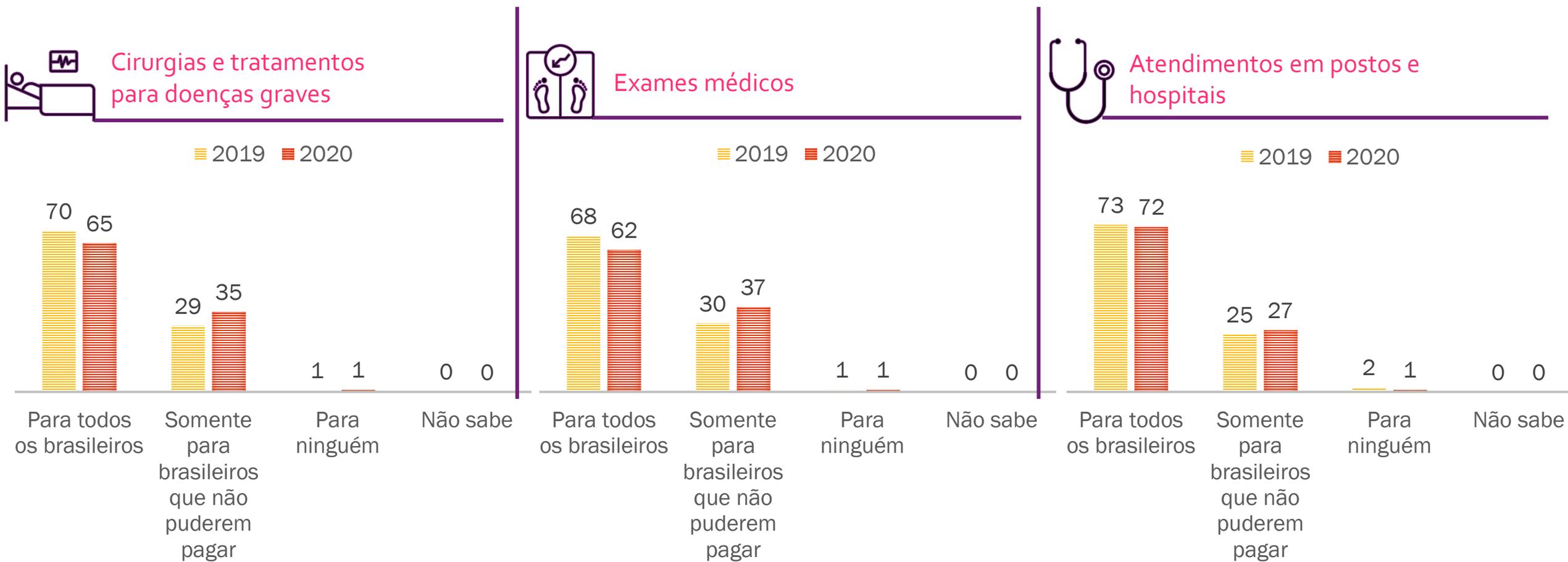
Para todos

Para quem não puder pagar

Para ninguém

Estimulada e única, em %

Apoio a gratuidade para todos de **cirurgias, tratamentos para doenças graves e exames** também recua



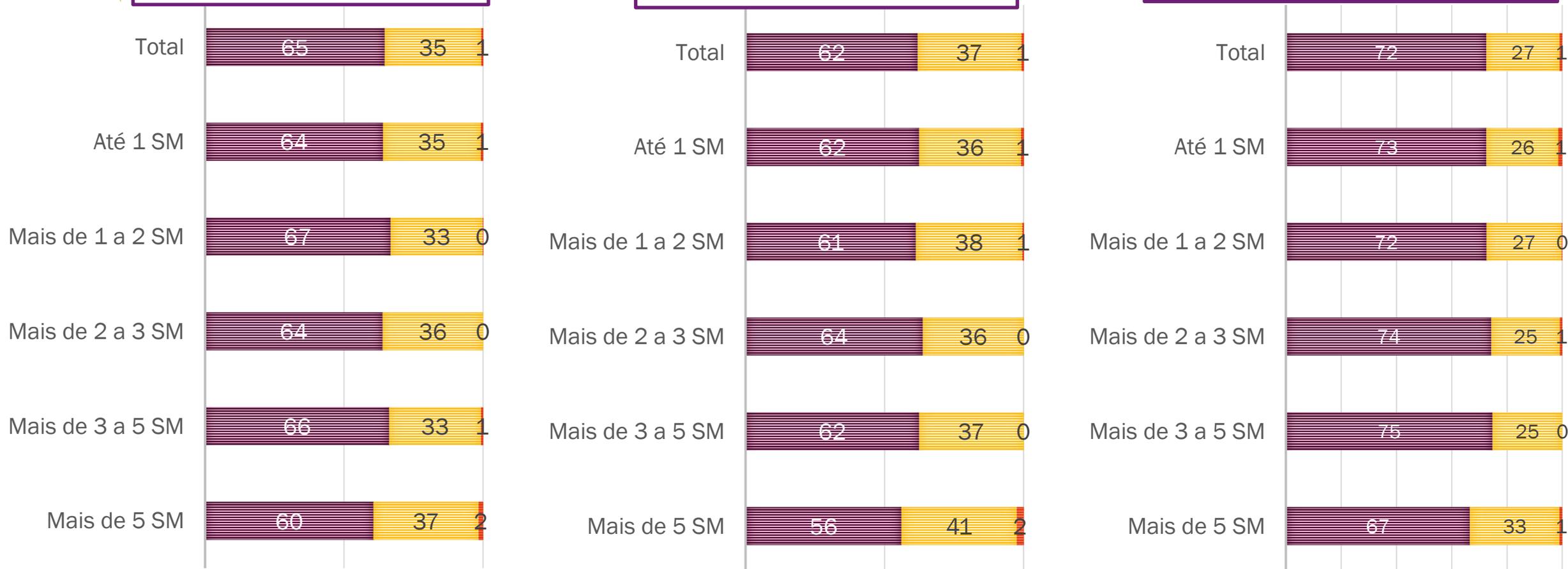
Estimulada e única, em %



Cirurgias/tratamentos graves

Exames médicos

Atendimento em hospitais e postos



Para todos Para quem não puder pagar Para ninguém

COMBATE À DESIGUALDADE

Estimulada e única, em %

O que é mais importante para diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres no Brasil?

Dentro de uma escala de 0 a 10, na qual 0 é nada importante e 10 muito importante, os 10 aspectos consultados receberam notas acima de 7,0, sendo que oito tiveram média acima de 9,0. No topo, com 9,6, ficaram “combate à corrupção”, “investimento público em educação” e “garantir direitos iguais entre homens e mulheres”, e o “auxílio emergencial como política de renda básica permanente” obteve a pior nota média entre os itens pesquisados.



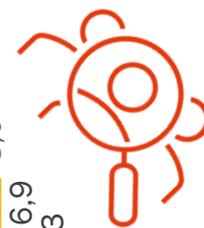
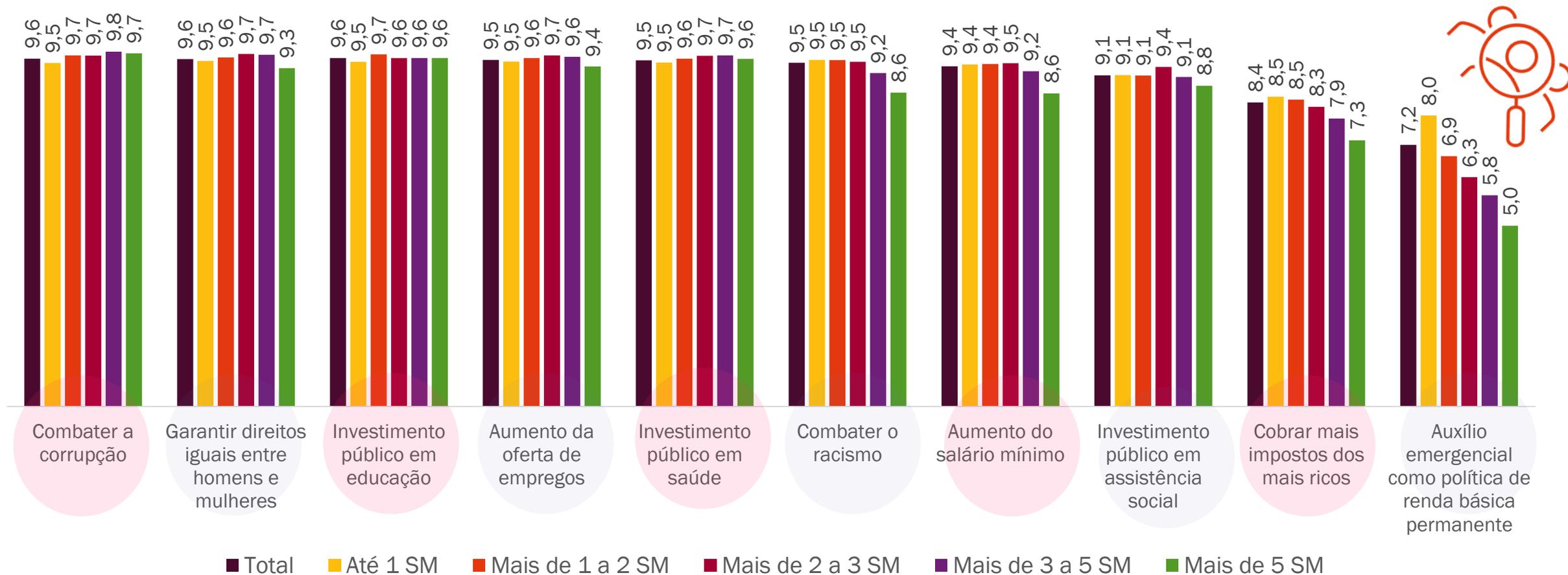
MUITO IMPORTANTE - 10



NADA IMPORTANTE - 0

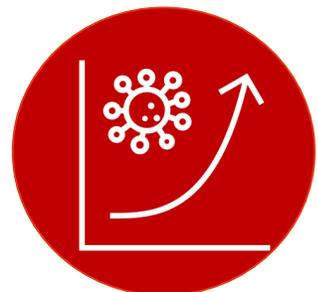
Estimulada e única, em %

Auxílio emergencial como política de renda básica **opção + pobres e + ricos**



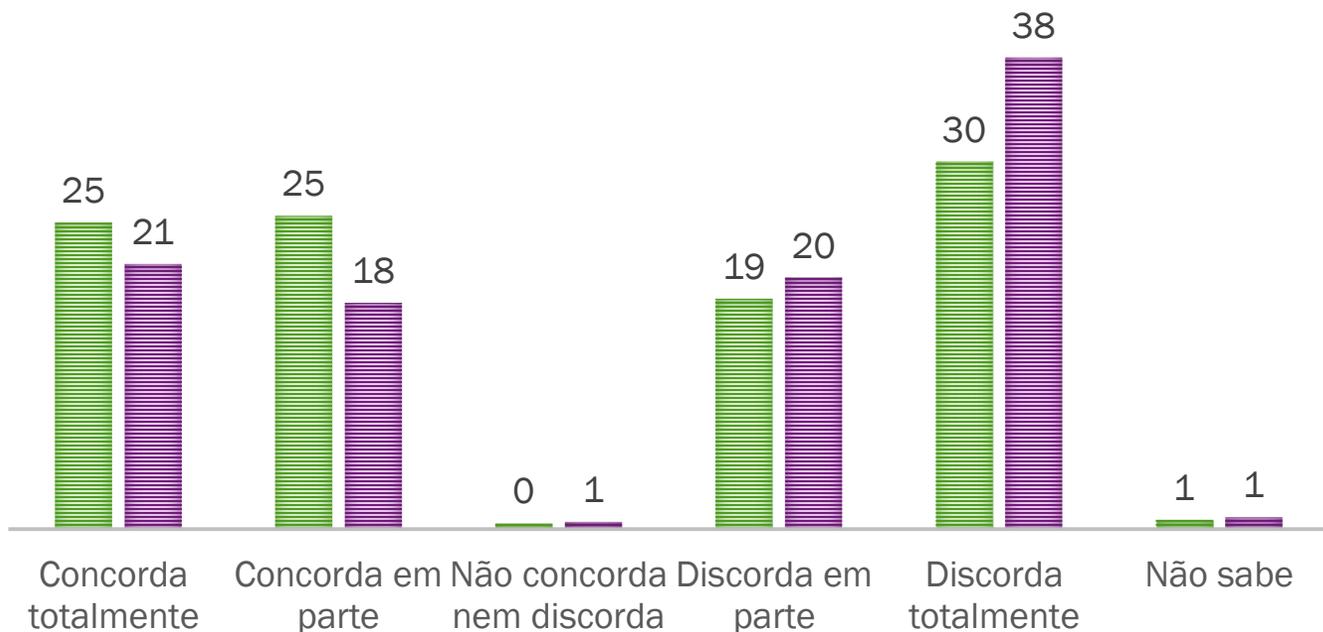
POLÍTICAS PÚBLICAS NA PANDEMIA

Estimulada e única, em %

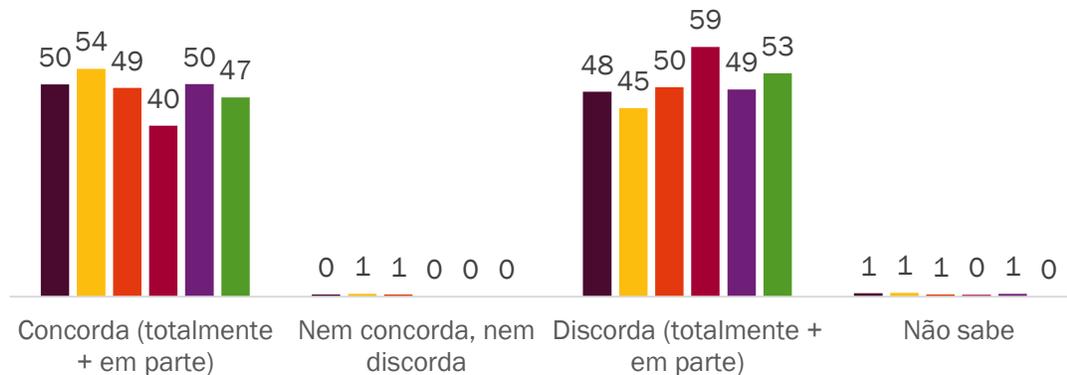


Empenho de Estados têm maior reconhecimento do que ação federal na contenção à pandemia

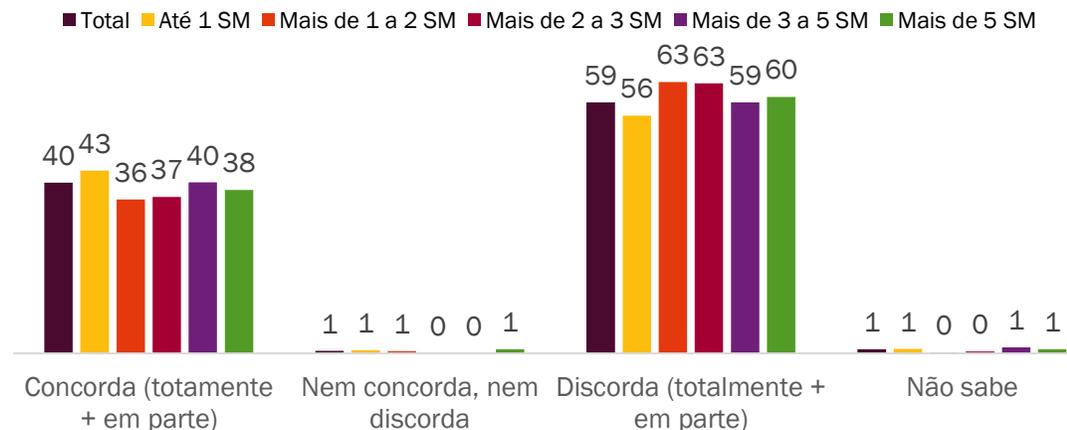
- O governo do meu Estado fez tudo o que era necessário para conter a pandemia
- O governo federal fez tudo o que era necessário para conter a pandemia



O governo do meu Estado fez tudo o que era necessário para conter a pandemia



O governo federal fez tudo o que era necessário para conter a pandemia



POLÍTICAS PÚBLICAS NA PANDEMIA

Estimulada e única, em %

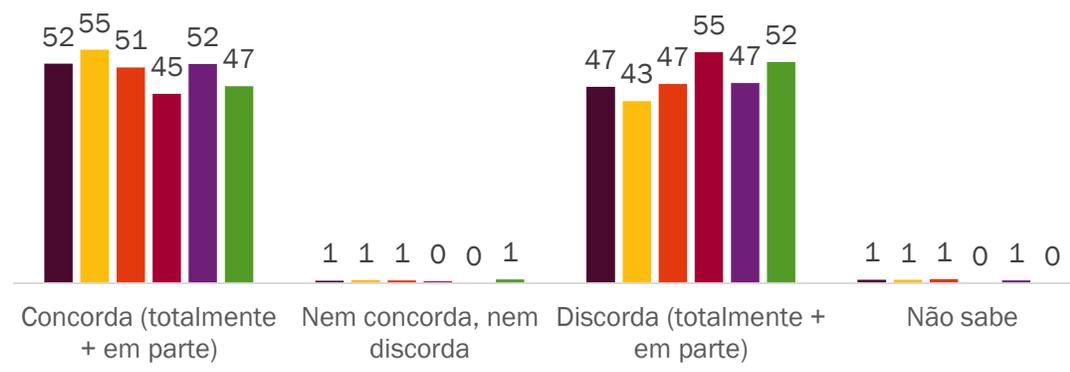


53% discordam que governo federal tenha feito o necessário para proteger vidas na pandemia, e 46% pensam o mesmo sobre os Estados

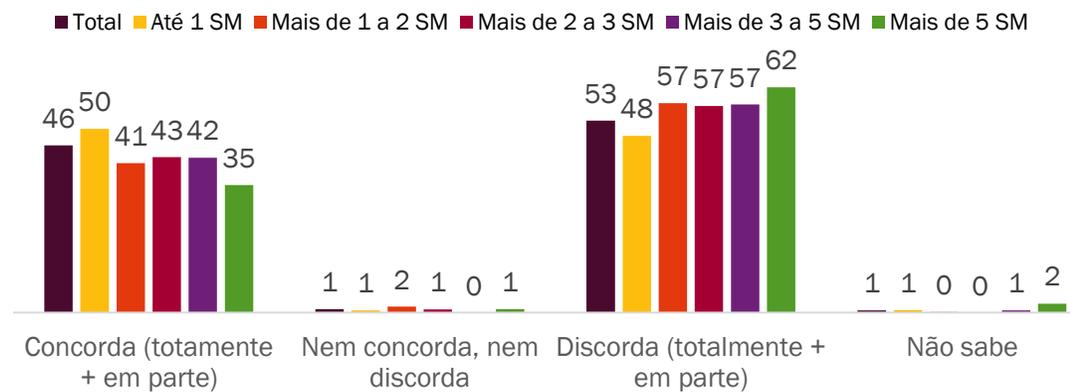
- O governo do meu Estado fez tudo que era necessário para proteger a vida das pessoas e garantiu diagnóstico e tratamento de saúde durante a pandemia
- O governo federal fez tudo que era necessário para proteger a vida das pessoas e garantiu acesso a diagnóstico e tratamento de saúde durante a pandemia



O governo do meu Estado fez tudo que era necessário para proteger a vida das pessoas e garantiu diagnóstico e tratamento de saúde durante a pandemia



O governo federal fez tudo que era necessário para proteger a vida das pessoas e garantiu acesso a diagnóstico e tratamento de saúde durante a pandemia



P.28B Agora vou ler algumas frases sobre as ações do governo estadual, isto é, do governador do seu estado e secretários, durante a pandemia, e gostaria que você me dissesse se concorda ou discorda de cada uma delas _____. Você concorda ou discorda? (Base: Total da amostra)

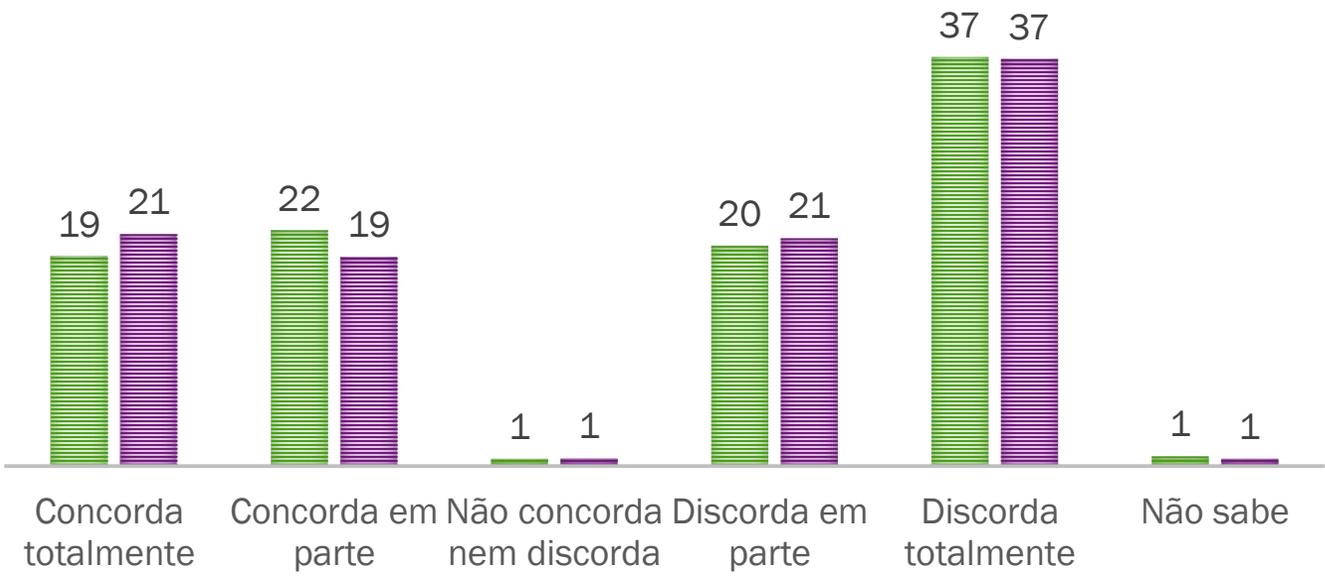
POLÍTICAS PÚBLICAS NA PANDEMIA

Estimulada e única, em %

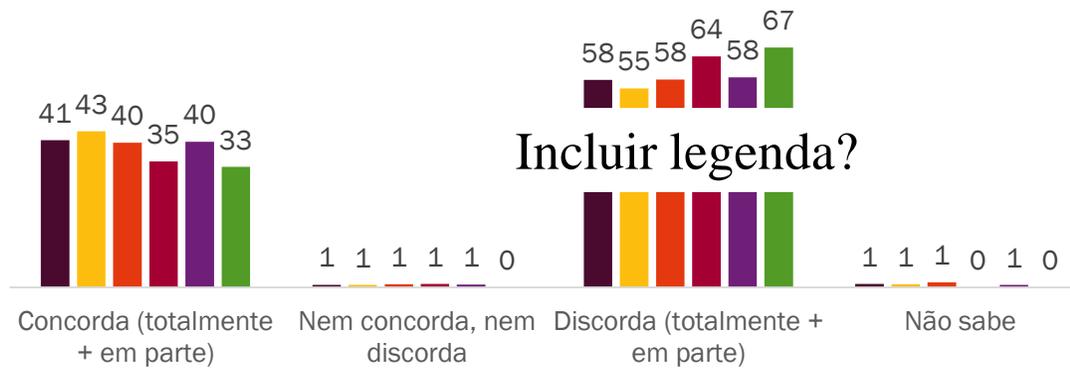


Na proteção ao emprego e renda, ações federais e estaduais têm avaliação similar

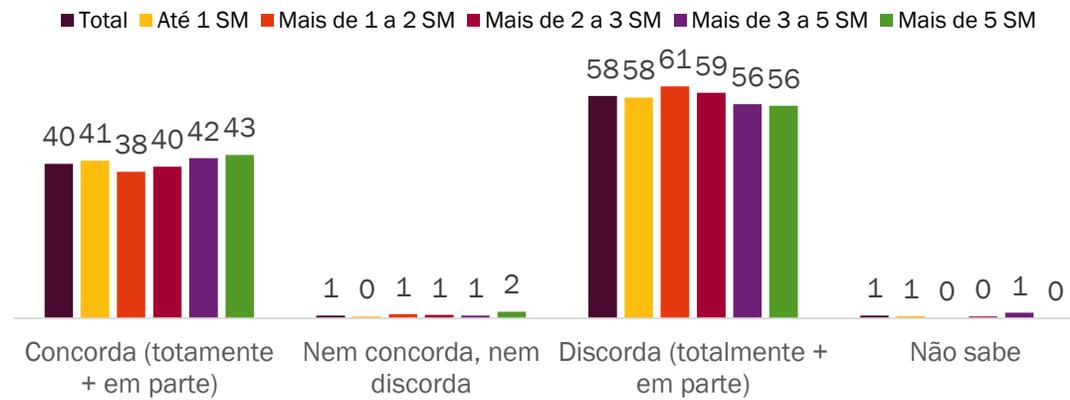
- O governo do meu Estado fez tudo que era necessário para garantir emprego, renda e proteção social à população durante a pandemia
- O governo federal fez tudo que era necessário para garantir emprego, renda e proteção social à população durante a pandemia



O governo federal fez tudo que era necessário para garantir emprego, renda e proteção social à população durante a pandemia



O governo federal fez tudo que era necessário para garantir emprego, renda e proteção social à população durante a pandemia



P.28B Agora vou ler algumas frases sobre as ações do governo estadual, isto é, do governador do seu estado e secretários, durante a pandemia, e gostaria que você me dissesse se concorda ou discorda de cada uma delas _____. Você concorda ou discorda? (Base: Total da amostra)

An aerial photograph showing a large area of urban destruction, with rubble and debris scattered across the ground. A large, dark, irregular shape is visible in the upper left corner, possibly a crater or a large pile of rubble.

relatório analítico-descritivo

DESIGUALDADE: PERCEPÇÃO SOBRE RIQUEZA E POBREZA

Dentro de uma escala em que 0 representa as pessoas mais com renda mais baixa do país, ou seja, os muito pobres do Brasil, e 100 as pessoas com renda mais alta do país, ou seja, as muito ricas, 40% se posicionam no primeiro quartil de renda, ou seja, acreditam fazer parte dos 25% mais pobres. Há 46% que se posicionam logo a seguir, no segundo quartil, de 26 a 50, e na metade mais rica sobram 14%, divididos entre aqueles que se posicionam no quartil que vai de 51 a 75, que somam 10%, e os brasileiros que se colocam no quartil mais elevado, de 76 a 100, e somam apenas 4%.

A comparação com 2019 mostra poucas mudanças na percepção de escala social dos brasileiros, com variações dentro da margem de erro. Segue válida, dessa forma, a avaliação de que há excesso de pessoas que se veem como pobres, e faltam brasileiros que reconheçam sua posição mais alta na estrutura de renda do país. Três em cada quatro (75%) brasileiros com renda individual acima de 5 salários, por exemplo, se colocam na metade mais pobre do país. Essa renda, porém, é suficiente para posicioná-los na parcela de 5% de renda mais elevada da pesquisa.

Entre os mais jovens, 28% se colocam no quartil de renda mais baixa, de 0 a 25. Esse índice sobe para 34% entre quem tem de 25 a 34 anos, e fica entre 43% e 47% nas faixas acima 34 anos. Na região Nordeste, 46% se colocam nesse patamar de renda mais baixo, entre os 25% mais pobres. No Centro-Oeste, o índice é similar (44%), e no Norte fica em 39%. Na região Sul, 35% se posicionam no quartil de renda mais baixa, em nível similar ao registrado no Sudeste (38%).

Questionados sobre a renda necessária para estar no grupo dos 10% mais ricos do país, 23% apontaram valores de até R\$ 5 mil (em 2019, 19% citaram cifras nessa faixa), 14% disseram de R\$ 5 mil a R\$ 10 mil (ante 12% em 2019), 10% acreditam que seja de R\$ 10 mil a R\$ 20 mil (em 2019, 8%), e para 16% é preciso ganhar de R\$ 20 mil a R\$ 50 mil (em 2019, 14% mencionavam valores nessa faixa). Há ainda 23% que acreditam que, para fazer parte dos 10% mais ricos, é preciso ter uma renda superior a R\$ 50 mil reais por mês. No levantamento anterior, 32% apontavam valores acima de R\$ 50 mil. Uma parcela de 15% não respondeu à questão, em linha com 2019.

Entre os mais pobres, com renda pessoal de até 1 salário mínimo, 31% avaliam que para fazer parte dos 10% mais ricos no país é preciso ganhar pelo menos R\$ 5 mil. Entre aqueles com renda de 1 a 2 salários, 21% apontam a barreira dos R\$ 5 mil para fazer parte dos 10% mais ricos, e entre quem tem renda de 2 a 3 salários o índice dos que apontam a barreira de R\$ 5 mil cai para 14%. Entre aqueles com renda de 3 a 5 salários, 6% avaliam que para fazer parte dos 10% mais ricos do país é preciso ganhar ao menos R\$ 5 mil, e os demais apontam faixas superiores. Na parcela mais rica, com renda acima de 5 salários, 5% apontam R\$ 5 mil como o valor necessário para estar entre os 10% mais ricos do país, e os demais apontam valores acima disso.

Os brasileiros também foram consultados sobre a linha da pobreza, ou seja, até quanto uma pessoa deve ganhar por mês para ser considerada pobre no Brasil. Uma parcela de 8% apontou para o limite de R\$ 210, 5% acreditam que seja de R\$ 211 a R\$ 400, e para 12% os valores vão de R\$ 401 a R\$ 700. Há 22% que acreditam que uma pessoa pobre no país tem renda de R\$ 701 a R\$ 1000, e para 33% essa renda varia de R\$ 1001 a R\$ 1200. Há ainda 17% que citam valores acima de R\$ 1200, e 3% não opinaram.



Entre quem tem renda de até 1 salário mínimo por mês, 45% citam valores acima de R\$ 1 mil como o mínimo para estar em situação de pobreza. Esse índice sobe em faixas de renda mais altas: entre quem tem renda mensal de 1 a 2 salários, 51% mencionam cifras acima de R\$ 1000; entre quem tem renda entre 2 e 3 salários, 55% citam valores acima de R\$ 1000; entre quem tem renda entre 3 e 5 salários, são 67%; na parcela dos mais ricos, com renda acima de 5 salários, 52% citam valores acima de R\$ 1000.

CLASSE SOCIAL – PRESENTE, PASSADO E FUTURO

Na percepção sobre a classe social em que estão atualmente, considerando a renda e o padrão de vida, 21% dos brasileiros se consideram pobres, índice acima do registrado em fevereiro de 2019, quando 16% se reconheciam como pobres. A fatia mais representativa dos brasileiros, no entanto, avalia ser de classe média baixa (48%, ante 49% no ano anterior), e os demais se consideram de classe média, nem alta nem baixa (29%, e eram 32% na pesquisa de 2019), de classe média alta (1%, ante 2% em 2019) e ricos (menos de 1%).

Na parcela dos mais jovens, 12% se veem como pobres, metade do registrado nas faixas de 45 a 59 anos (25%) e 60 anos ou mais (25%). Entre os menos escolarizados, 34% se consideram pobres, e, 46%, de classe média baixa. No grupo com escolaridade média, esses índices são de 18% e 53%, respectivamente, e entre os mais escolarizados 9% dizem ser pobres, 42%, de classe média baixa, e 46%, de classe média.

Entre quem tem renda individual de até 1 salário, 30% se veem como pobres, e 49%, como classe média baixa. Na faixa seguinte, de renda entre 1 e 2 salários, esses índices ficam em 19% e 52%, respectivamente. Na parcela com renda de 2 a 3 salários, 9% se consideram pobres, e 51% de classe média baixa. Na parcela com renda de 3 a 5 salários, 3% se dizem pobres, e 49% de classe média baixa. Entre os mais ricos, com renda superior a 5 salários, 3% se declaram pobres, 23%, de classe média baixa, e a maioria (68%) de classe média.

Os entrevistados também foram questionados sobre em qual classe se viam cinco anos antes, considerando a mesma classificação usada para o presente. Os pobres eram, há cinco anos, 27%, segundo esse critério de autotransição, e 42% faziam parte da classe média baixa. Os demais pertenciam à classe média (26%) e classe média alta (4%), com os ricos somando menos de 1%.

Na parcela que hoje se considera pobre, 73% mantiveram a percepção sobre sua classe em relação ao passado recente, 17% avaliam que há cinco anos faziam parte da classe média baixa, e 9% dizem que eram de classe média. Entre aqueles que hoje fazem parte da classe média baixa, 20% se viam como pobres há cinco anos, e 18% estavam um degrau acima, na classe média alta, com 59% estáveis na mesma classe. No grupo que hoje se declara de classe média, 52% estavam no mesmo patamar há cinco anos, 35% vêm da classe média baixa, e 6% eram pobres.



Esse trânsito entre as classes, segundo a auto percepção dos entrevistados, mostra que 60% não se moveram de classe nos últimos cinco anos, enquanto 22% melhoraram e 18% pioraram. Entre os mais jovens, 34% subiram pelo menos um degrau nesse critério de classe, e entre aqueles com renda individual entre 3 e 5 salários o índice fica em 30%. Na faixa de 45 a 59 anos, 23% dizem ter caído de classe nos últimos cinco anos, e entre quem tem renda pessoal de 1 salário mínimo esse índice é de 25%.

Considerando o universo dos que melhoraram e classe, 61% atribuem essa alta no degrau de renda e bem estar a oportunidades de trabalho e/ou experiências profissionais que tiveram ao longo da vida. Na sequência, como razões que levaram a essa ascensão, aparecem as oportunidades de estudos (28%), as condições financeiras da família (28%) e o local onde mora (17%), entre outras. Na parcela com curso superior, 46% apontam as oportunidades de estudo como motivo para sua mudança de classe, e 72% indicam as oportunidades profissionais. Entre quem tem educação fundamental, 11% apontam as oportunidades de estudo, e 54%, as oportunidades de trabalho.

No universo dos que pioraram de classe, aspectos relacionados a oportunidades profissionais são citados por 42% como motivo para essa queda, e em seguida aparecem as condições financeiras da família (34%), oportunidades de estudo (18%), o local onde mora (16%) e a cor da pele (5%), entre outros.

Pensando daqui a cinco anos, 9% se imaginam pobres (eram 6% na pesquisa de 2019), 19%, de classe média baixa (eram 16%), 39%, de classe média (eram 41%), 25%, de classe média alta (eram 29%), e 5%, ricos (eram 4%). Ou seja, a projeção para feito pelos entrevistados para si é otimista, com 69% ocupando espaço nas classes média, média alta e de ricos, ante os 31% que se colocam nessas posições atualmente.

Na faixa dos mais jovens, 46% projetam estar na classe média alta daqui a cinco anos, enquanto 6% esperam ser ricos. Esses resultados caem conforme o avanço da idade – entre quem tem de 35 a 44 anos, por exemplo, a taxa dos que se veem na classe média alta é de 29%, e 6% se veem ricos; na parcela com 60 anos ou mais, esses índices ficam em 10% e 2%, respectivamente.

De oito aspectos apresentados para avaliação sobre quais fariam diferença para uma vida melhor daqui para frente, os mais apontados em primeiro lugar foram estudar (22%), religião (21%) e ter acesso à atendimento de saúde (19%). Na sequência aparecem crescer no trabalho (15%), ganhar mais dinheiro (9%), ter apoio financeiro da família (6%), ter acesso à aposentadoria (5%), e cultura e lazer (2%). Esses itens foram colocados em sequência de importância pelos entrevistados, e na outra ponta, em oitavo lugar, o mais indicado foi acesso à aposentadoria (27%), seguido por fé religiosa (15%), cultura e lazer (14%), apoio financeiro da família (13%), estudar (12%), ganhar mais dinheiro (10%), crescer no trabalho (6%) e ter acesso a atendimento de saúde (2%).

A comparação com os resultados da pesquisa de 2019 mostra uma queda na escolha da fé religiosa como fator mais importante, em primeiro lugar, para ter uma vida melhor daqui para frente, de 28% para 21%. A opção de estudar oscilou de 21% para 22%, e por crescer no trabalho passou de 11% para 15%, entre outras variações dentro da margem de erro do levantamento.



Na parcela dos mais jovens, 45% colocam estudar no topo das prioridades para uma vida melhor daqui para frente, índice que cai conforme a faixa etária – é de 25% entre quem tem de 25 a 34 anos e de 14% na faixa de 45 a 59 anos, por exemplo. Na parcela dos menos escolarizados, acesso a atendimento de saúde vem em primeiro lugar, com 24%, seguido por fé religiosa (18%). No segmento de escolaridade média, estudar (27%) e fé religiosa (24%) aparecem como prioridades mais citadas, e entre quem tem curso superior os itens mais apontados são estudar (27%), fé religiosa (21%) e atendimento de saúde (20%). Entre aqueles que subiram de classe ou ficaram estáveis nos últimos cinco anos, 24% apontam estudar como aspecto mais importante daqui pra frente, ante 15% dos que tiveram queda.

SOCIEDADE: QUESTÕES SOBRE COTIDIANO E DESIGUALDADE

Uma parcela de 69% dos brasileiros com 16 anos ou mais concorda totalmente que “o governo deve transferir dinheiro público para que os Estados com serviços públicos ruins ofereçam a mesma qualidade dos Estados que têm serviços públicos bons”, e 18% concordam em parte com a afirmação. O resultado ficou estável em relação a 2019, quando 69% também concordavam totalmente, e 17%, em parte. Entre os mais ricos, com renda superior a 5 salários, 52% estão totalmente de acordo com essa transferência de recursos, índice menor do que o registrada nas faixas de renda mais baixa. Na parcela que ganha até 1 salário, por exemplo, 72% concordam totalmente.

Em nível similar, 67% concordam totalmente que “em um país como o Brasil, é obrigação dos governos diminuir a diferença entre as pessoas muito ricas e as pessoas muito pobres”, e há 18% que concordam parcialmente com a ideia. Em 2019, esses índices eram de 67% e 17%, respectivamente.

A proposição de que “o governo brasileiro deve ter como prioridade diminuir a desigualdade entre as regiões mais ricas e as regiões mais pobres do país” tem a concordância total de 73%, e 16% concordam em parte. A comparação com 2019 mostra estabilidade nas taxas dos que concordam (eram 72% e 16%, respectivamente).

Há 78% que concordam totalmente que, “em um país como o Brasil, é obrigação dos governos fornecer serviços públicos de qualidade mesmo em contexto de crise fiscal e econômica”, e outros 16% concordam em parte com essa proposta, consultada pela primeira vez em 2020.

Diante da afirmação de que “no Brasil, uma pessoa de família pobre que trabalha muito tem a mesma chance de ter uma vida bem sucedida que uma pessoa nascida rica e que também trabalha muito”, 47% discordaram totalmente, e 13%, em parte. A taxa dos que concordaram totalmente é de 23%, e 16% concordaram em parte. No levantamento anterior, de 2019, 46% discordavam totalmente, e 12%, em parte. Entre quem melhorou de classe nos últimos cinco anos, 45% concordam (totalmente ou em parte) com a afirmação, índice que fica em 38% no grupo que piorou de classe, e em 37% entre aqueles que ficaram estáveis.

O resultado da avaliação sobre se, “no Brasil, uma criança de família pobre que consegue estudar tem a mesma chance de ter uma vida bem sucedida que uma criança nascida em uma família rica”, é mais dividido: 37% discordam totalmente, e 15%, em parte. Os que concordam totalmente são 30%, e 17% concordam em parte. Em 2019, 39% discordavam totalmente dessa afirmação, e 12%, parcialmente. Na faixa dos mais ricos, com renda individual superior a 5 salários, 32% concordam totalmente, ante



21% entre quem tem renda de 3 a 5 salários, 24% na parcela que ganha de 2 a 3 salários, 30% entre quem tem renda de 1 a 2 salários, e 33% no segmento mais pobre, com renda pessoal de até 1 salário por mês. A segmentação do resultado por escolaridade mostra taxa maior de concordância total entre brasileiros com ensino fundamental (36%) e médio (31%) do que na parcela com escolaridade superior (20%).

Uma parcela de 19% dos brasileiros concorda totalmente que, nos próximos anos, a diferença entre os mais ricos e os mais pobres irá diminuir, e 15% concordam em parte com essa afirmação. Entre os que têm opinião contrária, 48% discordam totalmente, e 16%, em parte. Na comparação com 2019, subiu o percentual de quem discorda totalmente (eram 44%) ou em parte (eram 13%) dessa afirmação. Entre os mais pobres, 37% concordam totalmente ou em parte com essa afirmação, e entre os mais ricos a soma recua para 26%.

Dois em cada três brasileiros (65%) agora concordam totalmente que o “governo deveria diminuir os impostos sobre os produtos e serviços que a população consome e compensar a diferença com aumento de impostos sobre a renda dos mais ricos”, e há 17% que concordam em parte com esta ideia. Discordam totalmente dela 9%, e 8% discordam parcialmente. Em 2017, a proposição contava com o apoio total de 53%, e no ano passado esse índice já havia avançado para 61%. Na parcela que se coloca como pobre na em termos de renda e bem estar pessoal, 70% concordam totalmente com essa ideia, índice que fica em 65% entre quem se posiciona na classe média baixa, em 61% para quem está na classe média, e em 47% no grupo que se declara de classe média alta ou rico.

Tendência similar foi verificada diante da afirmação de que “quem ganha mais deve pagar uma taxa maior de impostos do que quem ganha menos”, com a qual 67% concordam totalmente, e 13%, em parte. A taxa de discordância total é de 12%, e 8% discordam parcialmente. Em 2019, 63% concordavam totalmente com tal ideia, enquanto 12% adotavam total discordância, e em 2017 esses índices ficam em 57% e 14%, respectivamente.

Cerca de metade dos brasileiros (49%) concorda totalmente que “mulheres ganham menos do que homens no mercado de trabalho por serem mulheres”, e 18% concordam parcialmente. O índice dos que discordam totalmente é de 21%, e 10% discordam parcialmente. Em 2017, a taxa de concordância total com essa afirmação era de 44%, e em 2019 houve oscilação para 46%. Na parcela de mulheres, 54% concordam totalmente, e entre os homens são 45% (no levantamento anterior, a diferença era maior, de 52% a 39%)

Consultados se concordavam ou discordavam que “negros ganham menos que brancos no mercado de trabalho pelo fato de serem negros”, 40% concordaram totalmente, e 18%, em parte. Com visão oposta, 24% discordaram totalmente, e 15%, parcialmente. Na comparação com os levantamentos anteriores, caíram as taxas dos que discordam totalmente (eram 39% em 2017 e 30% em 2019), e cresceu a dos que discordam totalmente (34% em 2017 e 35% em 2019). Entre quem tem de 25 a 34 anos, a taxa de concordância é de 32%, e entre quem tem de 45 a 59 anos fica em 46%. Entre os negros, 50% concordam totalmente, ante 40% entre pardos e 35% entre brancos.



Uma parcela de 51% dos brasileiros adultos também concorda totalmente que “a cor da pele influencia a decisão de contratação por empresas”, e há 25% que corroboram parcialmente a afirmação. Discordam totalmente 13%, e 9% discordam em parte. Assim como no caso sobre a diferença salarial entre brancos e negros, também cresceu a taxa de concordância total sobre a influência da cor da pele no mercado de trabalho, que era de 45%. Entre brasileiros que se declaram pretos, o índice dos que concordam totalmente fica em 60%, ante 51% entre pardos e 45% na parcela que se declara de cor branca.

Há concordância maior na questão se “a cor da pele influencia a decisão de uma abordagem policial”: 68% concordam totalmente com tal afirmação, e 16% concordam parcialmente. Com opinião contrária, 9% discordam totalmente, e 5% discordam em parte. No levantamento de 2019, 64% concordavam totalmente, e 17%, em parte. Entre os que se declaram pretos, 78% concordam totalmente, ante 72% entre autodeclarados pardos e 61% entre aqueles que se declaram brancos.

A parcela de brasileiros que concordam totalmente que “a Justiça é mais dura com os negros” passou de 53% para 61% entre 2019 e 2020, e os que concordam em parte foram de 18% para 17%. Discordam totalmente dessa afirmação, hoje, 12% (eram 16% no ano anterior), e 8% que discordam de forma parcial (eram 11%). Entre as mulheres, 65% concordam totalmente, taxa mais alta do que a registrada entre os homens (57%). Na parcela que se declara preta, 70% concordam totalmente, ante 64% no segmento de pardos e 54% na fatia autodeclarada branca. O índice dos que discordam totalmente que negros sofram dentro do sistema judicial fica acima da média entre os mais ricos (20%), ‘

Com taxa de concordância similar, 64% concordam totalmente que “pobres negros sofrem mais com a desigualdade no Brasil do que os pobres que são brancos”, e 17% concordam parcialmente com a afirmação.

Para 58%, “um jovem de periferia tem menos chances de conseguir um trabalho por morar na periferia”, índice dos que concordam totalmente com essa afirmação, e há ainda 18% que concordam parcialmente. Em 2019, esses índices eram de 53% e 21%, respectivamente. Entre os mais pobres, com ganho pessoal de até 1 salário, 63% concordam totalmente em relação ao menor acesso de jovens da periferia ao mercado de trabalho por serem da periferia, índice que cai para 46% entre quem tem renda de 3 a 5 salários, e para 45% na faixa acima de 5 salários.

Com taxa de rejeição alta, 76% discordam totalmente que “as mulheres deveriam se dedicar somente a cuidar da casa e dos filhos, e não trabalhar fora”, e 10% discordam em parte, um resultado similar ao registrado no levantamento anterior. Entre as mulheres, 80% discordam totalmente, índice que fica em 71% entre homens. Na parcela dos mais velhos, a taxa dos que concordam – totalmente ou em parte – é de 22%, e entre os menos escolarizados vai a 24%. Em contraste, fica em 9% entre os mais jovens, e em 6% na parcela que estudou até o ensino superior.

“Quanto mais pobre, mais dificuldades um brasileiro enfrenta para ter um bom emprego”, concordam totalmente 71% dos brasileiros. Uma parcela de 17% concorda em parte com essa afirmação, e há 12% que discordam (6% totalmente, 6%, em parte). Em 2019, 73% concordavam totalmente, e 14%, em parte.



No mesmo patamar, 68% concordam totalmente que “para o Brasil progredir é fundamental reduzir a diferença econômica entre ricos e pobres”, e 18% concordam em parte com tal afirmação. No levantamento anterior, esses índices eram de 72% e 14%, respectivamente.

Outra ideia com grau de aceitação parecido diz respeito a “quanto mais pobre, mais dificuldades um brasileiro enfrenta para ter boa escolaridade”, corroborada totalmente por 72% dos brasileiros, e parcialmente por 16%, em nível similar ao verificado em 2019.

Em relação à afirmação que diz “o imposto que eu pago deve beneficiar, principalmente, a educação, moradia e saúde dos mais pobres”, o índice de concordância total vai a 82%, e outros 12% concordam parcialmente, também em patamar igual ao registrado na pesquisa anterior sobre o mesmo tema.

Uma parcela de 43% agora concorda totalmente que “os governos devem aumentar os impostos para garantir melhor educação, mais saúde e mais moradia para os que precisam”, e 13% concordam em parte. Com opinião divergente, 33% discordam totalmente dessa ideia, e 10% discordam em parte. Na pesquisa de fevereiro de 2019, o índice de concordância total era de 23%, e de concordância parcial, de 8%, ou seja, o apoio total ou em parte a essa proposição passou de 31% para 56% nesse período.

Entre os mais pobres, com renda individual de até 1 salário, 47% concordam totalmente com o aumento de impostos para cobrir gastos sociais. Esse índice cai para 32% entre quem tem renda de 3 a 5 salários, e para 23% na parcela com renda acima de 5 salários. A oposição à proposição se dá justamente entre os mais ricos: na parcela com renda de 3 a 5 salários, 45% discordam totalmente, e entre quem ganha acima de 5 salários são 43%. Entre os mais pobres, o índice de discordância total cai para 28%, e fica em 34% na faixa de renda de 1 a 2 salários.

Na mesma temática, 70% concorda totalmente que “o Governo Federal deve aumentar os impostos de pessoas muito ricas para garantir melhor educação, mais saúde e mais moradia para os que precisam”, e 14% concordam em parte com essa premissa. Em 2019, esses índices eram de 61% e 14%, respectivamente. A taxa de concordância total é menor entre quem tem renda acima de 5 salários (60%), e nesse grupo também fica acima da média a taxa de quem discorda totalmente (18%).

Também conta com nível similar de concordância total (69%) a afirmação de que “o Governo Federal deve aumentar os impostos de quem ganha mais de 40 mil reais por mês para reduzir o imposto sobre produtos como alimentos, gasolina, roupas, medicamentos e eletrodomésticos etc”, e 15% concordam parcialmente.

Consultados se “o novo coronavírus afeta mais a vida de pobres do que de ricos”, 41% concordaram totalmente, e 11%, parcialmente. Há 34%, porém, que discordam totalmente, e 11% que discordam de forma parcial dessa afirmação.

Ainda sobre o coronavírus, 57% discordam totalmente que ele afete mais a vida de negros do que de brancos, e 14% discordam parcialmente.

Uma parcela de 44% dos brasileiros adultos concorda totalmente que “o auxílio emergencial deve se tornar permanente após o fim da pandemia para as pessoas que têm direito hoje”, e 18% concordam em parte. Entre os mais pobres, 53% concordam totalmente com a manutenção do auxílio emergencial, enquanto entre os mais ricos 51% discordam totalmente. Nas regiões Nordeste e Norte, 50% concordam totalmente com essa proposição, acima do registrado no Sudeste (43%), Centro-Oeste (42%) e Sul



(34%). Entre aqueles que receberam alguma parcela do auxílio ou moram com alguém que recebeu, 51% concordam totalmente com sua manutenção, e 21% concordam de forma parcial. Na parcela que não recebeu o auxílio, esses índices ficam em 37% e 17%, respectivamente.

Com menor apoio, 32% concordam totalmente que “o auxílio emergencial deve se tornar permanente após o fim da pandemia para todas as pessoas”, e 15% concordam parcialmente. Há 36% que discordam totalmente dessa proposta, e 15% discordam parcialmente.

POLÍTICAS

A maioria dos brasileiros acredita que o governo deve oferecer serviços gratuitos de saúde e educação para todos os brasileiros, independente de sua condição de renda, mas esse apoio caiu entre fevereiro de 2019 e dezembro de 2020. .

Na área da educação, 69% avaliam que o governo deveria oferecer escolas de ensino fundamental e médio para todos, e os demais se dividem entre aqueles que avaliam que esses serviços deveriam ser voltados somente para quem não puder pagar (29%) ou ainda para ninguém (2%). Na pesquisa anterior, 75% opinavam que a oferta pública de escolas de escolas de fundamental e médio deveria ser para todos, e para 22% elas deveriam ser direcionadas somente para quem não pudesse pagar.

Em relação a creches, 58% acreditam que o governo deveria oferecer esse serviço a todos os brasileiros (eram 64% em 2019), e para 39% somente quem não tivesse como pagar deveria ter acesso a creches mantidas com dinheiro público (em 2019, 33%). Há ainda 2% que acreditam que o governo não deveria ofertar creches para ninguém.

O cenário é similar para faculdades e universidades: 57% são a favor que o governo oferece de graça, para todos (eram 64% em 2019), e 40% avaliam que somente quem não puder pagar deveria contar com respaldo governamental (em 2019, 33%), além de 2% que defendem que o governo não deveria oferecer ensino superior a ninguém.

Também foram consultados serviços de saúde, e todos também contam com o apoio da maioria para serem universalmente oferecidos pelo governo. Com maior respaldo, 72% avaliam que atendimentos em hospitais e clínicas devem ser gratuitos para todos, ante 27% que acreditam que deveriam ser voltados somente para quem não puder pagar, além de 1% que opina que não deveriam ser gratuitos em nenhuma circunstância. Em 2019, 73% defendiam o acesso gratuito para todos, e 25%, somente para quem não pudesse pagar.

Para cirurgias e tratamentos para doenças graves, 65% defendem que o governo ofereça serviço gratuito a todos (eram 70% em 2019), e 35% preferem que somente quem não puder pagar seja beneficiado (em 2019, 29%), além de 1% que é contra qualquer gratuidade.



Em patamar similar, 62% avaliam que exames médicos devem ser oferecidos de forma gratuita pelo governo para todos os brasileiros (em 2019, 68%), enquanto 37% defendem que esse tipo de serviço seja oferecido somente para aqueles que não tiverem condições financeiras de contratá-los (eram 30% na pesquisa anterior). Para 1%, ninguém deveria ter acesso a exames médicos com recursos públicos.

A maioria (57%) também é a favor de o governo garanta que todos os brasileiros tenham acesso à internet para estudo remoto durante a pandemia, e 38% defendem que somente aqueles que não puderem pagar tenham acesso a esse serviço por meio do governo. Para 4%, o governo não deve oferecer internet a ninguém.

FERRAMENTAS DE COMBATE À DESIGUALDADE

De uma série de 10 propostas ou iniciativas que poderiam contribuir para a diminuição da distância entre os mais ricos e os mais pobres no Brasil, combate à corrupção, investimento público em educação e garantir direitos iguais entre homens e mulheres foram os itens mais avaliados como mais importantes pelos brasileiros: de 0 a 10, sendo 0 nada importante e 10 muito importante, essas medidas obtiveram nota média 9,6. Outros itens, porém, foram considerados igualmente importantes, atingindo notas médias equivalentes. São eles: investimento público em saúde (9,5), aumento da oferta de empregos (9,5), combate ao racismo (9,5) e aumento do salário mínimo (9,4) e investimento público em assistência social (9,1).

Na sequência aparecem ainda cobrar mais impostos dos mais ricos (8,4) e auxílio emergencial como política de renda básica permanente (7,2). Entre os mais pobres, o auxílio emergencial recebe nota média de importância 8,0, e entre os mais ricos a média cai para 5,0.

Um em cada quatro brasileiros (25%) concorda totalmente que os governos de seus estados fizeram tudo o que era necessário para conter a pandemia, e outros 25% concordam em parte com essa afirmação. Há 30% que discordam totalmente, e 19% concordam em parte. A mesma questão, mas tendo como foco a ação do Governo Federal, mostra que 21% concordam totalmente que ele fez tudo o que era necessário para conter a pandemia, e 18% concordam em parte. Com visão oposta, 38% discordam totalmente que o Governo Federal fez o que era necessário, e 20% discordam em parte.

O resultado é similar para sobre a ação dos governos para proteger a vida das pessoas e garantir diagnóstico e tratamento de saúde durante a pandemia: 52% concordam que seus governos estaduais tomaram as medidas necessárias (26% totalmente, e 26%, em parte), e 46% discordam (28% totalmente, 18%, em parte). A parcela que concorda totalmente que o Governo Federal agiu de forma suficiente para proteger a vida das pessoas e garantir tratamento de saúde é de 24%, e 21% concordam totalmente. Há 35%, porém, que discordam totalmente sobre o desempenho do executivo federal na adoção de medidas sanitárias, e 18% discordam parcialmente.



Quando o assunto é a garantia de emprego, renda e proteção social durante a pandemia, 19% concordam totalmente que os governos estaduais tomaram todas as medidas necessárias em relação a esse conjunto de medidas, e 19% concordam em parte. A taxa dos que discordam totalmente é de 37%, e há 20% que discordam de forma parcial. Tendo como foco o Governo Federal, a taxa dos que concordam totalmente que ele tenha feito o necessário para garantir proteção econômica e social aos brasileiros é de 21%, e 19% concordam parcialmente. O índice dos que discordam totalmente da afirmação fica em 37%, e 21% discordam parcialmente.

CONHECIMENTO DA OXFAM BRASIL

Uma parcela de 14% dos brasileiros conhece ou já ouviu falar da “Oxfam Brasil, organização não-governamental que trabalha para diminuir a pobreza e combater a desigualdade”. O índice é similar ao registrado em 2019 (13%).



OXFAM
Brasil

Datafolha
INSTITUTO DE PESQUISAS